



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**UM SÉCULO DE NARRATIVAS EUCLIDIANAS E
CONSELHEIRISTAS: INTERPRETAÇÕES SOBRE ANTÔNIO
CONSELHEIRO**

LEANDRO LEAL DE FREITAS

**São Carlos
Fevereiro/2016**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**UM SÉCULO DE NARRATIVAS EUCLIDIANAS E
CONSELHEIRISTAS: INTERPRETAÇÕES SOBRE ANTÔNIO
CONSELHEIRO**

LEANDRO LEAL DE FREITAS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Profa. Dra. Vera Alves Cepêda

**São Carlos
Fevereiro/2016**

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar
Processamento Técnico
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F866s Freitas, Leandro Leal de
Um século de narrativas euclidianas e
conselheiristas : interpretações sobre Antônio
Conselheiro / Leandro Leal de Freitas. -- São Carlos
: UFSCar, 2016.
115 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de
São Carlos, 2016.

1. Antônio Conselheiro. 2. Matrizes Discursivas.
3. Interpretações. 4. Euclidianos. 5.
Conselheiristas. I. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Leandro Leal de Freitas, realizada em 26/02/2016:

Profa. Dra. Vera Alves Cepêda
UFSCar

Profa. Dra. Carolina Raquel Duarte de Mello Justo
UFSCar

Profa. Dra. Maria Olívia Garcia Ribeiro de Arruda
UNIP

*À Iraide, minha mãe-heróina, por ter
abdicado dos seus sonhos para que eu
pudesse vivenciar os meus! GRATIDÃO!*

Agradecimentos

*E aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
Das lições diárias de outras tantas pessoas*

*E é tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá
E é tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho por mais que pense estar*

(“Caminhos do Coração”, 1982 - Gonzaguinha)

A concretização desta dissertação marca o fim de uma das mais importantes (e desafiadoras) etapas da minha vida. Ela é, na verdade, quase que como uma personificação do meu “eu interior”, surgindo como um símbolo dos tantos vai e vens por mim vivenciados nesses anos todos. Não foi nada fácil chegar até aqui... Foram anos de luta: às vezes me vendo sucumbir por problemas de saúde física e/ou emocional; com choros incontidos, seja nos momentos de tristeza ou mesmo de fúria e desesperança; de conversas intermináveis com a minha autoconsciência, muitas vezes pedindo guinadas de direção; mas também de felicidade, carregados de abraços carinhosos e reconfortantes; de diálogos utopistas; de aprendizados; e, acima de tudo, de sonhos! E se você está lendo esta página é porque eu finalmente consegui! Ou melhor, eu não, NÓS! Eu sou, como nos ensina a música do Gonzaguinha, consequência das inter-relações estabelecidas com “tanta gente onde quer que a gente vá”. Os vários “eus” com quem por ventura cruzei nesta e em outras existências conformam o “meu eu”, que de tão plural só pode ser chamado de “nós”! Muita gratidão a cada um desses nós que costuram e bordam esse emaranhado de histórias que conformam a minha vida! Nesse sentido, sendo a personificação de vários “eus”, reconhecendo a importância mesmo daquelas pessoas que tão rapidamente passaram pela minha vida, é preciso evidenciar o papel decisivo que alguns seres tiveram nesse processo todo.

De início, não posso esquecer de agradecer às forças supremas, às vibrações energéticas superiores, aos meus mentores espirituais, aos santos e anjos de luz, aos orixás e às divindades todas. Devo-lhes a vida, com todos os aprendizados que já pude ter e, sobretudo, aqueles que ainda estão por vir. Axé! Aleluia! Paz e Luz! Amém! Maktub! Assim Seja! Saravá! Optcha! Shalom! Namastê!...

Embora eu já tenha dedicado este trabalho (e todos os outros) à minha mãe, é preciso agradecê-la novamente. Obrigado, mamãe, pela sincera amizade e companheirismo. Pela lealdade, fidelidade e sinceridade, mesmo quando isso acabasse por nos ferir. Sou grato pela maneira como me educou, em meio a condições de vida nada favoráveis, num contexto em que sacrificava seus sonhos para que eu pudesse buscar os meus. Sou, sim, um reflexo de ti, da tua luta diária e constante. És minha “ídola”, a minha super-heroína favorita! Devo-lhe, mais que a qualquer outro ser, a minha vida e a realização de tantos sonhos que, juntos, pudemos construir e alcançar. Dona Iraide, minha amada mamãe: gratidão e amor eternos... tudo que sou é por ti e para ti!

Agradeço também, da maneira mais especial possível, à minha amada (idolatrada, salve, salve...) “alma gêmea”, parceira, companheira, cúmplice, fiel escudeira, sobrinha e amiga verdadeira... Gabi: sou muito grato por tudo que o me ensina, seja quando resolve tagarelar e falar por horas a fio; seja quando se volta para si mesma e fica calada, inerte, observando o mundo ao seu redor (mas junto de mim!). Você me deu a oportunidade de vivenciar um pouquinho do sentido da paternidade: és como uma filha que te vejo (e amo)! Oh, minha nega! Desejo que nossos caminhos continuem entrecruzados e que da nossa convivência resultem tantos outros sonhos realizados. É também por ti que vivo a lutar por um mundo melhor, mais humano, repleto de paz, amor e esperança! Ah, me deu vontade de terminar esse parágrafo cantarolando a nossa

música. Canta comigo, miga, sua louca: “Amor da minha vida, daqui até a eternidade, nossos caminhos foram traçados na maternidade...”

E por falar em amor, não posso deixar de agradecer o meu companheiro de tantos anos, que permaneceu junto a mim (mesmo e principalmente) nos piores momentos, naquelas horas em que a única palavra que ressoava na minha cabeça era “desista!”... E você, meu amor, fazia-a se transformar em “resista”, “persista”, “acredite”, “você é capaz”. Todos os resultados que obtive são também seus! Sou grato por me proporcionar vivenciar uma linda história de amor, reconhecida por muitos como uma das mais belas que conhecem. Somos felizes juntos, não?! Nossas características se complementam, nos transformando em uma dupla infalível. Sérgio, Serginho, Seh, mor: “mil vezes sou nós dois, mil meses de amor antes de ter prorrogação...”. Receba meu amor e gratidão!

É preciso reconhecer a fundamental relevância de meus familiares, agradecendo-os. Sou verdadeiramente grato a cada um que participou, a seu modo e com sua respectiva intensidade, das páginas que formam a minha vida. Sou abençoado por ter tanta gente incrível que posso chamar de família (ou famílias, pois tenho várias!). Minha gratidão por andarem junto a mim: Leonardo (manim), Jacke, mãe Maria, pai Tião, Neusmar (papai), Sérgio, Diná, Aninha, vó Lourdes, Norberto, Ozaira (vovó), todas as minhas tias e tios, primas e primos. E, em especial, aos meus sobrinhos: João Pedro, Micaela, Andrielly e Stéfany (ah, tem as agregadas, que também considero sobrinhas: Eduarda e Raissa). Amo vocês, linda família!

Eu falei em família? Então é preciso lembrar outras duas famílias que formei ao longo da vida. A primeira delas composta pelos meus melhores amigos, aqueles inseparáveis, presença constante (ou ausência necessária e consentida), os quais verdadeiramente sabem o quanto essa etapa foi dolorosa para mim. Obrigado por me amparem, apoiarem e, mais que tudo, levantarem meu ânimo e autoestima quando eu mais precisei: Júnior, Alex (Leko), Vitinho, Renan (metadinha) e Wesley, Mágellan, Antonio, Junior (BH), Márcio, Vagner, Leandro, Rick, Marcelo (Troço), Juliano (Troscinho)... e alguns outros que, de perto ou de longe, de muitos anos ou de dias atrás, merecem todo o meu respeito e admiração, além de profunda gratidão! Somos partes uns dos outros!

A outra família é desajustada, anormal, excêntrica, controversa, divertida, mas muito... muito unida. Começamos como um grupo que se aproximou por questões de empatia e afinidade. Com o tempo, o “Euclides Party” criou uma trupe de guerreiros quixotescos e meio desengonçados, os “Rangers”, que lutavam contra tudo e todos que tentassem nos afastar. E eis que, como uma verdadeira família, abriu espaço e abraçou novos membros, formando a “Família Onço” (com uniforme, brasão, foto clássica e tudo mais!). A vocês, meus queridos, reservo o que de melhor há em mim. Vocês são, também, meu porto seguro: Amanda, Carlinhos, Catita, Igor Onço, Marcão, Naiara, Rafa Bezerra, Rafa Varotte, Renan, Maria (Lei) Laura, Peixoto, Norberto, Thalison, Cátia Preta, Seh e Gabi. Que tenhamos muitas Semanas Euclidianas, regadas a litros de Randon, com nossas costumeiras loucuras às margens do rio Pardo (e, lógico, em toda a cidade e onde quer que a gente se reúna). Seja em Sanzé, em “Monte-Galo” ou em qualquer lugar deste universo, sempre sentirei orgulho em dizer que faço parte desta família, que sou o “Ranger Leh Grupo”. Amo vocês, seus loucos, diferentes! Um grande abraço coletivo... e corram, pois já é hora de morfar!

E falando em Semana Euclidiana, impossível não me lembrar de tudo que esse evento me proporcionou, sobretudo a convivência com pessoas muito especiais, as quais guardo com carinho e admiração. Agradeço a todos, todos mesmo, que cruzaram comigo durante as SEs. Cada um, a seu modo, contribuiu para que eu me apaixonasse por esse universo euclidiano. Lá em Sanzé, como costume dizer, sou a melhor versão de mim... justamente porque lá, também, encontro as melhores versões de humanos (reais!). Foi lá que decidi a minha profissão (da qual muito me orgulho!): professor da área de ciências sociais! Lá tive contato com alguns dos meus maiores ídolos, a quem admiro e busco seguir os passos: Nicola Costa (meu grande mestre!), Rachel Bueno (minha grande inspiração!), Marco De Martini, Maria Olivia, Fadel Filho (em memória), Lúcia Vitto, Marcos Longo, Anabelle Loivos, Fabiana Corrêa, Stenio Esteter, Cidinha Granado,

Pedro Vasconcellos, Manoel Neto e tantos outros mestres, verdadeiros entusiastas do conhecimento, a quem devo minha incursão (científica e passional) ao universo da guerra de Canudos, de Antônio Conselheiro e de Euclides da Cunha. E, em especial, agradeço a Helena Apolinário e Rose Silva pelo cuidado e amor anualmente reforçados. Ah, tem também as “Euclidetes”, quem considero as guardiãs, por excelência, da memória euclidiana: Ana Paula, Alessandra e Paula. Meu muito obrigado, repleto de respeito e admiração!

No grupo de mestres, de inspirações, de modelos de ação, relembro e agradeço aos meus professores: os da Educação Básica, que despertaram em mim o desejo pelo saber (em especial: Elisete Antunes, Milena Bravo, Silvana Dellavechia, Marcos Falsoni, Silvana Giacotti...); os da universidade, que lapidaram meu conhecimento e me ensinaram a jamais parar de estudar (em especial: Maria Ribeiro, Darlene Ferreira, Gabriela N. Ferreira, Maria do Socorro...); os das escolas que trabalhei, os quais foram também meus professores na arte de ensinar, não deixando que eu perdesse meus ideias (em especial: Solange Guedes, Milena Bravo, Sônia Sant’anna, Elisete Rocha, Reça Tavares...). Meu agradecimento a vocês vem em forma de um pedido: jamais desistam de serem professores, pois o mundo precisa de docentes engajados como vocês. Eu confio num mundo em que vocês são os professores!

Não posso me esquecer dos meus grandes companheiros de luta, amigos que fiz nos tempos da graduação, com quem dividi (e ainda divido) dores e angústias, mas também esperança e sonhos. Aquele tempo em Araraquara não teria sido tão significativo se não estivessem ao meu lado: Amanda, Cleidinha, Cátia, Katrini, Tiago, Samanta, Érica, Carol, Lara, Maxwell, Mariana... E têm, também, aqueles do tempo de mestrado: Flávio, Carla, Felipe, Larissa e todos os outros do QG. A todos vocês, meus amigos, um demorado e caloroso abraço. Obrigado por me permitirem sermos amigos, trocando tantas experiências. Sou um ser humano melhor após tê-los conhecido. Amo vocês!

Um abraço (coletivo) muito forte a todos os meus queridos alunos e ex-alunos: não me esqueço de vocês. É por vocês, também, que continuo a lutar por uma educação de qualidade!

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – PPGPol/UFSCar agradeço pelos tantos aprendizados a mim proporcionados, sobretudo pelos seus docentes. Agradeço também ao Raphael, competente secretário do Programa.

Ao Prof. Dr. Milton Lahuerta, que foi meu professor na graduação e na pós, agradeço pela participação no meu exame de qualificação, oferecendo inúmeras pistas para melhor trabalhar meu objeto de pesquisa. Suas indicações foram bastante válidas. Muito obrigado!

Pela aceitação em participar da banca de defesa, agradeço à Profa. Dra. Carolina Raquel de Mello Justo. Não resta dúvida de que sua participação engrandeceu minha defesa, proporcionando oportunidade de rever minha pesquisa e meu texto por outros ângulos.

À Profa. Dra. Maria Olivia Garcia Ribeiro de Arruda, meus mais sinceros agradecimentos. Não apenas por ser uma das minhas inspirações enquanto intelectual, mas também por ter acreditado em mim, oferecendo ajuda constante. E, sobretudo, por ter aceito participar da minha banca de defesa, enriquecendo o debate com todo o seu brilhantismo!

E, por fim, com atenção especial, agradeço à minha orientadora, professora doutora Vera Alves Cepêda. Mantivemos uma relação atípica e desafiadora, dadas as condições atrapalhadas em que me encontrei nos últimos anos. Mas, sem dúvida alguma, sou um pesquisador mais atento e dedicado após termos trabalhado juntos. Vera: muito obrigado por tantos ensinamentos; por ser um exemplo de professora, com sua didática encantadora; e, sobretudo, por me abraçar e me trazer para esse momento de realização de mais um sonho.

A todas e todos, muito obrigado! E lembremos sempre: “A felicidade só é real quando compartilhada!” (sábio preceito de Chris McCandless, o Alex Supertramp do filme *Into The Wild*, o meu preferido entre todos!). Entrego, confio, aceito e agradeço. Amor e gratidão!

“Os ganhos ou os danos dependem da perspectiva e possibilidades de quem vai tecendo a sua história. O mundo em si não tem sentido sem o nosso olhar que lhe atribui identidade, sem o nosso pensamento que lhe confere alguma ordem.”

Lya Luft

Resumo

Este trabalho teve por objetivo compreender, organizar, esboçar, interpretar e classificar as diferentes matrizes discursivas que se colocaram a interpretar e explicar a figura histórica de Antônio Conselheiro, notabilizado enquanto personagem determinante de um momento exponencial da história brasileira, a guerra de Canudos. Destarte, pretendemos vincular esta análise ao campo do *Pensamento Político-Social Brasileiro*, utilizando-nos da perspectiva teórico-metodológica do contextualismo linguístico (Quentin Skinner, John Pocock), buscando compreender em que medida se manifesta o pensamento político dos intérpretes nas narrativas por eles construídas sobre o Conselheiro (na inter-relação entre autor, texto e contexto). Optamos por recortar a análise aos dois cânones interpretativos mais evidentes: a tradição euclidiana, inspirada na narrativa construída por Euclides da Cunha em *Os Sertões* (de onde derivaria a denominação de euclidiano); e o revisionismo historiográfico, iniciado por volta da metade do século XX, tendo como principal nome o historiador José Calasans – constituindo-se enquanto uma inflexão interpretativa, também chamada de “Canudos não euclidiano” (de onde derivaria a denominação de conselheirista). Assim, concluiremos que, a grosso modo, a divisão existente entre euclidianos e conselheiristas não é rígida, nem tampouco dá conta de abarcar todas as complexas e por vezes contrastantes narrativas existentes a respeito da guerra de Canudos e do Conselheiro, às vezes apresentando flagrantes divergências interpretativas até mesmo dentro do mesmo grupo. Nesse sentido, essa cisão se mostrou imprecisa (e, por vezes, parcial) constituindo-se, basicamente, apenas enquanto preferência temática, como se fossem formadas duas “linhas de pesquisas” sobre um mesmo tema, as quais teriam objetivos e enfoques diferentes entre si – gerando, assim, resultados também diferentes (e até divergentes).

Palavras-chave: Antônio Conselheiro. Matrizes Discursivas. Interpretações. Euclidianos. Conselheiristas.

Abstract

This study aimed to understand, organize, line out, interpret and classify the different discursive arrays that have been placed to interpret and explain the historical figure of Antônio Conselheiro, who was distinguished as a determining character in an exponential time of Brazilian history, the war of Canudos. In this manner, we intend to link this analysis to the field of *Brazilian Political-Social Thought*, using the theoretical and methodological perspective of linguistic contextualism (Quentin Skinner, John Pocock), seeking to understand in which way the political thoughts coming from the interpreters manifest in the narratives built by themselves about Conselheiro (in the inter-relationship between author, text and context). It was opted to cut the analysis of the two most evident interpretative canons: the “*euclideana*” tradition, inspired by the narrative constructed by Euclides da Cunha in *Os Sertões* (from which derives the “*euclideana*” denomination) and the historiographical revisionism, initiated by the mid-twentieth century, having as major name the historian José Calasans - establishing it as an interpretive inflection, also called "Canudos not euclideano" (from which derives the “*conselheirista*” denomination). Thus, we conclude that, roughly speaking, the division between euclidiana and conselheirista discourses and characters is not rigid, nor aware of embracing the entire complex and contrasting narratives about the War of Canudos and Conselheiro, presenting in some points flagrant interpretative differences even within the same group. In that direction, this scission proved to be inaccurate (and partial at times), constituting basically just as thematic preference, as if they were formed two "research lines" about the same subject, which have different goals and approaches between itself - thus generating different (or even divergent) results also.

Word keys: Antônio Conselheiro. Discursive Arrays. Interpretations. Euclidianos. Conselheiristas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Antônio Conselheiro (Museu Histórico de Canudos-BA).....	12
Figura 2 - “Fiel retrato do fanático Antônio Conselheiro” no Periódico <i>A Gazetinha</i> (1897).....	31
Figura 3 - “Antônio Conselheiro combatendo a República”.....	32
Figura 4 - “Retrato do Bom Jesus Antônio Conselheiro, após exumação” (1897).....	34
Figura 5 – Capa de <i>O Rabudo</i> (22 de novembro de 1874).....	37
Figura 6 – Euclides da Cunha.....	55
Figura 7 - Euclides em forma na Escola Militar, Rio de Janeiro, 1888.....	57
Figura 8 - Euclides sobre uma das peças da ponte, em São José do Rio Pardo-SP (1901)....	59
Figura 9 - 1ª Edição de <i>Os Sertões</i>	61
Figura 10 – Retrato do Conselheiro euclidiano.....	66
Figura 11 - José Calasans.....	70
Figura 12 - José Calasans e imagens do Conselheiro.....	71
Figura 13 - José Calasans defendendo a tese de Livre Docência (1950).....	73

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
I. MOSAICO HISTÓRICO E BIOGRÁFICO	25
1.1 Contexto Histórico: da Monarquia à República e a emergência da Guerra de Canudos ...	25
1.2 Mosaico biográfico: a formação de Canudos e de Antônio Vicente, o Conselheiro	27
II. AS INTERPRETAÇÕES SOBRE A FIGURA CONSELHEIRISTA	36
2.1 As interpretações de Canudos - antes e durante a guerra	37
2.2 As interpretações de Canudos após a guerra	42
2.3 A figura conselheirista: clivagens e tendências explicativas	44
2.3.1 Diferenciações por períodos históricos – divisão temporal.....	45
2.3.2 Papéis desempenhados por Euclides da Cunha e <i>Os Sertões</i>	46
2.3.3 Formações profissionais, campos de atuação e interesses temáticos	48
2.3.4 Perspectivas teórico-discursivas	48
2.3.5 Perspectivas pluralistas.....	49
III. NARRATIVAS EUCLIDIANAS: Euclides da Cunha e <i>Os Sertões</i>	55
3.1 Euclides da Cunha: mosaico biográfico	55
3.2 <i>Os Sertões</i> , o livro vingador	60
3.3 “ <i>Antônio Conselheiro, documento vivo de atavismo</i> ”: retratos euclidianos do Conselheiro.	63
IV. NARRATIVAS CONSELHEIRISTAS: José Calasans e o Revisionismo Historiográfico	70
4.1 José Calasans: o homem, sua vida e obra.	70
4.2 José Calasans e o “Canudos não euclidiano”: interpretações para além da “gaiola de ouro”	72
CONCLUSÃO	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	92
APÊNDICE A – Questionário aplicado aos pesquisadores	100
APÊNDICE B - Questionários respondidos.....	102

INTRODUÇÃO

Nascia a 13 de Março de 1830¹, na Vila de Santo Antônio de Quixeramobim, então Província do Ceará Grande, Antônio Vicente Mendes Maciel, um dos personagens mais estudados da historiografia brasileira, notabilizado historicamente como Antônio Conselheiro. Figura complexa e multifacetada,

[...] à proporção que ia ganhando prestígio no seio dos sertanejos, conquistou um rol de apelidos. Antônio dos Mares, Santo Antônio Aparecido, Divino Antônio, Santo Conselheiro, Bom Jesus Conselheiro, Bom Jesus. Historicamente, ficou sendo Antônio Conselheiro, a mais difundida de suas alcunhas. (CALASANS, 1997, p. 31).

Figura 1 – Antônio Conselheiro (Museu Histórico de Canudos-BA)



Fonte: The Argosfoto Agency

A figura de Antônio Conselheiro começa a despertar interesse ainda em 1874, mais de vinte anos antes do início do fenômeno social do qual foi líder e que o inscrevera de maneira permanente na história brasileira: a Guerra de Canudos (1896-1897)². Naquele ano, foi publicada uma notícia no periódico sergipano *O Rabudo*, na edição do dia 22 de novembro de 1874, relatando o aparecimento de um “misterioso personagem”, ainda o chamando de

¹ O pesquisador José Calasans explica que havia grande discussão a respeito da data correta de nascimento de Antônio Vicente, mas “o pesquisador Ismael Pordeus, cearense, resolveu a questão, apresentando documento idôneo – sua certidão de batismo” (CALASANS, 1997, p. 32).

² Para maiores informações sobre a Guerra de Canudos, consultar o capítulo primeiro dessa dissertação, onde serão apresentados e discutidos aspectos fundamentais sobre esse evento histórico - como data e local de ocorrência, prováveis motivos, bem como seus desdobramentos no processo histórico brasileiro.

Antônio dos Mares, destacando neste artigo a “sua falta de asseio, seus conselhos, seu forte poder de sugestionar os sertanejos, a ameaça que ele representava para a ordem pública [...]” (CALASANS, 1997, p. 11).

Antônio Conselheiro, enquanto personagem determinante de um momento exponencial da história brasileira (FAUSTO, 2002), a guerra de Canudos, estava inscrito em um contexto político bastante específico, de fundamental relevância para a compreensão das bases de fundação do que se convencionou chamar de *Pensamento Político-Social Brasileiro*³. A passagem do regime monárquico para a República, inserida num amplo movimento de transição de Colônia para a perspectiva de Nação, de criação da “identidade nacional” (BASTOS, 2006; BRESSER PEREIRA, 1982), trouxe em seu bojo uma série de problemas que precisavam ser enfrentados pelo pensamento político brasileiro, dentre eles destacam-se: o que é nação, segundo o ideário daquele momento histórico?; essa nação se fundará em que território?; e com que povo?; qual o peso exercido, nesse processo de criação da identidade nacional, pelo legado colonial e escravocrata?; em que medida se dá a contradição entre o ideal moderno proposto pelos republicanos e o atraso em que se encontrava o Brasil? (CARVALHO, 2001; HOLANDA; FAUSTO, 1995).

Nesse cenário, Canudos se inscreve de maneira definitiva no debate acerca do processo de construção da nação brasileira, transformando-se numa espécie de

síntese de um processo histórico não concluído: a difícil integração entre o obscuro interior do país e o luminoso litoral, entre a economia agrícola de exportação e a economia da pecuária ou da subsistência interiorana, entre a adoção de formas européias de pensar e o atávico impulso místico. (CEPÊDA, 1997, p. 68)

A guerra de Canudos aparece enquanto importante momento de oposição ao sentido de República em voga naquele período, trazendo à tona, dentre outros aspectos, a discussão a respeito do sentido de povo que formaria a verdadeira identidade nacional, temática tratada através da dicotomia entre a população litorânea, considerada moderna, e a do interior, impelida com a marca do atraso (LESSA, 1998). Antônio Conselheiro figura, nessa perspectiva, como uma espécie de antiherói da nação, na medida em que é caracterizado enquanto opositor à civilização e à modernidade prometidas pelo recente regime republicano, tornando-se a síntese mesma do atraso (SILVA, 2001).

³ Segundo Simões (2015), este é um “termo genérico que pressupõe interdisciplinaridade, dialogando diretamente com a história das ideias e dos intelectuais, com a sociologia, com a antropologia, com a teoria política, etc.” (SIMÕES, 2015, p.4), o que constituiu-se num vasto campo intelectual que assumiu para si a função de realizar a “reflexão sobre as continuidades e mudanças das nossas concepções, da formação social e identitária, da cultura e das instituições políticas” (loc. cit.).

Nesse sentido, passados mais de cento e quarenta anos desde a veiculação da primeira nota pública sobre a já controversa figura, o Conselheiro ainda desperta interesse de um grandioso número de estudiosos, das mais diversas áreas do conhecimento e com os mais diferentes enfoques e objetivos⁴ – na medida em que enseja discussões que ainda apresentam “problemas não resolvidos” do pensamento político-social brasileiro. Encontram-se, em meio ao vasto conjunto de trabalhos que buscaram compreender e/ou explicar Antônio Conselheiro, artigos, livros, teses, documentários, filmes, obras de artes plásticas, teatro, poesia de cordel, entre outras produções, as quais apresentam as mais variadas narrativas a respeito dos acontecimentos ocorridos naquela histórica ocasião e seus atores/sujeitos, sobretudo sobre seu líder, o próprio Antônio Conselheiro. Ele e seu séquito e seguidores são objetos de frequentes (re)construções, mostrando-se figuras complexas e multifacetadas, refletindo as diferentes ideologias e interesses pessoais e grupais em choque no decorrer do processo histórico brasileiro.

Nesse contexto, ciente de que a temática conselheirista - aqui entendida enquanto o conjunto de temas relacionados a Antônio Conselheiro - já fora estudada e investigada de diversas formas e por variados ângulos, consideramos temerária qualquer intenção de se estudar novamente tais questões. Porém, ao se debruçar sobre os estudos já realizados a respeito do sentido da figura de Antônio Conselheiro, os quais serão oportunamente abordados neste trabalho, nota-se que há a necessidade de uma sistematização e problematização mais precisas das questões que se referem aos diferentes enfoques empreendidos pelos estudiosos durante o longo período que vai de 1874 aos dias atuais, nos mais diferentes campos do conhecimento e suas múltiplas interpretações possíveis.

Desse modo, acreditamos que seria necessária uma abordagem mais aprofundada sobre as diferentes narrativas produzidas a respeito do Conselheiro, no sentido de compreender quais foram as matrizes discursivas que se colocaram a interpretar e explicar essa multifacetada figura – cada uma delas pinçando, no rol de interpretações possíveis, uma característica ou peculiaridade para focar: seja o homem real, agente histórico-social; ou

⁴ O cineasta Antônio Olavo, iminente pesquisador do universo canudense e conselheirista, reuniu um vasto compêndio das produções sobre Canudos e seu líder, iniciado no decorrer do processo de criação de seu filme, *Paixão e Guerra no Sertão de Canudos*, lançado em 1993, sendo complementado até os dias atuais, tornando-se, com o projeto *Portfolium*, a mais completa referência sobre o assunto. Ele dá conta que já passam de 400 trabalhos a versar sobre Canudos e Antônio Conselheiro – mais de 200 só na categoria de livros. A relação desse material, bem como de outras indicações bibliográficas, pode ser consultada através do endereço eletrônico do projeto: <http://canudos.portfolium.com.br>.

mesmo o personagem literário, presente ou fruto do imaginário popular; dentre outras possibilidades⁵.

Entendemos por matrizes discursivas como sendo as referências absorvidas pelos discursos daqueles que analisam o Conselheiro – e elas são diversas, dependendo da posição do intérprete na sociedade, da formação profissional, da intenção, da ideologia etc. Nesse sentido,

as matrizes discursivas devem ser, pois, entendidas como modos de abordagem da realidade, que implicam diversas atribuições de significados. Implicam também, em decorrência, o uso de determinadas categorias de nomeação e interpretação (das situações, dos temas, dos atores) como na referência a determinados valores e objetivos. Mas não são simples ideias: sua produção e reprodução dependem de lugares e práticas materiais de onde são emitidas as falas. (SADER, 1998, p. 142).

Destarte, pretendemos vincular esta análise ao campo do *Pensamento Político-Social Brasileiro*, utilizando-nos da perspectiva teórico-metodológica do “contextualismo linguístico”⁶, buscando compreender em que medida se manifesta o “pensamento político” dos intérpretes nas narrativas por eles construídas sobre o Conselheiro. Temos por base a categoria analítica de “pensamento político” formulada por Gildo Marçal Brandão, que afirma que não obstante ao exame do “conteúdo substantivo das ideologias e visões-de-mundo, a ênfase analítica será posta na descrição das ‘formas de pensar’ subjacentes – estruturas e categorias teóricas, com base nas quais a realidade é percebida, a experiência prática elaborada e a ação política organizada.” (BRANDÃO, 2007, p. 30).

Em linhas gerais, pretendemos demonstrar que essas interpretações apresentam-se, em grande medida, como espelhos das mentalidades e produções intelectuais do período em que se inscrevem, tendo visíveis deslocamentos temporais, os quais coincidem com seus contextos de produção e com as mudanças na realidade histórico-político-social e intelectual vivenciada pelos intérpretes – gerando, como se verá mais detidamente no capítulo 2 dessa dissertação, narrativas que ora negam, ora valorizam a figura do Conselheiro e seu papel histórico no processo de formação da identidade nacional brasileira. Nesse sentido, ao nos determos sobre as diversas visões existentes a respeito de Antônio Conselheiro, encontramos também variadas leituras políticas sobre a guerra de Canudos, seus atores/sujeitos, bem como quanto à

⁵ Sobre essas e tantas outras possibilidades de enfoque analítico, consultar: Barros (1998); Bovo (2007); Calasans (1997); Carneiro (2010); Costa (2012); Menezes (1999).

⁶ Discutiremos os aspectos centrais dessa perspectiva de maneira mais aprofundada ainda na Introdução deste trabalho.

relevância deste fenômeno para o processo de criação da nação brasileira proposta pelo regime republicano⁷.

Nessa perspectiva, fez-se necessário um exercício de imersão intelectual nessas múltiplas representações para se propor um mapeamento dessas diferentes narrativas, descrevendo suas principais características, bem como os intérpretes afiliados a elas. Isso se justifica porque não encontramos nenhum trabalho que trate especificamente do tema aqui proposto a partir da perspectiva do pensamento político, embora alguns textos dêem indicativos da necessidade de ser desenvolvido – como veremos adiante –, mesmo se tratando de uma problemática complexa na medida em que o corpus de análise é, como já apontado anteriormente, bastante extenso e diversificado.

Durante o levantamento bibliográfico, realizado a partir de documentos impressos e digitais⁸, foi encontrada uma série de estudos que vêm no sentido de nos apresentar, sobretudo, uma divisão cronológica/temporal das vertentes explicativas a respeito da importância histórica de Conselheiro⁹. Entretanto, quase a totalidade desses trabalhos limita-se a debater os cânones interpretativos mais evidentes na historiografia oficial de Canudos: a tradição euclidiana, inspirada na narrativa construída por Euclides da Cunha em *Os Sertões*; e o revisionismo historiográfico, iniciado por volta da metade do século XX, tendo como principal nome o historiador José Calasans – constituindo-se enquanto uma inflexão interpretativa, também chamada de “Canudos não euclidiano”.

Contudo, analisando as produções teóricas inscritas no contexto dos últimos anos do século XX e do início do XXI, bem como a partir dos discursos e narrativas empreendidas pelos pesquisadores contemporâneos que se dedicam a estudar essa temática, notamos que tem se formado uma nova maneira de categorizar os intérpretes desse importante momento histórico e seus atores/sujeitos: está se constituindo, nesse contexto, uma divisão entre o que

⁷ Esses apontamentos são consequência de reflexões realizadas no processo de orientação dessa pesquisa, com participação efetiva da professora doutora Vera Alves Cepêda.

⁸ Após a definição dos objetivos centrais dessa pesquisa, o ponto de partida para a busca de referências bibliográficas foi o já mencionado portal *Portfolium*. Das referências encontradas, surgiram outras, que, por sua vez, indicavam outras tantas.

⁹ Dentre os tantos trabalhos, destacamos as produções de Silva (1997; 2001), Rocha (2007), Bovo (2007) e Araújo Sá (2008), os quais serão apresentados e comentados no capítulo 2 desta dissertação.

genericamente se convencionou chamar de euclidianos (ou euclidianistas¹⁰) e conselheiristas¹¹.

Nesse sentido, a pesquisa ora apresentada teve como objetivo principal a intenção de responder a seguinte questão central: há, de fato, uma diferenciação entre os assim chamados “euclidianos” e “conselheiristas” no que diz respeito às narrativas construídas por eles quanto ao papel histórico, político e social da figura de Antônio Conselheiro? Deste questionamento, derivaram-se pelo menos outras três indagações, as quais nos auxiliaram a melhor sistematizar a constelação de ideias surgidas no processo de reflexão:

1) admitida a hipótese da possibilidade dessa divisão em apenas duas vertentes explicativas, estas seriam capazes de abarcar o extenso número de divergentes explicações a respeito de Antônio Conselheiro?

2) se há a possibilidade dessa divisão, haverá, dentro delas, subdivisões que classifiquem os intérpretes de forma mais precisa?

3) a delimitação dessas duas vertentes explicativas, distintas e aparentemente contrastantes no que se refere às suas matrizes discursivas, facilitaria o estudo sobre a figura do Conselheiro, no que concerne a responder as questões ainda em pauta no pensamento político-social brasileiro?

¹⁰ Segundo a professora doutora Maria Olívia Garcia Ribeiro de Arruda, há um caloroso debate a respeito da diferenciação entre euclidianos e euclidianistas, termos que, dependendo do intelectual consultado, apresentariam características específicas que os diferenciariam; portanto, não podem ser tomados como sinônimos autênticos, simplesmente – sobre essa celeuma, faz-se necessário um exercício de pesquisa rigoroso, algo que não foi possível de se realizar neste trabalho.

¹¹ Bovo (2007), em sua dissertação de mestrado, que versa sobre as representações sobre Antônio Conselheiro na dimensão ficcional, ressalta que, embora haja outras maneiras de se categorizar os intérpretes desse tema, atualmente tem ganhado espaço as denominações mais genéricas de “euclídiano” e “conselheirista”. Vale ressaltar que a pesquisadora Iraci Simões da Rocha, em sua tese de Doutorado em Letras e Linguística, defendida em 2007, discute alguns aspectos que envolvem essa categorização. Rocha (2007) defende a tese de que houve/há um movimento de “glorificação” de Euclides da Cunha e de Antônio Conselheiro, por grupos distintos entre si, criando-se, como consequência, dois respectivos movimentos de perpetuação da memória de seus ícones.

Uma evidência que corrobora a necessidade de aprofundamento a respeito dessa genérica divisão, seus desdobramentos e consequências aconteceu bastante recentemente. Trata-se da realização de uma mesa redonda com essa temática durante a Semana Euclídiana de 2014, evento realizado entre os dias 08 e 15 de agosto daquele ano, em São José do Rio Pardo-SP. Esse evento, realizado anualmente há mais de 75 anos, reúne uma expressiva quantidade de estudiosos para debaterem e se aprofundarem nas questões relativas a Euclides da Cunha, sua vida e obra, bem como os aspectos historiográficos e sociopolíticos da Guerra de Canudos. A mesa redonda em questão foi realizada no dia 12 de agosto de 2014, sendo mediada pela professora Maria Olívia Garcia Ribeiro de Arruda, doutora em Teoria e História Literária pela Universidade de Campinas – UNICAMP, tendo como debatedores o professor Manoel Antônio dos Santos Neto, historiador responsável pela coordenação do Centro de Estudos Euclides da Cunha – CEEC, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB e a professora Marleine Paula Marcondes e Ferreira de Toledo, doutora em Letras pela Universidade de São Paulo – USP, os quais debateram em torno de duas horas e meia sobre a viabilidade ou não dessa divisão, buscando avaliar se essa categorização é suficientemente adequada para explicar os diversos movimentos teórico-interpretativos a respeito da personagem histórica do Conselheiro.

Nesse ínterim, para atingirmos os objetivos propostos, fez-se necessário um esforço de pesquisa no sentido de mapear, apontar e analisar as diferentes narrativas construídas a respeito de Antônio Conselheiro antes, durante e após a Guerra de Canudos. Buscou-se, nesse primeiro movimento analítico, compreender e explicar as variadas abordagens existentes sobre a figura de Antônio Conselheiro, apontando suas principais clivagens e tendências e, dentro do pensamento político-social brasileiro, quais e por que se tornaram hegemônicas em determinado período histórico.

Surgiu, do exercício de imersão nessas narrativas, a necessidade de se dar maior atenção aos dois cânones interpretativos que por vezes são tidos como contraditórios, os quais são costumeiramente utilizados para designar quem são os euclidianos e os conselheiristas, na medida em que se filiam a um deles. Trata-se da tradição euclidiana, iniciada por Euclides da Cunha (1866-1902), e da revisão historiográfica realizada por José Calasans Brandão da Silva (1915-2001). Essas duas perspectivas interpretativas serão apresentadas e cotejadas, respectivamente, nos capítulos 3 e 4 deste trabalho – onde se procurará demonstrar que a visão de Euclides da Cunha, tomada enquanto canônica até meados do século XX, apresentava uma leitura política hegemônica no momento coetâneo da guerra, tornando-se a “voz autorizada” sobre aquele fenômeno; enquanto José Calasans, num contexto de modernização da sociedade brasileira, narra aquele fenômeno a partir de uma outra ótica, a da perspectiva dos vencidos, contribuindo para uma guinada interpretativa do Conselheiro, agora positivada, contrária à de Euclides. Torna-se curioso que, nesse contexto de variadas interpretações, Canudos e o Conselheiro tomam dupla conotação: são “obra literária”, a partir do competente discurso de Euclides, em *Os Sertões*, mas são também “fato histórico”, mais tarde valorizado pelos teóricos do revisionismo historiográfico – e, enquanto fato histórico, sua absorção social acontece via interpretação e narrativa, meios pelos quais os momentos reais ganham difusão no tempo, passando a fazer parte, também, da agenda do pensamento político-social brasileiro (CEPÊDA, 1997). Interessante ressaltar, ainda, que Euclides da Cunha é reconhecido no campo do pensamento social brasileiro enquanto “intérprete do Brasil”, responsável por produzir uma obra que se inscreve no rol das que “formaram o pensamento brasileiro” (CEPÊDA, 1997) – o que não ocorre, na mesma medida, com Calasans, valorizado mais no campo da produção historiográfica.

Essa seleção se justifica na medida em que

Ao se pesquisar sobre a Guerra de Canudos, dois nomes aparecem, inevitavelmente: Euclides da Cunha e José Calasans. Impossível dissociar o tema desses dois nomes. Do conjunto de obras que compõe a historiografia de Canudos, ambos se destacam. *Os Sertões* dominou o conhecimento histórico de Canudos durante a primeira

metade do século XX, “conservando” o tema para a posteridade. O conjunto da obra de José Calasans constitui-se no ponto de inflexão, que rompeu gradativamente com o modelo de interpretação euclidiana introduzindo novas fontes e abordagens de pesquisa. Em outras palavras, ele conduziu os parâmetros da pesquisa durante a segunda metade do século XX, revelando uma “Canudos mais humana, mais viva”. (NASCIMENTO, 2004, p. 127).

Para tanto, visando atingir aos objetivos já expostos anteriormente, utilizamos como mecanismo de compreensão e análise as contribuições teóricas e metodológicas propostas pelo historiador Quentin Skinner. A partir da leitura e análise de alguns dos seus principais textos, sobretudo *Meaning and understanding in the history of ideas*, trabalho publicado em fins dos anos 1960, procuramos nos apropriar e utilizar as construções teóricas que fundamentam o seu programa de estudos, denominado de contextualismo linguístico, para compreender e analisar em que medida se deram as construções discursivas das vertentes ora pesquisadas, enfocando-se a relação entre texto e contexto de produção. Ademais, lançamos mão das principais questões levantadas pelos estudiosos dessa maneira de se pensar a história intelectual, sobretudo John Pocock (2013), Reinhart Koselleck (2006), João Feres Júnior (2006), Marcelo Gantus Jasmin (2005; 2006), Ricardo Silva (2010), Marco Antonio Lopes (2011), dentre outros.

Quentin Skinner (1988; 2006) propõe um novo método de interpretação da história do pensamento político, buscando articular as ideias ao seu contexto de produção, compreendendo-as através do uso da linguagem e dos seus “atos ilocucionários”. Em síntese, Skinner aponta para a relevância do contexto no qual se desenvolvem as ideias, pois, “quando tentamos situar desse modo um texto em seu contexto adequado, não nos limitamos a fornecer um ‘quadro’ histórico para nossa interpretação: ingressamos já no próprio ato de interpretar” (SKINNER, 2006, p. 13.).

Nesse sentido, John Pocock fornece uma explicação sintetizada sobre a proposta metodológica de Skinner:

Era necessário, Skinner dizia, saber o que o autor estava fazendo: o que ele pretendia fazer (o significado para si) e o que ele tinha conseguido fazer (o significado para os outros). O ato e seu resultado haviam ocorrido em um contexto histórico, constituído em primeiro lugar pela linguagem do discurso em que o autor escrevera e fora lido. E, embora o ato de fala pudesse renovar e redirecionar essa linguagem, modificando-a, ela não deixava de estabelecer limites àquilo que o autor podia dizer, queria dizer e podia ser entendido como dizendo. (POCOCK, 2012, p. 197) (grifos no original).

Desse modo, de acordo com a teoria proposta por Skinner, para se compreender uma ideia proferida por um determinado autor “seria preciso, de um lado, ter o domínio sobre as

complexas intenções deste ao proferí-la e, por outro, saber qual era a audiência que visava ele atingir no momento mesmo da escrita” (SOUZA, 2008, p. 8). Assim, seria possível e necessário entender quais eram as intenções e motivações políticas e sociais do autor ao construir tais ideias, tornando-se possível “caracterizar o que um determinado autor pretendia fazer, por exemplo, ao atacar ou defender uma linha particular de argumento, ao criticar ou contribuir com uma tradição particular de discurso, e assim por diante” (SOUZA, 2008, p. 8).

Para tanto, Skinner (1988) nos propõe traçar uma relação entre o dado enunciado pelo autor e o amplo contexto linguístico disponível e utilizado naquele momento, ou seja, o repertório de ideias e conceitos com as quais ele dialogou. Nessa perspectiva, é necessário, para se compreender o sentido da ideia estudada, “o conhecimento das convenções sociais em torno da linguagem (como as ideologias, o repertório intelectual, e o vocabulário conceitual existente)” (SOUZA, 2008, p. 9). Decorrem, dessas premissas, duas regras gerais para que se possa interpretar “adequadamente” um texto ou ideia, segundo as proposições de Skinner:

A primeira deve levar em consideração não apenas o texto a ser interpretado, mas também as convenções prevalentes que governam as ideologias em uso, uma vez que os autores são limitados, em suas intenções durante a escrita, pelo “estoque de conceitos” disponíveis que eles poderiam empregar. A segunda regra, como desdobramento da primeira, sugere que o historiador das ideias só atingirá uma compreensão de seu objeto se focar o mundo mental do escritor, suas crenças empíricas, suas percepções e sentimentos, seus valores morais e políticos, assim como suas ideologias compartilhadas, trocadas intersubjetivamente com seus pares, com sua audiência. (SOUZA, 2008, p. 9-10).

Ademais, Skinner (2006) chama a atenção para a necessidade de relacionar-se a intenção e motivação do autor com o vocabulário normativo disponível, bem como a ideologia e ação política deste, “uma vez que ao proferir um enunciado o autor tem em mente legitimar um projeto político entre os grupos de indivíduos que constituem a sua audiência” (SOUZA, 2008, p. 11).

Diante do exposto, metodologia desenvolvida por Skinner e aperfeiçoada pelos demais autores referenciados, o contextualismo linguístico nos permitiu atingir os objetivos propostos e responder as questões ora elencadas, sendo possível melhor compreender como e por que se criaram as diferentes vertentes explicativas a respeito da figura de Antônio Conselheiro, além de desnudar algumas questões que contribuíram para compreender o porquê de determinada narrativa se tornar hegemônica em determinado contexto. Assim, ao nos debruçarmos sobre as aproximações e deslocamentos teóricos presentes nas interpretações euclidianas e conselheiristas sobre o Conselheiro, pudemos, a partir da perspectiva metodológica utilizada, melhor compreender o sentido e o significado das ideias presentes em cada um dos lances

interpretativos analisados. Isso porque, ao construir tal interpretação, o intelectual expressa o seu pensamento político ao ingressar “num contexto polêmico para definir a superioridade de determinadas concepções, produzindo alianças e adversários e buscando a *realização* prática de suas ideias.” (JASMIN, 2005, p. 28). Nesse sentido, o contextualismo linguístico nos permitiu “identificar as balizas para a compreensão do debate político no período” (ARAÚJO, 2013, p. 15), as quais foram confrontadas com as narrativas construídas pelos intérpretes, segundo o que prescreve a premissa teórico-metodológica de que dessa inter-relação entre autor, texto e contexto “resulta a correta compreensão de uma ideia ou teoria [...] pela sua apreensão no interior do *contexto* em que foram produzidas” (JASMIN, 2005, p. 28).

Por fim, se faz necessário reiterarmos que visamos, por meio deste trabalho, contribuir para trazer ao meio acadêmico e aos estudiosos deste assunto um conjunto maior, tanto quanto possível, de subsídios para melhor compreender esse significativo momento histórico e os personagens que dele participaram. Contudo, temos consciência de que esta pesquisa configura-se num empreendimento arrojado, passível de equívocos teórico-metodológicos e necessitado de ajustes, uma vez que trata de tema tão complexo, com enfoque de natureza transdisciplinar, sobre o qual já foram produzidos inúmeros estudos. Ademais, a despeito de suas limitações, necessário salientar que não se configura como nosso objetivo fazer inferências valorativas sobre as diversas vertentes explicativas, no sentido de classificá-las como mais ou menos adequadas. Intenciona-se, num primeiro movimento, apenas descrevê-las, apontando seus principais membros e ideias propaladas, para que sejam conhecidas as bases em que se constituíram as vertentes que estão sendo fruto de classificação e análise neste trabalho, a euclidiana e a conselheirista.

Este estudo está dividido em 4 capítulos. Após a apresentação introdutória, faremos, no primeiro capítulo, um esboço histórico do tempo em que se inscrevem os fatos analisados. Nesse sentido, para melhor compreendermos a dimensão social tomada pela figura do Conselheiro, o que fez com que se tornasse objeto de tantos estudos, faz-se necessário compreendermos o momento histórico no qual se inscreve o fato social que se tornou conhecido como “Guerra de Canudos”, movimento do qual Antônio Conselheiro foi líder. Assim, dissertaremos sobre esse evento histórico baseado em diversas fontes, das mais variadas vertentes, tomando o cuidado para não recair-se num esquematismo cronológico dos fatos. Deste modo, focalizaremos os desdobramentos sociopolíticos que, segundo especialistas, dão sentido à existência de tal movimento e, por conseguinte, de seu líder. Também neste capítulo, esboçaremos um mosaico biográfico de Antônio Vicente Mendes Maciel, notabilizado pela historiografia oficial como Antônio Conselheiro. E aqui,

obviamente, encontra-se as mais variadas versões a respeito dessa figura histórica. Decidimos, entretanto, nos basearmos principalmente na trajetória apresentada por José Calasans, considerado, ainda hoje, o maior conhecedor da temática conselheirista¹² – este se baseia, inclusive, como veremos no quarto capítulo dessa dissertação, nas informações fornecidas por Euclides da Cunha, complementando-as (ou refutando-as, quando julga necessário) baseando-se nos relatos dos sobreviventes de Canudos (ou, como preferia Calasans, na “voz dos vencidos”).

No capítulo dois, esboçaremos as principais interpretações apresentadas a respeito do Conselheiro, nas quais aparecem os fatos e argumentos utilizados pelas matrizes discursivas que serão trabalhadas mais à frente – o que, segundo o contextualismo linguístico, é necessário para se estabelecer contato com o repertório de ideias com o qual os autores dialogavam, além de evidenciar o “estoque de conceitos” de cada época estudada, bem como ajudar a reconstituir o chamado “mundo mental” dos autores analisados. Daremos destaque: às versões apresentadas pela imprensa, pela Igreja Católica e pelas Forças Armadas, bem como pela classe dominante à época; às produções realizadas no momento imediatamente após a Guerra, antes mesmo da publicação de *Os Sertões*, por Euclides da Cunha; e aos relatos dos sobreviventes da Guerra¹³. Por conseguinte, apresentaremos sucintamente as mais variadas categorizações desenvolvidas pelos intelectuais que se debruçaram sobre a temática aqui estudada – e aqui está uma parte relevante deste trabalho: a sistematização, já explicitada como necessária, e até esboçada por alguns pesquisadores, das incontáveis classificações já propostas por autores como Walnice Nogueira Galvão (1976; 1981; 1994), Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros (1998), Manoel Antônio dos Santos Neto e Roberto Nunes Dantas (2003), Ana Paula Martins Corrêa Bovo (2007), Antônio Fernando de Araújo Sá (2008), Maria Juliana de Matos Carneiro (2010), dentre outros que serão apresentados e analisados no decorrer deste trabalho. Nesse contexto, abordaremos as divisões e subdivisões baseadas em: 1) diferenciação por períodos históricos (“periodização cronológica”), ou seja, as diferentes divisões, medidas cronologicamente, em que as vertentes interpretativas se constituem enquanto hegemônicas; 2) relativas ao papel desempenhado por Euclides da Cunha e sua obra prima para o conhecimento da temática, discutindo se foi marcadamente positivo ou, ao contrário, danoso ao processo de conhecimento da temática em voga; 3) a abordagem a partir

¹² Cf. Galvão (2012); Menezes (1999); Nascimento (2004); Santos Neto; Dantas (2003); Valladares (2013); Ventura (2001); Villa (1995; 1998); Zilly (1998), dentre outros.

¹³ Dentre esses relatos, abordaremos aqueles que obtiveram maior visibilidade, talvez por terem sido de pessoas bastante próximas ao beato: Pedrão e Manoel Ciríaco (CARNEIRO, 1965); Maria Mamede de Jesus e José Ciríaco (DANTAS, 1969); e, por fim, o relato mais referenciado, de Honório Vilanova (MACEDO, 1964), conhecido como “a última testemunha ocular de Canudos”.

da área de estudo e interesse do intelectual, configurando-se quase como uma diferenciação por formação profissional – contrastando estudiosos do campo das letras com os das ciências sociais e humanas; 4) através da perspectiva teórico-discursiva utilizada para explicar tais eventos e personagens históricos que dele participaram; 5) e, por último, uma perspectiva pluralista, na qual os estudiosos utilizariam um misto de informações, abordando desde a periodização histórica até os interesses e matrizes discursivas utilizadas pelos intérpretes (lógica transdisciplinar).

No terceiro capítulo, propomo-nos a discutir o primeiro dos dois paradigmas explicativos sobre Antônio Conselheiro: *a tradição euclidiana*, tendo como referência o célebre autor Euclides da Cunha e sua obra *Os Sertões*. Para isso, apresentaremos um mosaico biográfico desse autor, visando reconstituir o contexto histórico, social e intelectual vivido por ele, apontando, também, o maior número de referências que nos auxilie a reconstituir seu “mundo mental”. Após, faremos a exposição do retrato do Conselheiro desenhado por Euclides em *Os Sertões*, para depois problematizar as principais características da narrativa euclidiana, demonstrando quais são os conceitos-chave utilizados por ela, além de apontar as possíveis clivagens e tendências existentes no interior desse cânone interpretativo e em que medida elas se relacionam com a mentalidade e o contexto intelectual de suas produções.

O capítulo de número 4 nos apresentará o outro cânone interpretativo selecionado para nossa pesquisa: a vertente do “Canudos não euclidiano”, fundada pelo historiador José Calasans (inflexão que abrigaria os assim denominados “conselheiristas”). Do mesmo modo como realizado com a outra narrativa estudada, também apresentaremos um resumo biográfico de Calasans, reconstituindo o contexto de suas produções, além de apresentar e discutir as narrativas inspiradas nesse paradigma interpretativo.

Ao final serão apresentadas as ideias conclusivas deste trabalho, momento em que se discutirá, entre outras questões, até que ponto os dois cânones interpretativos anteriormente apresentados podem ser considerados, de fato, divergentes, a tal ponto de serem criadas matrizes discursivas e vertentes explicativas para diferenciá-los. Em síntese, baseado nas discussões anteriores, bem como em entrevistas com pessoas de notório saber a respeito da temática de nosso interesse¹⁴, buscaremos, como primeiro movimento analítico, compreender

¹⁴ Utilizamos, como instrumento e estratégia de pesquisa, a aplicação de um questionário com questões abertas a intelectuais que têm produções relevantes a respeito da temática aqui abordada – as explicações metodológicas da aplicação dos questionários encontram-se no Apêndice 1 dessa dissertação; no Apêndice 2 estão as respostas obtidas que, preservado o anonimato dos respondentes, podem se tornar material de análise de outras pesquisas deste ou de outros pesquisadores. Ainda, como se pode melhor compreender no Apêndice 1, realizamos entrevistas informais e bate-papo com outros diversos estudiosos envolvidos nos eventos científicos que abordaram as temáticas estudadas nessa pesquisa. A título de exemplo, citamos e agradecemos as colaborações

e analisar a hipótese de divisão entre os campos interpretativos designados de euclidiano e conselheirista; após, passaremos para o que se configura enquanto tema central desse trabalho, que é a discussão a respeito da viabilidade ou não dessa divisão, momento em que buscaremos demonstrar que essa categorização não é suficientemente adequada para explicar os diversos movimentos teórico-interpretativos a respeito da figura conselheirista. Assim, concluiremos que, a grosso modo, a divisão existente entre euclidianos e conselheiristas não é rígida, nem tampouco dá conta de abarcar todas as complexas e por vezes contrastantes narrativas existentes a respeito da guerra de Canudos e do Conselheiro, às vezes apresentando flagrantes divergências interpretativas até mesmo dentro do mesmo grupo. Nesse sentido, essa cisão se mostrou imprecisa (e, por vezes, parcial) constituindo-se, basicamente, apenas enquanto preferência temática, como se fossem formadas duas “linhas de pesquisas” sobre um mesmo tema, as quais teriam objetivos e enfoques diferentes entre si – gerando, assim, resultados também diferentes (e até divergentes). Ou, ainda, como apontou Rocha (2007), seriam expressão de movimentos de glorificação de Euclides da Cunha ou de Antônio Conselheiro (e até, talvez, de José Calasans, mais tarde).

De todo modo,

É no confronto entre estas matrizes discursivas que emerge uma multiplicidade de abordagens e versões sobre a experiência social de Canudos e a liderança de Antônio Conselheiro, indo desde o imaginário construído pela historiografia oficial e por parte da tradição euclidiana sobre uma sociedade miserável, ignorante, antro de bandidos e fanáticos, guiados por um louco bronco - fruto do abismo cultural entre o sertão/barbárie e o litoral/civilização; até o resgate positivo de Canudos como Aldeia Sagrada, Canaã nordestina, Nova Jerusalém, símbolo de uma reforma agrária possível no século passado, e Antônio Conselheiro como reformador social. (ARAUJO SÁ, 2011, p. 20).

Destarte, cabe-nos ressaltar que essas versões estão ainda em constante revisão e (re)significação, existindo um grande número de intelectuais debruçados sobre essa temática, nas mais diversas áreas, o que vem alargando os campos interpretativos e tem contribuído sobremaneira para uma cada vez melhor compreensão do grandioso e significativo momento histórico da Guerra de Canudos, seus atores/sujeitos, bem como seus prováveis desdobramentos no campo do *Pensamento Político-Social Brasileiro* e na sociedade brasileira.

de: Adriana Fontes, Alex Vieitas, Álvaro Ribeiro de Oliveira Netto, Anabelle Loivos Considera, Ana Paula de Paulo Pereira de Lacerda, Ana Paula Martins Corrêa Bovo, Ângela Maria Rossas Mota de Gutiérrez, Antonio Olavo, Carmen Cecília Trovatto Maschietto, Fadel Davi Antônio Tuma Filho, José Carlos Barreto de Santana, Juan Carlos, Léa Costa Santana Dias, Leopoldo Bernucci, Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros, Manoel Antônio dos Santos Neto, Marcio José Lauria, Marcos Ribeiro da Silva, Maria Olívia Garcia Ribeiro de Arruda, Nicola de Souza Costa, Pedro Lima Vasconcellos, Rachel Aparecida Bueno da Silva, Regina Abreu, Renan César Petrasso, Sílvia Beatriz Adoue, Stenio Esteter.

I. MOSAICO HISTÓRICO E BIOGRÁFICO

Para melhor compreensão da importância e dimensão social tomada pela figura conselheirista, se faz necessário, antes, compreendermos o momento histórico no qual se inscreve o fato social que se tornou conhecido como “Guerra de Canudos”, movimento no qual Antônio Conselheiro aparece enquanto líder do povo camponês. Entretanto, não nos cabe, neste trabalho, dissertarmos sobre esse evento histórico, em particular, mas apenas sobre os desdobramentos sociopolíticos que, segundo especialistas, dão sentido à existência de tal movimento e, por conseguinte, de seu líder.

1.1 Contexto Histórico: da Monarquia à República e a emergência da Guerra de Canudos

A sociedade brasileira, em fins do século XIX, passava por profundas transformações. Após 1888, com a abolição da escravatura, havia uma passagem econômica da ordem escravista para a capitalista; imigrantes adaptavam-se aos modos brasileiros, já que, sem a opção do trabalho escravo, a burguesia brasileira investiu, apoiada pelo Estado, na utilização de imigrantes para realização dos trabalhos antes executados pelos escravos; fazendeiros habituavam-se ao trabalho assalariado (CÁRCERES, 1997). Todas essas transformações coincidiram com a acelerada urbanização de uma realidade até então rural, refletindo uma mudança ainda mais radical que as citadas anteriormente: o centro nervoso da economia transfere-se da agricultura para a indústria. Em 1889 é proclamada a República, e mesmo tendo passado por algumas mudanças, o país herdou as instituições da monarquia: “o mundo político que valorizava a permanência contra a mudança, a elite com valores aristocráticos, a massa de ex-escravos cujo objetivo era não trabalhar.” (CALDEIRA, 2000, p. 230).

O novo regime governista, apesar das promessas de grandes transformações e melhorias sociais, pouco realizou frente às questões que o povo demandava. Nos primeiros anos da República era notório o descaso com que a classe trabalhadora, sobretudo do espaço rural, era tratada. Desse modo,

O ano de 1889 não significou uma ruptura do processo histórico brasileiro. As condições de vida dos trabalhadores rurais continuaram as mesmas; permaneceram o sistema de produção e o caráter colonial da economia, a dependência em relação aos mercados e capitais estrangeiros. (COSTA, 1999, p. 361)

Entretanto, antes mesmo dos eventos da recém-proclamada República, outros fatos marcaram de forma decisiva o dia-a-dia dos camponeses do sertão nordestino, palco do

evento histórico analisado neste trabalho. Destacamos, aqui, dois deles: a Abolição da Escravatura e a terrível seca de 1877, conhecida como “Seca de 77”.

No que se refere à seca, sabe-se que ela foi fator decisivo para tornar ainda mais difícil a vida do povo sertanejo. Isso porque ela estava

Dizimando a vida, a natureza e os rebanhos. Causando o maior estrago visto no país e na economia do Nordeste. Os milhares de mortos são incontáveis. Os rebanhos convertem-se em legiões de carcaças condecorando o atraso planejado. [...] Nesta travessia dos abandonados, cada cruz prescreve o rumor da morte; cada cova é fé e protesto contra uma nação que abandona os seus filhos trabalhadores. (OLIVEIRA, 1997, p. 28).

A abolição, nesse contexto,

foi um fato marcante que vai contribuir para um deslocamento da mão de obra das fazendas, causando queda na produção e perda de poder dos senhores de escravos, pois os ex-escravos vão engrossar o séquito do Conselheiro. Elevando seu prestígio, sua liderança e fortalecendo o movimento Conselheirista como força popular [...] decididamente a partir do “13 de maio”, os escravos que eram mão de obra essencial dos barões de café, algodão, cana e gado, entre a Bahia e Sergipe, agora constroem sua cidade e fazem batalhões gratuitos nas terras dos amigos e simpatizantes de Conselheiro. (OLIVEIRA, 1997, p. 30).

Nesse ínterim, logo após a proclamação da República é estabelecido um governo provisório sob a chefia do marechal Deodoro da Fonseca, ex-combatente da Guerra do Paraguai. Deodoro tomou uma série de medidas que visavam dar força e sustentação ao nascente regime republicano: separou a Igreja do Estado; instituiu o casamento civil; exilou a família imperial; deu autonomia aos estados. O fracasso da política econômica do Governo Provisório, aliado às crises já existentes, gerou uma profunda crise. Pressionado pelas oligarquias, Deodoro convocou uma Assembleia Constituinte para elaborar a primeira Constituição Republicana do Brasil, a qual estabeleceu a necessidade de uma eleição presidencial. Deodoro elegeu-se presidente novamente, agora por eleição indireta (CÁRCERES, 1997).

O texto da Carta Magna de 1891 previa que o primeiro presidente da República fosse eleito pelo Congresso. Deodoro venceu a disputa contra Prudente de Moraes, porém seu candidato à vice-presidente não. Surge, a partir da cisão criada entre os grupos que haviam se associado para tomar o poder, uma disputa entre os poderes executivo e legislativo. Essa disputa culmina com o fechamento do Congresso Nacional, pelo presidente, o que o torna um ditador. A Marinha se revolta, obrigando-o a renunciar para evitar uma guerra civil. Floriano Peixoto, o vice, assumiu a presidência, mesmo contrariamente à Constituição de 1891, que estabelecia a realização de uma nova eleição presidencial caso o antigo presidente não houvesse completado a metade do mandato. Com o intuito de afirmar o poder do presidente

contra os outros grupos políticos, Floriano depôs governadores, prendeu e obrigou opositores ao exílio, enfrentou constantes motins militares, além de esmagar os federalistas. Para conseguir apoio político, reabriu o Congresso.

Com o fim do mandato, novas eleições foram realizadas, tendo como vencedor Prudente de Moraes, representante da poderosa aristocracia rural cafeeira paulista. Tinha início, nesse momento, a República Oligárquica. Entretanto, o governo Prudente de Moraes caracterizou-se, principalmente, pela tentativa de apaziguamento entre os diversos setores oligárquicos e lideranças militares. Nesse sentido, como aponta Caldeira (1997), seu governo torna-se vulnerável politicamente, na medida em que tinha diversos opositores, além de herdar dificuldades econômico-financeiras do governo anterior, provocadas por gastos com as revoltas e pela crise do café.

Doente, Prudente de Moraes se afasta da presidência, passando o cargo a Manuel Vitorino Pereira, o vice. É nesse momento que irrompe o movimento rebelde de Canudos, que, segundo Villa

foi o grande momento da história nordestina do final do século XIX e significou a negação radical de uma sociedade marcada pelo racionalismo cientificista, pelo mandonismo e pela lógica do capital, acabando por se transformar em uma das maiores referências da história do Brasil. (VILLA, 1995, p. 245)

Nesse contexto, sendo o líder desse movimento, a figura de Antônio Conselheiro é notabilizada, tornando-se uma importante personagem da história brasileira. No próximo tópico será apresentado o processo de formação do Arraial de Canudos e do surgimento da figura de Antônio Conselheiro.

1.2 Mosaico biográfico: a formação de Canudos e de Antônio Vicente, o Conselheiro

Antônio Vicente Mendes Maciel nasceu na Vila de Santo Antônio de Quixeramobim, na então Província do Ceará Grande, em 13 de Março de 1830¹⁵. Depois, acrescenta José Calasans,

[...] à proporção que ia ganhando prestígio no seio dos sertanejos, conquistou um rol de apelidos. Antônio dos Mares, Santo Antônio Aparecido, Divino Antônio, Santo Conselheiro, Bom Jesus Conselheiro, Bom Jesus. Historicamente, ficou sendo Antônio Conselheiro, a mais difundida de suas alcunhas. (CALASANS, 1997, p. 31).

¹⁵ Calasans (1997), como já exposto anteriormente, explica que havia grande discussão a respeito da data correta de nascimento de Antônio Vicente, mas “o pesquisador Ismael Pordeus, cearense, resolveu a questão, apresentando documento idôneo – sua certidão de batismo” (1997, p. 32).

Seu pai, Vicente Mendes Maciel, era comerciante de secos e molhados e gostava de se aventurar no ramo da construção civil. Sua mãe, Maria Joaquina de Jesus, morreu quando Antônio tinha apenas quatro anos de idade.

Pouco se sabe sobre os primeiros anos de vida de Antônio Vicente. “O certo é que, na infância e na adolescência, ele recebeu uma educação institucional bastante superior à média de seu tempo” (MACEDO; MAESTRI, 2004, p. 16). Aprendeu a ler, escrever e a contar com um dos amigos do pai e então ingressou na escola do professor Manuel Antônio Ferreira Nobre, famoso educador da região, onde iria aprender aritmética, geografia e latim (CALASANS, 1997). Talvez, como aponta Nicola Costa (2006), o pai o quisesse encaminhá-lo para o sacerdócio, o que naquela época significava poder e influência social.

Vicente Maciel morreu em 1855, após sofrer grandes prejuízos na área da construção civil e ter se entregado ao álcool. Deixou viúva, três filhas solteiras e Antônio. Em consequência da morte do pai, Antônio foi forçado a largar o estudo celibatário, tornando-se, assim, chefe da família, já que sua madrasta começava a apresentar sinais de loucura (COSTA, 2006).

Pressionado pelos antigos credores do pai, e sem grandes aptidões para os negócios do armazém, Antônio, temendo o fracasso, procurava consolo na leitura da Bíblia. Começou a pensar em construir sua própria família somente depois de ver suas irmãs casadas. Foi quando conheceu, vinda de Sobral, acompanhada pela mãe, a bela e jovem Brasileira Laurentina de Lima, sua prima, de quinze anos de idade, por quem se apaixonou e casou logo depois da morte de sua madrasta (que não concordava com essa união).

Antônio resolve, então, liquidar o negócio do armazém, penhorando seus bens e iniciando em companhia da esposa e filho suas andanças pelo interior da Província. Depois daí exerceu várias profissões. Foi escrivão em Campo Grande, caixeiro em Sobral, professor no Crato, advogado provisionado em Ipu. Abandonado pela mulher, endividado e sem dinheiro, sofreu grande mudança pessoal e entregou-se, definitivamente, à vida errante de pregador religioso católico, percorrendo os sertões do Ceará, Pernambuco, Sergipe e Bahia, pregando a palavra de Deus e dando conselhos (RIOS, 1994).

Em 1874, quando apareceu na Bahia, já o seguiam os primeiros fiéis. É desse ano a primeira notícia relatando o aparecimento do “misterioso personagem”, na edição de 22 de novembro de 1874 do periódico sergipano *O Rabudo*:

O nome dos bemfeitores da humanidade é esquecido e conservado fatalmente a memória dos que aflagellarão, se não ignorarmos o nome dos que descobrirão e popularizarão os venenos mais subtis, nem a vida dos que inventarão as armas mais mortíferas em compensação não sabemos o d’aqueles que criando um instrumento ou esboçando uma idéa abrirão à intelligencia humana o campo incommensuravel

do trabalho, ou que encaminharão por suas maneiras prejudiciaes à um profundo abysmo, o pobre povo inexperiente. Aquele que por suas acções aparentemente de verdadeira philantropia procura fazer-se saliente por meio de um regime qualquer, não lhe importando ser ou não contrario aos nossos principios religiosos; que, com a infamo capa da hypocrisia abusando do espirito pacifico dos encarregados do poder; ainda mais da simplicidade ou para melhor diser da tacanhosa de espirito da plebe toma-se inacessivel, cêdo ou tarde será aferrolhado pelo dedo da justiça, e d'então cahirá em complecta degradação. Abons seis meses que por todo o centro desta e da Provincia da Bahia, chegado, (diz elle,) da do Ceará infesta um aventureiro santarrão que se apellida por Antonio dos Mares: o que, avista dos apparentes e mentirosos milagres que disem ter elle feito, tem dado lugar a que o povo o trate por S. Antonio dos Mares. Esse mysterioso personagem, trajando uma enorme camisa azul que lhe serve de habito a forma do de sacerdote, pessimamente suja, cabellos mui espessos e sebósos entre os quaes se vê claramente uma espantosa multidão de bixos (piólhos). Distingue-se elle pelo ar mysterioso, olhos baços, téz desbotada e de pés nus; o que tudo concorre para o tornar a figura mais degradante do mundo. Anda no caracter de missionario, pregoando e ensinando a doutrina de Jesus Christo, diz. Suas predicas consistem na prohibição dos chales de merinó, botinas, pentes; e não comer se carne e cousas dôces nas sextas e sabados. Tem levantado latadas em diversos lugares e por onze dias arrastado o povo a seos concelhos sendo tudo bem semelhante a uma missão de cujas ordens se acha revestido. O fanatismo do povo tem subido a ponto tal que affirmão muitos ser o próprio Jesus Christo e disem mais, que fora dos conselhos de tal santo não haverá sertamente salvação; beijão-lhe a veste sebosa com a mais fervente adoração! Algumas pessoas de juiso são accordes que esse homem commeteo um grande crime, o procura espial-o ou encobril-o por esta forma: não aceita esmolos, e a sua allimentação é a mais resumida e simples possivel. É incalculavel os prejuisos que teem soffrido os pobres pais de familia; pois vêem todo o fructo de suas fadigas tornando em cinzas logo apoz ás predicas do misterioso saltimbanco. Pessoas há que não deixarão se quer um uniforme complecto; e se conservarão ainda algumas pessoas he por não quererem ou não poderem ficarem totalmente nús. Pedimos providencias a respeito: seja esse homem capturado e levado a presença do Governo Imperial, a fim de prevenir os males que ainda não forão postos em prática pela auctoridade da palavra do Fr. S. Antonio dos Mares moderno. Dizem que elle não teme a nada, e que estará a frente de suas ovelhas. Que audácia! O povo fanático sustenta que n'elle não tocarão; Já tendo se dado casos de pegarem em armas para defendel-o. Para qualquer lugar que elle se encaminha segue-o o povo em tropel, e em número fabuloso: Acha-se agora em Rainha dos Anjos, da Provincia da Bahia, erigindo um Templo. (O Rabudo, Estância, 22 nov. 1874¹⁶)

Na Bahia, em 1876, foi preso por suspeita de homicídio, tendo sido acusado de matar a própria mãe; e dali foi mandado para o Ceará. Por falta de fundamento da acusação, foi posto em liberdade e voltou à Bahia (MOCELLIN, 1998).

Euclides da Cunha, em seu célebre livro, *Os Sertões* (2009), cita um artigo publicado em 1877 no anuário *Folhinha Laemmert*, publicado no Rio de Janeiro, o qual fazia referências ao beato:

Apareceu no sertão no norte um indivíduo que se diz chamar Antônio Conselheiro, e que exerce grande influência no espírito das classes populares servindo-se de seu

¹⁶ *O Rabudo*, Estância/Sergipe, n° 7, 22 nov. 1874, p. 1 [Aracaju, Biblioteca Pública Epiphaneo Dorea. Pacotilha n°42] – Transcrição da notícia original realizada pelo historiador Jadilson Pimentel dos Santos. In: SANTOS, Jadilson Pimentel dos. *O legado artístico-visual concebido em torno de Antônio Conselheiro e publicado em jornais da última metade do século XIX. 19&20*, Rio de Janeiro, v. VII, n. 3, jul./set. 2012. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/obras/antonio_conselheiro.htm>.

exterior misterioso e costumes ascéticos. [...] Vive a rezar terços e ladainhas e a pregar e dar conselhos às multidões que reúne, onde lhe permitem os párcos; e, movendo sentimentos religiosos, vai arrebanhando o povo e guiando-o a seu gosto. Revela ser homem inteligente, mas sem cultura" (CUNHA, 2009, p. 269-270)

Passou de 1877 a 1887 andando pelos sertões, parando aqui e acolá, empenhando-se com seus beatos em construir e restaurar capelas, igrejas e cemitérios. Segundo Calasans (1986), admite-se a existência, na igreja popular sertaneja, de uma hierarquia, contendo beatos e conselheiros. "Ao beato cabia a missão de tirar rezas, cantar ladainhas, pedir esmolas para obras da igreja. O conselheiro ia além, porque, melhor preparado sobre os temas religiosos, pregava, dava conselhos". Ademais, um conselheiro pode ter um ou mais beatos sob suas ordens, o que se via no caso de Antônio. O povo, por sua vez, seguia todos os atos de Antônio Conselheiro, obedecendo-lhe cegamente. Ele e o grupo viviam de doações, de coleta, de frutos silvestres, de caça.

Na época, porém, o bispo da Bahia dirigiu circular aos párcos, determinando-lhes que proibissem os fiéis de assistir às prédicas de Antônio Conselheiro. Em 1886, o delegado de Itapicuru enviou ofício ao chefe de polícia da Bahia, onde se refere à divergência entre o grupo de Antônio Conselheiro e o vigário de Inhambupe; porém, nem a providência do arcebispo, nem a do delegado deu resultado.

Em 1887, o arcebispo, junto ao presidente da província, volta a acusar o Conselheiro de pregar doutrinas subversivas. Em resposta, o governo imperial tentou internar o Conselheiro num hospício de alienados no Rio de Janeiro, mas não conseguiu por falta de vaga (CALASANS, 1997).

Surge, então, o primeiro incidente entre Conselheiro e as autoridades, em uma localidade chamada Bom Conselho. Antônio Conselheiro manda arrancar e queimar os editais de impostos que estavam fixados nas paredes e nos muros, além de aconselhar que ninguém pagasse os tributos. Depois disso, seu grupo, com aproximadamente duzentos fiéis seguidores, parte em retirada, mas é perseguido por uma força de polícia (formada por trinta soldados que os alcança em Masseté). O grupo do Conselheiro consegue, contudo, derrotar os policiais (COSTA, 2006).

Após esse episódio, Conselheiro e seus seguidores continuam fugindo, até se fixarem numa fazenda de gado abandonada, à margem do rio Vaza-barris, onde fundou uma comunidade, cujos princípios eram propriedade comum das terras e divisão dos bens adquiridos (RIOS, 1994). Antônio Conselheiro se transformou numa lenda que se espalhou por todo o País. A população do povoado chegou a milhares de habitantes que recuperaram a região, criando rebanhos e plantando para o próprio consumo.

Figura 2 - “Fiel retrato do fanático Antônio Conselheiro”

Periódico *A Gazetinha* (1897)



Fonte: SANTOS, 2012.

O Arraial do Belo Monte, sonho antigo de Conselheiro, era uma comunidade sem poderes constituídos, sem exploração, onde as pessoas podiam viver em paz, tendo como base a fé em Deus. A produção, bastante diversificada, era distribuída entre todos. Não se cobravam impostos, nem eram permitidas bebidas alcoólicas. Existiam duas escolas e duas igrejas, e era obrigatório aos habitantes assistirem as duas prédicas diárias de Antônio Conselheiro (MONIZ, 1987).

Em 1888, após a abolição da escravidão, inúmeros ex-escravos seguiram rumo ao arraial. Junto deles, agregavam-se seguidores pertencentes a uma nova camada social marginalizada pelo regime dominante. Havia acabado a escravidão, mas o latifúndio permanecia. Com a proclamação da República, em 1889, pouca coisa havia mudado. Os proprietários rurais continuaram a dispor, como no tempo da monarquia, do poder econômico e político (CHIAVENATO, 1988).

Corriam para Canudos os descontentes com o novo regime: “pequenos proprietários ameaçados pelos grandes, artesãos, vaqueiros, emigrantes, ex-escravos e numerosos camponeses inconformados com a pobreza e o desamparo.” (MONIZ, 1987, p. 43). Agora, segundo o referido autor, haveria um local onde todos seriam iguais. Belo Monte era, nesse sentido, um abrigo aos “esbulhados de seus bens, para os que viviam errantes, sem trabalho, sem lar, para os perseguidos pelos grandes proprietários, pelo fisco, pelas autoridades policiais e políticas.” (MONIZ, 1987, p. 43).

Canudos era uma comunidade altamente organizada. Essa organização devia-se, principalmente, à fé do povo depositada na figura do Conselheiro. Ele era um homem simples, profundamente religioso, católico tradicionalista, que repudiava a República e as mudanças que haviam surgido com ela.

Figura 3 - “Antônio Conselheiro combatendo a República”



Charge de Ângelo Agostini para a Revista Illustrada (1897)

Fonte: SANTOS, 2012.

Hábil orador e profundo conhecedor da realidade social do sertão, Conselheiro torna-se um risco à autoridade dos coronéis, do Estado e até da própria Igreja. “[...] A atuação de Conselheiro como chefe religioso desdobrava-se naturalmente na de chefe político, deixando sem função os coronéis. O exemplo de Canudos [...] amedrontava as oligarquias sertanejas. Os homens de Canudos não temiam mais os coronéis, as autoridades políticas e policiais” (CÁRCERES, 1999, p. 252-253). Aqui, pode-se ver o caráter revolucionário das ações de Conselheiro, o qual “dava um sentido à vida dos sertanejos, demonstrando no dia-a-dia os limites do poder autocrático do Estado, da Igreja e dos latifundiários e, mais ainda, a possibilidade de superação desta ordem social”. (VILLA, 1995, p. 29)

Politicamente, Antônio Conselheiro repudiava a república, a qual trouxe mudanças inaceitáveis. Para ele,

[...] a república quer acabar com a religião, esta obra prima de Deus que há dezenove séculos existe e há de permanecer até o fim do mundo; porque Deus protege a sua obra: ela tem atravessado no meio das perseguições, mas sempre triunfado da impiedade. Por mais ignorante que seja, o homem conhece que é impotente o poder humano para acabar com a obra de Deus. (MACIEL apud RIOS, 1994, p. 18-19).

Nesse trecho, escrito pelo próprio Conselheiro¹⁷, constata-se o que Vasconcellos aponta como sendo “uma crescente dissociação entre a lei dos homens e a lei divina” (VASCONCELLOS, 2010, p. 41), onde a República representaria a injusta lei dos homens. Dessa forma, o novo regime passa a encarnar a figura do Anticristo, fato tão presente no consciente coletivo do povo de Belo Monte. Além de toda a avalição negativa por parte do clero, que perdera prestígio quando da separação entre Igreja e Estado, a República “chegou ao sertão na forma de novos impostos e reforço do mandonismo local” (VASCONCELLOS, 2010, p. 41), o que explicaria a posição contrária dos sertanejos. Assim, ela não poderia significar outra coisa senão desgraça, obra demoníaca.

Os coronéis, latifundiários, políticos e até a própria Igreja, descontentes com a repercussão tida pelo arraial, procuraram um pretexto para se voltarem contra Canudos. Alegando ser este um movimento de restauração monarquista, o governo intensificou a perseguição, mandando tropas para controlar os rebeldes. Apesar de todo o aparato bélico do exército brasileiro, foram necessárias quatro expedições para massacrar o povoado.

O primeiro ataque militar aconteceu em outubro de 1896, por iniciativa do governo da Bahia, após receber telegrama de Arlindo Leone, o juiz da cidade de Juazeiro¹⁸. Tendo sido derrotada, foi solicitada mais uma expedição. A segunda foi em janeiro de 1897, comandada pelo Major Febrônio de Brito. A terceira, enviada após a derrota da anterior, foi a expedição comandada pelo Coronel Antônio Moreira. A quarta e maior expedição foi comandada pelo General Arthur de Andrade Guimarães. Ela contava com aproximadamente 4.000 soldados e, no decorrer da luta, o próprio Ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado Bittencourt, seguiu para o sertão baiano e instalou-se a 15 léguas de Canudos (em Monte Santo, base das operações).

Após a morte de alguns dos seus mais importantes ajudantes, Conselheiro se vê obrigado a dedicar-se com mais afinco ao combate. Passa a se alimentar mal, dormir pouco. O seu corpo, nesse momento, começa a mostrar os sinais de esgotamento. Se não podia vencer os inimigos, ele queria morrer ali mesmo, em Canudos. E seu desejo foi concretizado: caiu de joelhos e depois de braços, na porta do santuário, quando faltou o ar e a voz não mais saía. “O destino não quis que ele fosse vencido pelos inimigos, e sim pela natureza da qual era uma

¹⁷ Ataliba Nogueira, em seu livro *Antônio Conselheiro e Canudos*, publicado em 1974, transcreve um dos dois manuscritos encontrados no arraial de Belo Monte, ambos de autoria atribuídas ao Conselheiro. Para maiores informações, consultar a referida obra.

¹⁸ O telegrama foi enviado após Conselheiro mandar avisar o coronel João Evangelista de Mello que sua gente iria buscar o carregamento de madeira comprado e já pago, porém não entregue na data combinada. Suas palavras foram consideradas como ameaça pelo emitente do telegrama, o juiz Leone. (CALASANS, 1997)

força transbordante. E cerrou os olhos. Assim morreu Antônio Vicente Maciel, o Conselheiro.” (MONIZ, 1987, p. 238).

Figura 4 - “Retrato do Bom Jesus Antônio Conselheiro, após exumação” (1897)¹⁹



Fotografia: Flávio de Barros²⁰

Acervo: Museu da República / Instituto Moreira Salles

Fonte: ALMEIDA, 1997.

A rebelião de Canudos, sem a presença de seu líder, já estava condenada. E foi, então, reprimida. No dia 5 de outubro de 1897, morreram os últimos defensores, fato que foi poética e brilhantemente narrado por Euclides da Cunha, em *Os Sertões*:

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente 5 mil soldados. (CUNHA, 2009, p. 778)

Ao amanhecer do dia 6 é descoberto, pelos militares, o cadáver de Antônio Conselheiro. Ele foi desenterrado, decapitado, e sua cabeça enviada para estudos científicos.

¹⁹ Segundo José Calasans, esta é a única imagem que pode ser considerada “real” de Antônio Conselheiro.

²⁰ Flávio de Barros foi o fotógrafo oficial do Exército na guerra, chegando a Canudos em 26 de setembro de 1897, acompanhando a Divisão de Artilharia Canet. São conhecidas, das suas fotografias originais, três coleções, as quais pertencem a diferentes instituições: Museu da República, no Rio de Janeiro (72 fotos); Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (68 fotos); e Casa de Cultura Euclides da Cunha de São José do Rio Pardo (24 fotos) (ALMEIDA, 1997).

Nesse dia, o arraial, que foi completamente destruído e incendiado, contava com 5.200 casebres.

Esses acontecimentos tiveram repercussão nacional após a publicação, por Euclides da Cunha, da obra intitulada *Os Sertões*²¹, onde relatou com riqueza de detalhes os acontecimentos da chamada Guerra ou Campanha de Canudos, em 1896-1897. Também neste livro, considerado por muitos como a “Bíblia da Nacionalidade” (ABREU, 2009), Euclides descreve o meio geográfico (o sertão) e os homens (sertanejos, jagunços, o Conselheiro) que compunham o cenário da “Revolta de Canudos”.

Esse importante momento histórico passaria, a partir da publicação de *Os Sertões*, a representar importante marco do pensamento político-social brasileiro, constituindo-se num “espelho da mentalidade e da produção intelectual do período” (CEPÊDA, 1997, p. 66). Entretanto, como veremos nos capítulos seguintes, embora tenha sido a “voz autorizada” sobre o fenômeno de Canudos e todas as suas dimensões, com o passar do tempo cedeu lugar a tantas outras vertentes explicativas, sobretudo no que se refere ao sentido histórico, social e político da figura de Antônio Conselheiro.

²¹ Para maiores detalhes a respeito de *Os Sertões*, consultar o terceiro capítulo desse trabalho, onde serão discutidos, dentre outros, aspectos de forma e conteúdo da obra em questão.

II. AS INTERPRETAÇÕES SOBRE A FIGURA CONSELHEIRISTA

Inúmeras interpretações haviam sido criadas, antes mesmo de acontecer a trágica guerra de Canudos, para tentar explicar Antônio Conselheiro e o séquito de sertanejos que o acompanhavam. Durante a ocorrência do conflito (1896-1897) e mesmo após ter sido encerrado, em 5 de outubro de 1897, o arraial de Canudos e sua população também foram objetos das mais diversas considerações, permanecendo questões polêmicas e não respondidas até a atualidade. Esses juízos de valor, segundo Nicola Costa (2012, p. 1), “refletiam e refletem os diferentes interesses dos observadores em relação a Antônio Conselheiro, aos sertanejos, ao arraial de Canudos e à guerra, sendo baseados em argumentos diversificados”.

Nesse sentido, o tema Canudos permanece aberto a todos os tipos de interpretações, colocando aos intelectuais novos problemas que as pesquisas procuram elucidar. Surgem, do conjunto dessas múltiplas interpretações possíveis, variadas teses e versões sobre a figura do Conselheiro, as quais são representativas do contexto histórico e intelectual ao qual estão inscritas. Vale ressaltar que, conforme o método do contextualismo linguístico - já delineado na introdução deste trabalho -, se o “amplo contexto linguístico” (SKINNER, 1988) pesa na conformação de determinada construção intelectual, esta construção, do mesmo modo, também gera impactos no ambiente em que se inscreve o autor. Assim, torna-se relevante conhecermos essas interpretações e seus autores, bem como o contexto de suas produções, na medida em que aceitamos a hipótese de que essas ideias expressam posicionamentos políticos que figuram “não [como] mera representação ex post de interesses consolidados, mas como parte constitutiva desses interesses e como ferramenta de disputa e formação de decisões, instituições e mudanças históricas” (CEPÊDA, 2015, p. 2).

Nessa medida, na perspectiva do *Pensamento Político Brasileiro*, focalizaremos, no momento de análise dessas interpretações, “os itens que compõem a dinâmica e o *locus* do pensamento social e politicamente constituído como parte operante do debate político” (CEPÊDA, 2015, p. 2), procurando dar ênfase na

potência que intelectuais, obras, escolas, paradigmas e teorias tiveram – e ainda têm – nas explicações (ideologia, retórica, argumentos) que movem o campo político, influenciam atores em sua ação (incluindo o reconhecimento de seus interesses – que desde Tocqueville já havia sido assinalados como compreendidos, portanto modulados intelectivamente) [...]. (CEPÊDA, 2015, p. 2).

Ao expor as diversas versões interpretativas, entretanto, nos colocaremos quase como “advogados” dos que emitem as opiniões, numa intenção de que sejam melhor compreendidos

os argumentos utilizados para construí-las – o que nos auxilia a cumprir as premissas da metodologia utilizada neste trabalho, na medida em que estaremos tomando contato com as “convenções sociais em torno da linguagem (como as ideologias, o repertório intelectual e o vocabulário conceitual existente” (SOUZA, 2008, p. 9), sem deixarmos de considerar que as produções intelectuais podem conter em seu bojo, ao mesmo tempo, intenção e/ou efeito político prático.

2.1 As interpretações de Canudos - antes e durante a guerra

A partir de 1874, Antônio Conselheiro passou a sofrer os mais diversos juízos por parte de seus adversários - que eram os padres, os fazendeiros, os militares e as autoridades -, que o viam como uma ameaça ao *statuts quo*, julgando-o com argumentos depreciativos que a elite social usava para rotular os que desafiavam seu predomínio e suas crenças. De maneira geral, poucos fizeram justiça à figura de Antônio Conselheiro (BOVO, 2007). Vamos enumerar alguns desses juízos, especialmente os que contiverem versões polêmicas. Eles foram retirados de jornais, cartas, documentos, relatórios, crônicas e livros da época.

Figura 5 – Capa de *O Rabudo* (22 de novembro de 1874)



Fonte: SANTOS, 2012.

A primeira notícia referente a Antônio Conselheiro foi publicada pelo jornal “*O Rabudo*”, de Sergipe, em 22 de novembro de 1874, ainda o chamando de Antônio dos Mares, como era conhecido então Antônio Vicente Mendes Maciel (CALASANS, 1997). Nela encontramos algumas versões contra ele que irão perdurar até a atualidade, embora existam

provas conhecidas e divulgadas da mesma época que as invalidem. É o caso da suspeita de que ele “cometeu um grande crime”. Afirma-se que ele era “aventureiro santarrão” e “milagreiro”, que se propunha a realizar milagres e que permitiu que o comparassem a Jesus Cristo, adorando-o. Enfatiza-se a sua “falta” de asseio pessoal, talvez com a intenção de transformá-lo numa criatura repugnante. Suas prédicas são reduzidas a meros conselhos, sem apresentarem conteúdo teológico sério. A solução para capturar e entregar o Conselheiro às autoridades imperiais, segundo Nicola Costa, “prática comum da elite social contra quaisquer movimentos populares, herdada do período colonial” (COSTA, 2012, p. 5), foi sugerida nos seguintes termos: “[...] Pedimos providências a respeito: seja esse homem capturado e levado à presença do Governo Imperial, a fim de prevenir os males que ainda não foram postos em prática pela autoridade da palavra do Fr. S. Antônio dos Mares moderno” (O Rabudo, 22-11-1874). Portanto, nessa primeira notícia já surgem as teses de que o Conselheiro seria assassino, aventureiro, milagreiro, fanático e repugnante.

Em 18 de junho 1876, o jornal “A Província de São Paulo” divulgou uma nota sobre Antônio Conselheiro enfatizando aspectos vagos, em nada científicos, de sua pessoa, como seu “exterior misterioso”, a prática de “atos de selvageria” contrários à vida civilizada, a possibilidade de ser talvez um “grande hipócrita” perigoso para a moral pública, um “fanático” incompatibilizado com a vida mental equilibrada e, supostamente, um perigoso caso patológico, levantando a suspeita de ser ele “um criminoso” (SCHWARCZ, 1987). Era a ótica que predominava nos meios intelectuais e jurídicos da época, como esse mesmo jornal viria a definir anos mais tarde, na publicação do dia 29 de novembro de 1883: “[...] É hoje supérfluo estabelecer que os criminosos têm escrito no seu cérebro e no seu organismo os vícios hereditários ou adquiridos, as paixões bestiais ou a degeneração de que estão feridos”. Como em todo o século XIX, o comportamento social dos indivíduos era explicado por fatores biológicos, genéticos, raciais e inatos inspirados nas idéias de pensadores europeus como Augusto Comte, Ernest Renan, Hippolyte Taine, Charles Darwin, Herbert Spencer, Joseph A. Gobineau, Cesare Lombroso e outros (COSTA, 2012).

Antônio Conselheiro incomodou, também, alguns membros da Igreja Católica Apostólica Romana. Numa circular de 1882, o Arcebispo de Salvador o acusava de divulgar “doutrinas supersticiosas”, e de “enfraquecer a autoridade dos párocos” da região. Alertava que se entenderia com o Chefe de Polícia de Salvador caso o Conselheiro continuasse a praticar os mesmos abusos. Dessa forma, a Igreja Católica, unida ao Estado imperial e privilegiada por ser o catolicismo a religião oficial do país desde 1824, considerava-se a dona

e a orientadora única da fé das pessoas. As “providências” que o Arcebispo ameaçava solicitar ao Chefe de Polícia seriam a ação policial contra Antônio Conselheiro e a sua prisão. Nesse contexto, “a questão religiosa era vista como um caso de polícia, como alguns anos mais tarde também seria considerado caso de polícia a questão social” (COSTA, 2012, p. 7).

Como a circular de 1882 não detivera a pregação de Antônio Conselheiro, com a concordância de muitos padres católicos, e o aumento do número de seus seguidores, o novo Arcebispo de Salvador, D. Luiz Antonio dos Santos, em 1887 denunciou ao Presidente da Província da Bahia não mais as “idéias supersticiosas” de Antônio Conselheiro, mas suas “idéias subversivas”, sua desobediência e dos seus em relação “à religião e ao estado”. O Arcebispo sugeria ao Presidente da Província que ele deveria “providenciar da forma que melhor entender”, eufemismo que significaria a repressão policial contra o Conselheiro e seus seguidores (COSTA, 2008).

Em 1895, já no período republicano, Frei João Evangelista de Monte Marciano e outros dois padres ficaram alguns dias em Canudos em missão oficial da Igreja Católica baiana. Ali celebraram missas, ouviram confissões e realizaram casamentos, pois Antônio Conselheiro “não se arroga nenhuma função sacerdotal”. Encontrou resistências e ameaças nos canudenses, ao tentar convencê-los a abandonar Canudos e a voltar para seus lugares de origem. O Conselheiro defendeu a existência de homens armados para sua proteção pessoal e declarou sua aversão pelo governo republicano que instituíra o casamento civil obrigatório, o que não aceitava por razões religiosas (CALASANS, 1997). Frei João Evangelista, em seu relatório, realçou Canudos com expressões mais políticas que religiosas, tachando-o de “seita político-religiosa”, “foco de superstição e fanatismo”, “núcleo [...] perigoso e funesto de ousada resistência e hostilidade ao governo constituído do país”, “um estado no Estado” onde não eram aceitas as leis, as autoridades e o dinheiro republicano (MONTE MARCIANO, 1897 apud VASCONCELLOS, 2010). Sua sugestão ao governo baiano para impor a Canudos a religião católica, as leis republicanas e a civilização era uma “providência”, expressão muito usada pelo clero católico, que significava a intervenção militar em Canudos, para acabar com o “fanatismo” e a “anarquia” ali reinantes, segundo sua opinião (VASCONCELLOS, 2010).

Em março de 1897, o Barão de Jeremoabo, o senhor Cícero Dantas Martins, teve duas cartas publicadas no “Jornal de Notícias” da Bahia, de onde destacamos o seguinte: “[o Conselheiro é] um elemento perturbador da ordem e do trabalho em sua região”; “[Seu regresso do Ceará] ateou com intensidade o fogo do fanatismo e Antônio Conselheiro já não era mais penitente, era um enviado de Deus ou o próprio Deus”; “[...] O povo em massa

abandonava as suas casas e afazeres para acompanhá-lo. Com a abolição do elemento servil ainda mais se fizeram sentir os efeitos da propaganda pela falta de braços livres para o trabalho”; “Assim foi escasseando o trabalho agrícola e é atualmente com suma dificuldade que uma ou outra propriedade funciona, embora sem a precisa regularidade”. Sendo um dos maiores latifundiários do Nordeste, o Barão de Jeremoabo denunciava Canudos como um imã que atraía, com seu apelo religioso, a escassa mão-de-obra existente no sertão da Bahia, inclusive os ex-escravos, o que prejudicava a produção agrícola. O Conselheiro perturbava a ordem econômica e social que interessava aos fazendeiros baianos. Não se denunciava a ocupação de suas terras pelos canudenses, mas a escassez da mão-de-obra que seguia para Canudos (CAMARA, 2003).

Durante a guerra era expressiva a participação da imprensa, que enviara seus correspondentes para o local do conflito, de onde surgiam notícias quase que diárias, enfocando os mais diversos aspectos. Walnice Nogueira Galvão assinala que

a Guerra de Canudos invade o editorial, a crônica, a reportagem, o anúncio e até o humorismo. Como forte veículo de manipulação, antes da era da comunicação eletrônica, o jornal, a serviço de correntes políticas a quem interessava criar o pânico e concentrar as opiniões em torno de um só inimigo, prestou serviços inestimáveis. Já que não era caso de invasão, não se podia contar com um inimigo externo; tinha-se aqui, bem à mão, e tão marginalizado que nem poderia protestar contra o papel que lhe atribuíam, um inimigo interno. A função do jornal foi servir como porta-voz das referidas correntes, lançando um brado de alerta e de convocação do corpo nacional ameaçado pela subversão interna (...) no caso do Brasil, foi de um pioneirismo extraordinário. E, se esse pioneirismo é mais para envergonhar que para honrar, todavia nesse momento a eficácia do veículo foi enorme. (GALVÃO, 1981, p.71-72)

Canudos seria entendida e explicada pelos jornais com os argumentos baseados nas premissas teóricas das correntes positivistas, evolucionistas, deterministas e lombrosianas então em voga na intelectualidade nacional (FACIOLI; NASCIMENTO, 2003). Os principais jornais do país passaram a denunciar Canudos como o "centro de convergência da ação restauradora", o "poderosíssimo reduto central do tresloucado e caduco monarquismo", o "antro dos famigerados", o "covil dos miseráveis inimigos da pátria", o "antro do banditismo", a "cidade maldita", onde "o banditismo, a ignorância e o fanatismo estúpido e perverso acastelaram-se para a eterna vergonha de nossa pátria". Os jornais classificavam Antônio Conselheiro como "célebre bandido", e os canudenses como "bandidos", "bestas-feras", "monarquistas encobertos", "malvados inimigos", "bárbaros", "desgregados da sociedade", "inimigos da pátria", "celerados", "hordas selvagens", "inimigos da república". Os soldados do governo recebiam tratamento diferente, sendo considerados como "heroicos defensores da

pátria”, “bravos defensores da República”, “intrépidos cruzados da República”, “valentes soldados”, “obreiros da boa causa da pátria” (GALVÃO, 1976).

Dessa forma, os jornais que expressavam as preocupações das classes dominantes alimentaram a hipótese de que Antônio Conselheiro e seus seguidores eram controlados por grupos que queriam restaurar a monarquia no país. Essa hipótese foi criada pela imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo, já que quase nenhum fazendeiro ou autoridade da Bahia acreditava ou manifestara tal temor (GALVÃO, 1994). Em todo caso, o propalado perigo de “restauração” monárquica foi a justificativa para fazer-se a guerra contra Canudos. Esse fantasma, na verdade, ajudou o combalido regime republicano a unir suas forças e a consolidar-se definitivamente no país. No trecho do jornal “O Estado de São Paulo” há a confissão maquiavélica, sem meias palavras, de que a propalada “restauração monárquica” atribuída aos canudenses não passou de um mito inventado pelos republicanos para justificar a repressão contra Antônio Conselheiro e seus seguidores.

A pesquisadora Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros, buscando descrever o cenário sociopolítico da época, assinala que

governantes, legisladores, autoridades militares e articulistas de importantes jornais manipularam fatos, inventaram alianças entre canudenses e a destronada monarquia, fabricaram navios carregados de armas deslocando-se da Europa para o sertão, conseguindo enfim modelar o pensamento aterrorizado, defensivo e vingativo da época. Desembocando o clima de tensão numa histeria de pânico das populações urbanas, instaura-se o vandalismo na capital da República, com multidões empastelando jornais e destruindo residências de monarquistas nas ruas mais sofisticadas por onde desfilavam os “segmentos mais civilizados” do país. (BARROS, 1998, p. 325)

Nesse contexto, até a imprensa internacional se interessou pelo fenômeno que vinha ocorrendo no Brasil. O jornal inglês “The Times”, de Londres, fez uma longa análise do que estava acontecendo no sertão baiano, apresentando versão contrastante com a que a maior parte da imprensa brasileira emitia. Destacamos, dessa análise, o seguinte trecho:

O movimento de Antônio Conselheiro não tem importância em si. A facção extremada do partido republicano no Rio acusou os monarquistas de serem cúmplices do Messias sertanejo; mas [...] tal acusação não tem fundamento algum, embora servisse de pretexto para molestar, atacar e até matar proeminentes monarquistas. Esse movimento dos sertões da Bahia tende, porém, a tornar-se um perigo, porque “polítiques sem escrúpulos” estão dispostos a servir-se da força que o apoio de um vasto corpo de homens armados lhes pode dar, e é essa possibilidade de intrigas para o futuro que se deve temer (GALVÃO, 1977, p.76-77)

Assim, o jornal inglês desmentia o possível caráter monarquista do movimento de Canudos, vendo nele apenas um pretexto para “politiqueiros sem escrúpulos” tirarem proveito, tanto no plano federal, no Rio de Janeiro, quanto no estadual, na Bahia. Dessa forma, “a guerra contra Canudos e o seu alarmado monarquismo restaurador não teriam passado de mitos forjados para encobrir interesses políticos mesquinhos, à custa de um banho de sangue sem precedentes na História brasileira” (COSTA, 2012, p. 13).

2.2 As interpretações de Canudos após a guerra

Terminada a guerra de Canudos, várias foram as produções que se dispuseram a explicar o que ocorrera no nordeste brasileiro. Com destaque para os jornalistas, políticos e militares, a maioria testemunhas oculares do confronto, surgiram os registros de seus depoimentos em obras escritas com opiniões e juízos sobre Antônio Conselheiro, os sertanejos, Canudos e a guerra.

Merece destaque, nesse grupo, Raimundo Nina Rodrigues, médico, criminologista, antropólogo, um dos principais responsáveis pela introdução, no Brasil, da frenologia, grande defensor das teses da degenerescência e tendências ao crime dos negros e mestiços. Ele publica, em 1898, *As Coletividades Anormais*, onde, entre outros adjetivos, caracteriza Antônio Conselheiro e seus seguidores como: “louco”, “alienado”, “figura anacrônica”, “um delirante crônico na fase megalomaniaca da psicose”. As ideias desenvolvidas por ele, neste e em outros livros publicados anteriormente, influenciaram Euclides da Cunha na produção de sua interpretação a respeito do Conselheiro. Além disso, Nina Rodrigues se tornou figura importante no desenrolar da guerra porque, depois de encontrado o corpo de Conselheiro, no arraial destruído, a cabeça foi cortada e enviada a Salvador para estudos médicos. O exame craniométrico, realizado pelos médicos Nina Rodrigues e Sá de Oliveira, deveria constatar os traços de “epidemia vesânica”, mas, segundo declarou o primeiro, “o crânio de Antônio Conselheiro não apresentava nenhuma anomalia que denunciasses traços de degenerescência: é um crânio de mestiço, onde se associam caracteres antropológicos de raças diferentes”. Após a apresentação de uma série de dados craniométricos, a conclusão: “É, pois, um crânio normal” (RODRIGUES, 1939, p. 131).

O repórter Manoel Benício Fontenelle reuniu seus artigos publicados no “Jornal do Comércio” e publicou, em 1899, *O rei dos jagunços*, onde denominou o Conselheiro de

“velho maníaco”, “terrível rei de Canudos”. O acadêmico de Medicina e diretor do Hospital de Variolosos de Canudos na 4.^a expedição militar, Alvim Martins Horcades, publicou a *Descrição de uma viagem a Canudos*, em 1899, onde se encontra que Conselheiro foi “bandido chefe da horda canudense”, “um mentecapto”. Dias após o fim da guerra, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro incumbiu o político e escritor baiano Aristides Augusto Milton de escrever um livro que intitulou *A campanha de Canudos*, publicado em 1900. Nele, entre outras coisas, Conselheiro é taxado como “louco”, “sonhador das coisas do céu”, “alucinado pela doutrina religiosa”. Nessas obras vamos encontrar, segundo Menezes (1999), com pequenas exceções, a persistência de versões históricas a serviço dos interesses ideológicos dos grupos políticos dominantes e que repetiam o que havia sido divulgado desde 1874.

As versões propaladas pelos sobreviventes do conflito em muito diferem das apresentadas pela Igreja, pela maior parte da imprensa, pelos membros da classe dominante. Elas começaram a ser veiculadas a partir dos anos 50 do século passado, momento no qual a história oral passou a ser introduzida e valorizada no Brasil. Destacam-se, nesse contexto, as contribuições de José Calasans, um dos primeiros acadêmicos a recolher relatos dos sobreviventes e seus familiares.

O jornalista Luciano Carneiro, em 1953, conseguiu entrevistar dois sobreviventes da guerra de Canudos que faziam parte do grupo de Antônio Conselheiro. Trata-se de Manoel Ciríaco e Pedrão. A entrevista foi publicada na revista *O Cruzeiro*, de onde Luciano Carneiro tirou as seguintes impressões:

Antônio Conselheiro não era contra a Igreja Católica. Acatava os padres, respeitava os sacramentos, jamais oficiava uma cerimônia qualquer que fosse privativa de um clérigo. Não se considerava um enviado dos céus. A quem se ajoelhava para tomar-lhe a benção, dizia: “Levanta-te, que Deus é uma outra pessoa”. Só pregava o bem e só fazia o bem. Construiu as melhores igrejas da região, combateu o roubo, a mentira e o homicídio. Impediu que vivessem juntos os casais não unidos na Igreja. Mandava chamar um padre para batizar, casar e confessar a gente do arraial. Mentira que ele fosse tolerante para com o amor livre. Jamais empunhou um revólver ou um fuzil, por acesa que a luta estivesse. Sua arma era o rosário. Sim, era contra a República. Talvez porque o novo regime separou o Estado da Igreja. Mas não pensava em lutar fora de Canudos. Nunca pensou em rendição, pois não reconhecia o Governo que mandara atacar o arraial. Enquanto fosse vivo, mandou anunciar, o dinheiro republicano não correria no arraial. Não correu. Das presas de guerra, só permitia que se utilizassem as armas. Dinheiro, mantimentos, pertences, tudo era jogado no mato. Conselheiro não queria a sua gente com as coisas dos “incrédulos”. Às vezes o povo matava a fome com “cabeça de frade”, embora o inimigo houvesse abandonado, na estrada, grande quantidade de charque. Não importava. Antes a fome do que botar na boca comida da República. Parecia não odiar ninguém. Era um bom. (CARNEIRO, 1965, p. 113-14)

Maria Mamede de Jesus, sobrevivente de Canudos, então com 80 anos, aceitou dar uma entrevista a Paulo Dantas, em 1955. Nela, disse o seguinte: “O Conselheiro me ensinava os bons caminhos; queria todos nós nas obras pias. [...] Era um tempo de fartura, nada faltou no tempo do Conselheiro. [...] Os conselhos que ele dava eu guardava no coração.” (DANTAS, 1969, p. 121).

Paulo Dantas conseguiu, também, o relato de José Ciríaco, irmão de Manuel Ciríaco e de Maria Mamede: “O tempo do Conselheiro, antes da guerra começar, nos alvoroços, foi um tempo de paz. Havia muito legume de caroço e criações de chiqueiro. O rio tinha muita água e se comia muito sortido de boi e de bode” (DANTAS, 1969, p. 128)

Em 1962, o jornalista Nertan Macedo conseguiu um importante depoimento de Honório Vilanova, sobrevivente de Canudos. Este depoimento, bastante conhecido pelos estudiosos do movimento conselheirista, foi recolhido quando Vilanova tinha 97 anos de idade. São palavras dele:

Canudos era um pedaço de chão bem-aventurado. Não precisava nem mesmo de chuva. Tinha de tudo. [...] Não era doido e ninguém soube de fatos que lhe desabonassem a conduta. Santos e justos eram os seus conselhos a todos, homens e mulheres. Ah, não pegava em dinheiro da República! Mas não pegava em dinheiro de qualquer espécie, nem mesmo o de D. Pedro II! [...] Reinava o Peregrino. A sua palavra era ouro de lei. [...] Se o Peregrino ditava contra a República é porque a República era contra a religião. De sua vida, já disse, nada dizia o Peregrino. Só de uma feita, quando perguntou ao povo: “como posso ter assassinado minha mãe se fui maltratado pela minha madrasta?” (MACEDO, 1964, 39-40; 69-70)

Os depoimentos daqueles que tiveram contato direto ou bem próximo com Antônio Conselheiro nos oferecem versões outras que as apontadas anteriormente. A partir deles podemos deduzir um perfil positivo, mais humano do Conselheiro, tido como, entre outras coisas, católico fervoroso, trabalhador, aconselhador, contrariamente ao que se divulgava.

2.3 A figura conselheirista: clivagens e tendências explicativas

Nos tópicos a seguir esboçaremos, de maneira sintetizada e sistematizada, as variadas categorizações desenvolvidas pelos intelectuais que se debruçaram sobre a temática conselheirista. Apresentaremos, desse modo, a sistematização das incontáveis classificações já propostas por autores como Walnice Nogueira Galvão (1976; 1981; 1994), Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros (1998), Manoel Antônio dos Santos Neto e Roberto Nunes Dantas (2003), Ana Paula Martins Corrêa Bovo (2007), Antônio Fernando de Araújo Sá (2008),

Maria Juliana de Matos Carneiro (2010), dentre outros apresentados no decorrer do texto. Nesse contexto, abordaremos as divisões e subdivisões baseadas em:

1) diferenciação por períodos históricos, ou seja, divisão cronológica/temporal em que as vertentes interpretativas se constituem enquanto hegemônicas, demonstrando que há divergências quanto ao período em que cada uma das matrizes discursivas inscrevem-se enquanto canônicas, em razão de seu contexto histórico;

2) relativas ao papel desempenhado por Euclides da Cunha e sua obra prima para o conhecimento da temática, discutindo em que medida a narrativa euclidiana, ao se tornar “voz autorizada” sobre Canudos e o Conselheiro, contribuiu para o conhecimento dos fenômenos estudados;

3) a abordagem a partir da área de estudo e interesse do intelectual, configurando-se quase como uma diferenciação por formação profissional, apresentando as divergências existentes entre as interpretações realizadas pelos estudiosos das letras e os das ciências sociais e humanas;

4) através da perspectiva teórico-discursiva utilizada para explicar tais eventos e personagens históricos que dele participaram, tendo como foco a análise das categorias explicativas e formulações teóricas empreendidas por cada estudioso;

5) e, por último, uma perspectiva pluralista, na qual os estudiosos utilizariam um misto de informações, abordando desde a periodização histórica até os interesses e matrizes discursivas utilizadas pelos intérpretes.

2.3.1 Diferenciações por períodos históricos – divisão temporal

José Calasans, intelectual brasileiro dedicado a conhecer a temática canudense e conselheirista, propôs, no começo dos anos 50 do século XX, um campo interpretativo denominado de “Canudos não euclidiano”. Em texto do mesmo nome, publicado somente no ano de 1986, ele aponta para 3 (três) fases do pensamento conselheirista²²: 1) 1874 a 1902: desde o aparecimento do peregrino, em textos jornalísticos, até a publicação de *Os Sertões*, por Euclides da Cunha; 2) 1902 até fins da década de 40 e início de 50: hegemonia euclidiana; 3) a partir dos anos 50: revisão e releituras “à luz de modernas contribuições de feição histórica e sociológica” (CALASANS, 1996, p. 1).

²² Essa periodização também é defendida por José Maria de Oliveira Silva (1997).

Entretanto, essa não é a única formulação a respeito das diferentes vertentes do pensamento conselheirista no que tange à divisão temporal. Nicola S. Costa, historiador, que se dedica há décadas a entender esse contexto, num esforço de elencar e interpretar as diferentes produções a respeito de Antônio Conselheiro, os sertanejos e Canudos, trabalha com a hipótese de existência de 2 (dois) momentos distintos: 1) de 1874 a aproximadamente 1930: período em que estariam contrários a eles “praticamente todas as pessoas e os grupos que representavam a ideologia monárquica e depois a ideologia republicana (imprensa, polícia, latifundiários, intelectuais, clero católico, autoridades, políticos, funcionários, etc.)” (COSTA, 2012, p. 1), restando apenas algumas isoladas e desempoderadas vozes solidárias àquele povo; 2) de 1930 em diante: as versões vão se modificando, embora resistam algumas das visões pertencentes ao momento anterior, mas “às explicações biológicas, psicológicas e teológicas, começam a se contrapor explicações sociológicas, culturais e históricas, desencadeando um conflito de interpretações que permanece até hoje” (idem, p. 1). De maneira geral, aponta o autor,

Antônio Conselheiro vai deixando de ser visto como um “louco” para ser encarado como um líder popular e carismático; os sertanejos deixam de ser os “fanáticos” para serem os construtores de uma sociedade igualitária no sertão baiano; Canudos deixa de ser considerado um “antro de loucos e bandidos” para representar uma luta de classes entre ricos e pobres ou a comunidade que concretizou uma utopia. (COSTA, 2012, p. 2)

2.3.2 Papéis desempenhados por Euclides da Cunha e *Os Sertões*

De todo modo, há um ponto de convergência entre os dois intelectuais abordados acima, e mais um grande grupo de outros autores, que, guardadas algumas proporções, apontam como hegemônica, por determinado período, a visão euclidiana exposta em sua obra prima, *Os Sertões*. O que os diferencia, no limite, é o período considerado como hegemônico, bem como o juízo de valor a respeito desse fato. José Calasans, ao criar a vertente do “Canudos não euclidiano”, deixa clara sua indisposição às ideias propaladas por Euclides da Cunha em seu livro, chamado por Calasans de “gaiola de ouro”, o que, segundo esse autor, dificultou a percepção de novas versões históricas. Calasans reconhece, porém, que “discutir *Os sertões* é coisa para séculos” (GALVÃO, 2009, p. 104) e que

este livro [...] ficou como o grande depoimento de um episódio importantíssimo na história do Brasil, [...] já que foi Euclides quem nos permitiu fazer hoje uma reavaliação de Canudos, tendo, portanto, uma importância extraordinária. Eu acho que as críticas feitas são injustas, até certo ponto: a gente tem que pensar que Euclides abriu o caminho! (GALVÃO, 2009, p. 67).

Nicola de Souza Costa, entretanto, tem uma visão menos taxativa em relação à "gaiola de ouro", considerando de fundamental importância a publicação de *Os Sertões*, uma vez que este livro seria o maior responsável por trazer ao cenário social e científico assunto de tamanha relevância, imortalizando tanto o tema quanto a obra e o autor que a produziu. De aspecto mais radical, resgatamos a contribuição do historiador Marco Antonio Villa, que aponta o fato de que Canudos ficou intimamente ligado a Euclides da Cunha pela grandiosidade de *Os Sertões*, bem como pelo modelo interpretativo de Euclides, o que transformou sua obra em principal fonte histórica a respeito de Canudos, mas este fator foi danoso para uma melhor compreensão do momento histórico em suas múltiplas dimensões. Nesse sentido, Villa assevera: "de livro vingador, *Os Sertões* acabou se transformando em uma barreira para o conhecimento histórico da comunidade criada por Antônio Conselheiro." (VILLA, 1995, p. 7). Entretanto, o autor faz uma importante ressalva, apontando que não se pode imputar esse dano a Euclides, mas sim aos membros da tradição criada baseando-se em suas formulações sem as devidas problematizações, "pois o que ocorreu foi a substituição da pesquisa pela citação do argumento de autoridade" (VILLA, 1995, p. 8). Essa espécie de salvo-conduto é comprovada pela utilização da narrativa euclidiana como ponto de partida da análise realizada em seu estudo, mas não sem colocar em prática o exercício de questionamento e revisão das premissas desenvolvidas por Euclides da Cunha.

Ademais, é necessário registrarmos, aqui, a existência de outro olhar a respeito de quem seria o responsável pela imortalização do evento histórico e seus personagens, fato que esteve tangenciado nas exposições acima. Há um profícuo debate acerca dessa questão, no qual há os que se posicionam no sentido de dizer que Antônio Conselheiro e Canudos só foram imortalizados, só tiveram visibilização histórica, por conta da grandiosidade de *Os Sertões*²³. Outros, porém, afirmam o contrário. A esse respeito, o historiador Marcos Villa assevera: "Enganam-se aqueles que consideram que, se não fossem *Os Sertões*, o arraial e toda a sua luta teria caído no esquecimento. Euclides da Cunha só produziu o livro vingador porque os conselheiristas forneceram a matéria-bruta: sem ela, não teríamos *Os Sertões*." (VILLA, 1995, p. 10) De posição ainda mais taxativa, trazemos dois intelectuais que dão destaque à figura do Conselheiro. Trata-se de José Calasans e Eduardo Diatahy B. De Menezes, este último que afirma ser o Conselheiro quem,

²³ Figuras nesse grupo, entre outros: Walnice Nogueira Galvão, Oswaldo Galotti, Olímpio de Souza Andrade, Leopoldo Bernucci, Adelino Brandão, Berthold Zilly. Este assunto, em específico, será tratado em profundidade no capítulo de número 3.

com a realização de sua utopia cristã e sertaneja, retirou do anonimato dos almanaques militares para o território da História todos quantos dele participaram, [...] e o próprio Euclides que, sem essa circunstância, não disporia de tema e paixão para a sua epopéia brasileira. (MENEZES, 1999, p. 86)

2.3.3 Formações profissionais, campos de atuação e interesses temáticos

Além das duas categorizações apontadas anteriormente – a baseada na divisão de períodos dos diferentes momentos do pensamento conselheirista e a relativa ao papel desempenhado por Euclides da Cunha e sua obra prima - poderíamos apontar outros fatores que nos permitiriam a diferenciação em possíveis abordagens da figura conselheirista. Uma delas, bastante utilizada atualmente, diz respeito ao ponto de vista tomado pelo autor, bem como seu foco de interesse de estudos no que concerne ao contexto da guerra e às produções teóricas sobre ele. Nesse sentido, teríamos a primeira hipótese de diferenciação, mesmo que não haja uma distinção clara entre essas duas vertentes, entre os considerados euclidianos e os conselheiristas. Grosso modo, os primeiros seriam aqueles que se dedicariam às questões mais ligadas a Euclides da Cunha, como sua biografia, os aspectos literários e linguísticos do seu texto, entre outros pontos; os conselheiristas seriam, em contraponto, os autores que se dedicariam a estudar a Guerra de Canudos, propriamente dita, seus atores e desdobramentos sócio-político-econômicos. Desse modo, os intelectuais seriam divididos, quase que arbitrariamente, segundo seus campos de atuação profissional; assim, os euclidianos seriam, em geral, os teóricos literários e os linguistas, enquanto os conselheiristas seriam o grupo formado pelos historiadores e cientistas sociais²⁴. Entretanto, pela complexidade do tema, essa divisão não se traduz em consenso, trazendo grandes dificuldades no momento em que nos intentamos a classificar determinado pensador em um das duas abordagens – celeuma que aparecerá como parte do debate realizado nos próximos capítulos desta dissertação.

2.3.4 Perspectivas teórico-discursivas

Alguns intelectuais se debruçaram sobre essa problemática, trazendo-nos interessantes ideias para o debate. Contribuição importante vem do historiador José Maria de Oliveira Silva (2005), que aponta para a necessidade de tratarmos essa questão através da perspectiva

²⁴ A pesquisadora Maria Olivia Garcia Ribeiro de Arruda, em conversa com este autor, problematizou essa divisão apontando que, pelo menos no período em que vigia a Ditadura Militar no Brasil, era preciso, para se falar de *Os Sertões*, por conta das questões que ele levantava quanto ao ideário de nação, era preciso camuflar as interpretações pelo viés da literatura e da linguística – o que nos leva a concluir que esta divisão, pelo menos nesse contexto específico, se torna bastante imprecisa.

teórico-discursiva utilizada para explicar o contexto da guerra e os demais assuntos relacionados a ela, o que ensejariam novas formas de classificação. Em vez de se dividirem entre euclidianos e conselheiristas, segundo seu campo de atuação profissional, como proposto anteriormente, este autor afirma que a distinção deve ser feita em razão das matrizes discursivas utilizadas, que poderiam ser duas: a tradição euclidiana e as produções de viés marxista. Nesse contexto, seriam euclidianos aqueles que se aproximariam e tomariam como base a tradição historiográfica euclidiana, filiando-se a ela, passando a utilizar inclusive as mesmas categorias explicativas e formulações teóricas usadas por Euclides da Cunha, mesmo que revisadas; os de viés marxista²⁵ seriam, então, aqueles que se apropriariam dos paradigmas interpretativos do marxismo e, por isso, se afastariam e questionariam a tradição euclidiana, realizando uma ruptura, sobretudo no que diz respeito ao caráter ideológico e, como consequência, conceitual. José Maria Silva acrescenta que, segundo essa classificação, os euclidianos são aqueles que seguiram utilizando as matrizes explicativas do messianismo e milenarismo, canonizadas por Euclides da Cunha. Nesse grupo estariam, por exemplo, “José Calasans, Nertan Macedo, Odorico Tavares, Roger Bastide, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Robert Levine, Vargas Llosa, entre outros” (SÁ, 2011, p. 20). Por outro lado, os de viés marxista são os que romperam com a tradição euclidiana e se filiaram à historiografia marxista, “introduzindo novos paradigmas de análise para os movimentos camponeses do passado - luta de classes, movimentos pré-políticos, revolução utópica e socialista” (p. 20), onde figuram nomes como Rui Facó, Edmundo Moniz, entre outros.

2.3.5 Perspectivas pluralistas

A propósito das variadas análises a respeito das vertentes de interpretação da figura conselheirista, falta-nos abordar a quinta e última perspectiva, aqui denominada de pluralista. Nessa perspectiva analítica é utilizado um misto de informações, abordando desde a periodização histórica até os interesses e matrizes discursivas utilizadas pelos intérpretes do Conselheiro e do fenômeno de Canudos. Esta seria, então, uma espécie de amálgama das formas de diferenciação apontadas anteriormente.

A historiadora Maria Juliana de Matos Carneiro, num esforço de compreender os múltiplos olhares sobre Canudos, nos apresentou uma classificação que divide as diversas

²⁵ O autor não se utiliza, neste trabalho, da designação “conselheirista”, preferindo tratar o referido grupo como os “de viés marxista”.

interpretações em quatro vertentes. Maria Carneiro começa sua análise apontando a existência da primeira vertente, a qual é composta por

autores coetâneos à guerra, ou as testemunhas oculares, militares e civis das forças legais republicanas, jornalistas que foram enviados como correspondentes para fazer a cobertura do evento belicoso no palco das operações, políticos, relatório de membros da Igreja Católica que foram enviados ao arraial com a incumbência de rescindir o ajuntamento, como outros registros do período escrito por tropeiros e as atas do Relatório do Comitê Patriótico da Bahia. (CANEIRO, 2010, p. 11)

Para esta autora, os intérpretes pertencentes a essa vertente apresentam, grosso modo, uma visão negativa da figura conselheirista, ancorados num olhar “científico, urbanizado e militar sobre Canudos” (CARNEIRO, 2010, p. 27). O líder religioso, nesse sentido, “é rotulado como louco, criminoso, monomaníaco, gnóstico bronco, e aqueles que o seguiam definidos como fanáticos, delinquentes, rudes, degenerados, incultos, cruéis, traiçoeiros, feras.” (CARNEIRO, 2010, p. 27). O ícone máximo dessa corrente é Euclides da Cunha, que publicou *Os Sertões*, considerada como “a fonte basilar da pesquisa historiográfica e também na principal fonte de perpetuação dos equívocos e contradições ali abordados” (idem, p. 28) durante muitos anos.

A segunda vertente, denominada pela autora de “historiografia regionalista”, tem como expoente máximo o já citado historiador, José Calasans. Ele seria o responsável por, a partir de 1950, dar voz aos vencidos, que estavam excluídos da chamada “história oficial”. Para tanto, ele se utilizou, além da análise dos textos produzidos pela vertente anterior, dos relatos orais dos sobreviventes e ex-conselheiristas, aliada a uma rigorosa pesquisa documental. Nessa perspectiva, Calasans “nos traz uma visão de Conselheiro totalmente diferente da abordada pelos autores que testemunharam a guerra, qualificando-o como um homem bom, humilde que ajudava os pobres e necessitados, imagem reconstituída através dos depoimentos dos sobreviventes” (CARNEIRO, 2010, p. 34).

Os marxistas, os quais acreditam que em Canudos existiu um tipo de fanatismo de base material, constituem a terceira vertente explicativa elencada pela autora. Essa forma de interpretar o fenômeno de Canudos e seus desdobramentos surgiu, segundo Maria Carneiro, “entre as décadas de 1950 e 1970, numa época em que a questão da terra estava na pauta das discussões, ou seja, a questão da reforma agrária tinha se tornado objetivo de luta do grupo de esquerda do Brasil.” (idem, p. 37). Para os autores dessa corrente, como Rui Facó e Edmundo Moniz, o movimento conselheirista teve notórias feições socialistas, brigando contra os “males do monopólio da terra”, já que as terras se concentravam nas mãos de uma minoria e os pobres não tinham acesso a elas. Desse modo, “essa linha de argumentação classifica

Conselheiro como um revolucionário, um reformador social, um homem humilde, um socialista utópico, etc.” (CARNEIRO, 2010, p. 38)

A quarta, e última, vertente apontada pela autora é composta por autores que produziram suas análises a partir dos anos 90 do século passado. Estes seriam, para Maria Carneiro, responsáveis por um movimento de reavaliação histórica, baseada na construção e desconstrução da história de Canudos, ancorados em novas perspectivas teórico-metodológicas e na análise de documentos até então inéditos. Ela elenca, entre os pertencentes a esse grupo, entre outros, Marco Antônio Villa, Rogério Souza Silva e Frederico Pernambuco de Mello, os quais

distanciam-se tanto da história positivista, como a regionalista e a marxista, ou seja, não valorizam a história factual, nem a história estritamente econômica. Essa nova corrente dá ênfase nas fontes dos arquivos, se baseiam num amplo apoio bibliográfico e propõe a substituição de uma narrativa de acontecimentos por uma história-problema. Ou seja, são calcados em novas abordagens historiográficas e renunciam a descrição das operações de guerra para se dedicar a outros eixos temáticos referentes a Canudos, como o imaginário, gênero, análises discursivas, etc. (CARNEIRO, 2010, p. 49).

Contudo, os teóricos dessa corrente tendem a ter uma visão positiva do Conselheiro, o qual tem sua imagem redimensionada, sendo identificado como “civilizado, letrado, de certo nível cultural e inteligência, ou seja, uma visão de um homem superior, promovendo uma ruptura da interpretação euclidiana.” (CARNEIRO, 2010, p. 49).

Apresentados os pontos defendidos por Maria Juliana de Matos Carneiro, passamos a abordar as proposições desenvolvidas por outro importante historiador, o já mencionado José Maria de Oliveira Silva. Este autor aponta para a existência de três momentos de revisão histórica sobre Canudos e seu povo, iniciados em 1947, quando da comemoração do cinquentenário da Guerra:

Primeiro, quando surge o interesse pelos testemunhos dos sobreviventes como contraponto à história dominante; segundo, com a elaboração de uma nova tradição interpretativa revolucionária de viés marxista, que utiliza novos paradigmas analíticos como luta de classes, movimento pré-político, revolução utópica e socialista; terceiro, com o retorno às teses de Cunha no âmbito de uma revisão acadêmica. (SILVA, 1997, p.10).

Há, nesses movimentos de reinterpretação, segundo o autor, a ampliação dos campos e linguagens, utilizando-se de novas fontes de pesquisa e de expressão das ideias a respeito da temática canudense – o autor destaca, nesse sentido: filmes, história em quadrinhos, literatura de cordel, peças teatrais, romances. Assim, as novas versões da história passam a contestar as visões negativadas sobre o Antônio Conselheiro.

Silva aponta, como pioneiro dessa tradição de reavaliação histórica, o trabalho realizado por Odorico Tavares e Pierre Verger, datado de 1947, constituído de uma série de reportagens e fotos publicadas no ano do cinquentenário da guerra. Essas reportagens davam, pela primeira vez na história, um papel significativo para os relatos dos sobreviventes. Nesse sentido, “em todos os depoimentos recolhidos por Tavares, a memória popular guardava de Conselheiro a imagem de um homem bom e santo” (SILVA, 1997, p. 10).

A partir dos anos 50 a oralidade popular passa a ser cada vez mais valorizada, aliada a uma rígida busca e análise de documentos até então inéditos. Nesse ínterim, destacam-se os pesquisadores e folcloristas, José Calasans, Paulo Dantas e Nertan Macedo, os quais, através de suas pesquisas, nos trazem uma série de novos dados a respeito daquele importante momento histórico do nosso país.

Ademais, assevera José Maria de Oliveira Silva

[...] pode-se dizer que o resgate da memória popular, com depoimentos das vítimas do massacre, abriu caminho para a revisão da historiografia, subvertendo o silêncio sobre os vencidos, uma vez que predominava como hegemônica, até então, a versão de militares e políticos, de que Canudos fora um movimento de fanáticos religiosos, monarquistas e anti-republicanos. (SILVA, 1997, p. 12)

E foi essa abertura à revisão historiográfica que permitiu, segundo este mesmo autor, a existência de outra vertente explicativa: a de viés marxista. Utilizando-se de novos conceitos e paradigmas explicativos, os marxistas passaram, a partir de meados dos anos 50, a “elaborar uma nova identidade/memória dos movimentos sociais do campo” (SILVA, 1997, p. 12), revisando as ideias de autores consagrados, como Euclides da Cunha, Gilberto Freyre, Roquete Pinto, Sílvio Rabelo, entre outros.

Na vertente marxista, destacam-se Rui Faço e, mais tarde, Edmundo Moniz. A obra *Cangaceiros e Fanáticos*, publicada em 1963, por Rui Faço, segundo Silva (1997), significou a ruptura com o modelo interpretativo euclidiano, hegemônico até o começo dos anos 50. Desse modo,

Utilizando como paradigma analítico a luta de classes e a guerra camponesa, em substituição às idéias de fanatismo religioso e messianismo, Faço evidencia que os fatores responsáveis pela eclosão da Guerra de Canudos eram o monopólio da propriedade da terra e o predomínio, no campo brasileiro, de relações "pré-capitalistas" ou "semi-feudais", que não se modificaram com o surgimento da República. (SILVA, 1997, p. 13)

Instaura-se, assim, um novo modelo teórico de interpretação dos movimentos sociais do campo, onde se subalterniza a importância do messianismo, destacando-se os fatores socioeconômicos como responsáveis pela existência desses movimentos. Entretanto, Silva

aponta um fator interessante: apesar das críticas recebidas por conta de suas interpretações racistas e preconceituosas, Euclides da Cunha é “o grande interlocutor dos marxistas” (SILVA, 1997, p. 13). Isso porque, segundo o mesmo autor, “*Os Sertões* revelava um sertanejo que, apesar (ou por conta) de seu fanatismo religioso, construíra um movimento rural corajoso.” (idem, p. 13).

Outro viés analítico, iniciado nos primeiros anos da década de 60, constitui-se de um movimento de revisão acadêmica da história de Canudos e Conselheiro, em que autores como Roger Bastide, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Robert Levine “retomam o modelo cultural euclidiano e as teses sobre o messianismo, milenarismo e sebastianismo, dando novo impulso aos estudos sob essa ótica.” (SILVA, 1997, p. 14). Essas análises privilegiariam, em contraponto às outras, “o universo cultural sertanejo (visto, muitas vezes, como um mundo à parte, rústico, e com uma religiosidade diferenciada)” (idem, p. 14). Nesse sentido, mantém-se, como marco teórico interpretativo dos movimentos do campo, “um viés dualista para interpretar o Brasil: de um lado, o sertão místico, medieval, rústico, inculto; de outro, o litoral civilizado, moderno, culto, progressista.” (SILVA, 1997, p. 15).

Ademais, a despeito da caracterização de Canudos enquanto um movimento de feições messiânicas e milenaristas, Silva observa a presença de uma clivagem existente nos trabalhos de autores como Duglas Teixeira Monteiro, Ralph Della Cava e Pedro de Oliveira. Duglas Monteiro, por exemplo, “nega que Canudos fosse uma ‘Cidade Santa’, que esperava pelo milênio, pois ela mantinha, sobretudo, relações com a política oligárquica, através de apoios de comerciantes e proprietários de terra, como também com a hierarquia da Igreja Católica.” (SILVA, 1997, p. 15).

Retomando de forma positiva a ideia euclidiana de um comunismo agrário, encontraremos a quarta e última vertente apresentada por Silva. A perspectiva de um “Canudos igualitário” se iniciaria na década de 80 e se estenderia até o início do século 21, momento no qual Silva publica seu texto. “Embora com posições divergentes, vários estudiosos e grupos, entre os quais o MST (Movimento dos Sem Terra), setores da Igreja católica, o Movimento Popular de Canudos, reafirmam esse aspecto da comunidade”, aponta Silva (1997, p. 16). Para tanto, sobretudo os movimentos sociais de luta pela terra, resgatariam a história de Canudos, tornando o Conselheiro como um “herói popular”, enquanto “suporte da memória histórica dos vencidos e símbolo da luta dos trabalhadores sem-terra.” (SILVA, 1997, p. 16), uma vez que a sociedade brasileira encontrava-se num momento de crescimento e fortalecimento da luta pela reforma agrária.

Ademais, mesmo com critérios bem estabelecidos e delimitados, como os propostos por José Maria Silva, a classificação se torna complexa na medida em que entre os membros de um mesmo grupo podem ser notadas algumas diferenciações. O euclidiano Oswaldo Galotti, em 1986, apontou essa dificuldade dos próprios euclidianos, declarando que “qualquer coisa que se fale sobre o Euclides suscita umas oito ou dez opiniões diferentes; e todas abalizadas” (GALVÃO, 2009, p. 85). Nesse ponto, em específico, a pesquisa em desenvolvimento pretende contribuir apontando a existência de possíveis clivagens e tendências no interior das teses conselheiristas, o que se buscará realizar nos capítulos seguintes.

III. NARRATIVAS EUCLIDIANAS: Euclides da Cunha e *Os Sertões*

Neste capítulo, propomo-nos a discutir o primeiro dos dois paradigmas explicativos sobre Antônio Conselheiro: a tradição euclidiana, tendo como referência o célebre autor Euclides da Cunha e sua obra *Os Sertões*, publicada em 1902. Para tanto, iniciaremos com a apresentação de um mosaico biográfico desse autor, visando reconstituir o contexto vivido por ele, apontando, também, o maior número de referências que nos auxilie a reconstituir seu “mundo mental”. Após, faremos a exposição do retrato do Conselheiro desenhado por Euclides em *Os Sertões*, para depois problematizar as principais características da narrativa euclidiana, demonstrando quais são os conceitos-chave utilizados por ela, além de apontar as possíveis clivagens e tendências existentes no interior desse cânone interpretativo.

3.1 Euclides da Cunha: mosaico biográfico

Figura 6 – Euclides da Cunha



Fonte: Blog “euclidesite”, de Juan Carlos

Euclides Rodrigues da Cunha²⁶ nasceu em 20 de Janeiro de 1866 na Fazenda da Saudade, pertencente ao atual município de Cantagalo, Rio de Janeiro. Com uma infância

²⁶ Note-se a supressão do sobrenome “Pimenta”, uma vez que, em recente estudo realizado por Anabelle Sangenis e Luis Fernando Sangenis descobriu-se, em conversa dos pesquisadores com Joel Bicalho Tostes - que foi casado com uma das netas de Euclides, Eliethe da Cunha Tostes -, que este sobrenome não constava do registro de nascimento do escritor. Este fato, segundo os pesquisadores em questão, pode ser comprovado ao se

conturbada, o filho de Manoel Rodrigues Pimenta da Cunha e Eudóxia Moreira da Cunha, perdeu a mãe aos três anos de idade, indo morar com parentes próximos em Teresópolis e posteriormente São Fidelis, ambas no estado do Rio de Janeiro.

Em São Fidelis, o pequeno Euclides iniciou sua vida escolar em 1874 no Colégio Francisco José Caldeira, passando certo período em Salvador (1877-1879) na casa dos avós e estudando no Colégio Carneiro Ribeiro. Ao retornar ao Rio, com treze anos, mora com parentes e em 1883 publica seu primeiro artigo - no jornal O Democrata - e rascunha seu livro de poemas, intitulado “Ondas”, publicado somente após a sua morte.

Em 1886, aos vinte anos, Euclides da Cunha integrou-se à Escola Militar da Praia Vermelha, onde em 4 de novembro de 1888 protagoniza o famoso “episódio da baioneta”, onde o então cadete, em protesto contra a monarquia, atira sua baioneta aos pés do Ministro da Guerra. Embora tal evento tenha acarretado na expulsão de Euclides do Exército, o jovem militar foi reintegrado no ano seguinte, com a Proclamação da República. Em 1890, se matriculou na Escola Superior de Guerra, sendo promovido, no ano seguinte, a segundo Tenente e titulado como bacharel em Matemática e Ciências Físicas e Naturais. No mesmo ano, Euclides se casou com a filha do General Sólton Ribeiro, Ana Ribeiro, mais conhecida como Saninha.

A despeito da opção de Euclides pela formação militar, Abreu (2009) afirma que elas se deram, sobretudo, em razão das dificuldades financeiras e familiares de Euclides, uma vez que na Escola Militar receberia um soldo para estudar. Além desse fator pragmático, acrescenta a autora que

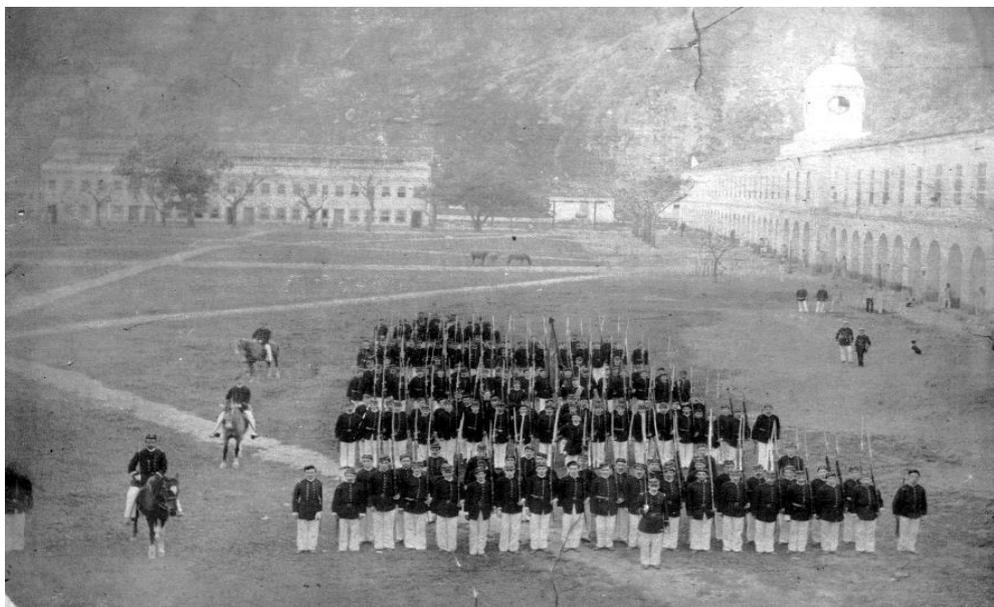
Tão importante quanto a independência financeira seria o contato do estudante com os valores da modernidade. No início da década de 1880, vigorava na Escola Militar da Praia Vermelha o princípio do mérito e a mentalidade cientificista, em contraste com a sociedade patriarcal, rural e hierarquizada. Euclides torna-se logo um republicano, defendendo os pressupostos evolucionistas da ascensão dos povos, pelo progresso, aos valores da civilização. A causa republicana para ele vinculava-se ao princípio do talento e do mérito, em oposição às regras da sociedade de corte, em que os privilégios eram assegurados pela proximidade com o imperador. (ABREU, 2009, p. 19)

Nesse contexto, ao estudar na Escola Militar do Rio de Janeiro, “centro de irradiação de idéias positivistas e evolucionistas, que trazem a crença na evolução da humanidade e reforça sua certeza do fim próximo da Monarquia” (VENTURA, 2002, p. 16), Euclides passa a manter contato com Benjamin Constant, que foi seu professor e de quem absorveu, enquanto referência acadêmica, grande parte das influências cientificistas daquele período,

consultar os registros de casamento de Euclides da Cunha com Anna Ribeiro (SANGENIS; SANGENIS, 2013, p. 31).

contribuindo sobremaneira para a concepção de mundo engendrada por Euclides da Cunha (PAES, 2010, p. 34).

Figura 7 - Euclides em forma na Escola Militar, Rio de Janeiro, 1888.



(na primeira fileira, da direita para a esquerda, Euclides é o quinto)

Fonte: Blog “euclidesite”, de Juan Carlos

No que se refere à sua formação acadêmica, que notadamente influenciaria o pensamento do jovem pesquisador, Galvão (1981) nos lembra que os pressupostos predominantes na Escola Militar estavam, também, bastante presentes na sociedade letrada da época. Segundo esta autora, havia duas grandes preocupações para a elite daquele momento: a abolição da escravidão e a implantação da República, tal qual vislumbravam os entusiastas daquele regime de governo. Nesse contexto, predominavam os pressupostos teóricos do positivismo, darwinismo, determinismo e evolucionismo propalados por autores como Auguste Comte, Herbert Spencer e Charles Darwin.

Em episódio famoso ocorrido em 1893, o recém formado engenheiro, quando questionado pelo Marechal Floriano Peixoto a selecionar um cargo de seu interesse, Euclides optou por um ano de prática na Estrada de Ferro Central do Brasil, formalmente exigido nos estágios de novos engenheiros. Após estagiar em Campanha, Minas Gerais, Euclides da Cunha passa uma temporada em Belém do Descalvado, São Paulo, na fazenda do pai. Decepcionado com o destino tomado pela então recente República, Euclides desligou-se do

exército em 1896, sendo então admitido como engenheiro-ajudante da Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo, com residência na capital do Estado.

No ano de 1897 a vida de Euclides tem uma mudança significativa: informado da longínqua revolta sertaneja no interior da Bahia contra as forças republicanas, o então engenheiro civil e colaborador jornalístico publicou no *O Estado de São Paulo* dois artigos intitulados “A nossa Vendéia” – em 14 de março e 17 de julho de 1897 -, espantado pela existência da guerrilha e com as derrotas do exército nacional. Em agosto daquele ano, Euclides foi convidado, pelo mesmo jornal, a acompanhar a comitiva do marechal Bittencourt, viajando para o interior baiano – momento em que atuou como correspondente de guerra, sendo pioneiro desta atividade no Brasil (GALVÃO, 1994). “O autor não passou muito tempo no próprio campo de batalha: menos de três semanas numa guerra que durou onze meses e cujos antecedentes remontam a décadas, se não séculos” (ZILLY, 1998), mas de lá retornou carregado de impressões, perguntas e respostas anotadas em sua caderneta de campo, mais tarde sistematizadas e complementadas para a publicação de seu livro.

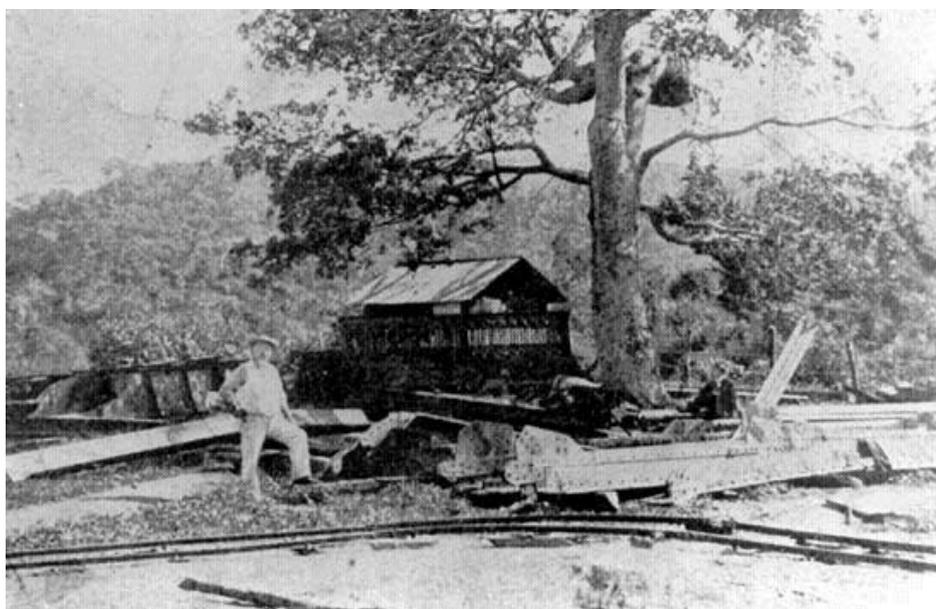
A Guerra de Canudos foi, assim, um marco na vida do jovem engenheiro militar. “Euclides, um dos integrantes da geração de 1870, que reclamou grandes mudanças sociais e políticas (a Abolição, a República e a democracia), ficou marginalizado do processo político depois da Proclamação da República (1889)” (LEITE, 2013, p. 59). Segundo Roberto Ventura (2003), a participação como correspondente de guerra, naquela histórica ocasião, preencheu o vazio existencial e político no qual Euclides se encontrava desde o fim do processo de luta pela instauração da República. Ainda segundo Ventura (2003), o jovem engenheiro-letrado enxergou naquela guerra a oportunidade para restaurar os verdadeiros ideais pelos quais havia lutado e posteriormente se desiludido, visto que eles não foram, segundo o próprio Euclides, colocados em prática quando da vigência do regime republicano.

Desse modo, segundo o historiador Nicolau Sevcenko (2003), Euclides foi excluído das principais esferas decisivas do recente regime político, fazendo com que ele se inserisse numa forma de reação que fazia combate permanente através de suas obras, transformando-as em “um instrumento de ação pública e de mudança histórica” (SEVCENKO, 2003, p. 56). Nesse sentido, Euclides engrossou as fileiras dos intelectuais considerados “escritores-cidadãos”, aqueles que objetivavam conhecer a fundo a realidade do nosso país para, só depois desse processo de imersão sociocultural, criarem-se maneiras de transformar a nossa realidade de maneira consciente.

Destarte, exercendo as funções de engenheiro civil, Euclides da Cunha foi enviado à cidade de São José do Rio Pardo, em 1888, com o intuito de reconstruir uma ponte que

desmoronara pouco tempo após sua inauguração. Com o excesso de atividades na recuperação da estrutura, Euclides e família se fixaram na cidade e, nos pequenos intervalos de trabalho, começou a sistematizar a elaboração de seu “livro vingador”, sobre a Guerra de Canudos, além de colaborar com os jornais *O Estado de São Paulo* e *O Rio Pardo*. Euclides da Cunha deixou a cidade em 1901, deixando como legado a hoje centenária ponte, seu escritório de sarrafos e zinco, a casa onde residiu, a amizade duradoura com Francisco Escobar (então prefeito da cidade) e grande parte do desenvolvimento de *Os Sertões*²⁷.

Figura 8 - Euclides sobre uma das peças da ponte, em São José do Rio Pardo-SP (1901)



Fonte: Blog “euclidesite”, de Juan Carlos

Ainda com os encargos de engenheiro, Euclides da Cunha passou a atuar na região de Guaratinguetá, com residência em Lorena. Em dezembro de 1902 lançou seu divisor de águas, com o título de *Os Sertões*, alcançando sucesso imediato de público e crítica. Tão grande a importância do livro e a ascensão instantânea de Euclides, que o já famoso intelectual foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras e sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1903, com menos de um ano da publicação da 1ª edição do livro – fatos relevantes na medida em que nos apresentam alguns interlocutores com os quais Euclides

²⁷ Estima-se, pelo que se depreende das cartas de Euclides a amigos (GALVÃO; GALOTTI, 1997), que a maior parte do livro tenha sido escrito em São José do Rio Pardo-SP. Diversos pesquisadores corroboram essa impressão, alguns sendo bastante enfáticos. É o caso de Rodolpho José Del Guerra, que assevera: “pelo menos 75%” [de *Os Sertões* foi escrito naquela cidade].

dialoga, bem como nos permite vislumbrar a possível “audiência” a que o autor está interessado em atingir.

Embora já famoso, Euclides ainda não se abdicou da profissão de engenheiro, que se estendeu até o ano de 1904. Após isso, sob chancela do Barão do Rio Branco, uma das personalidades mais importantes e influentes da época, Euclides da Cunha foi nomeado como chefe da comissão de reconhecimento do Alto Purus, com o intuito de intervir em questões diplomáticas entre Brasil e Peru na posse da região nortenha. Deixando a família no Rio de Janeiro e viajando para o Amazonas, Euclides estendeu-se todo o ano de 1905 com os trabalhos da comissão.

Nos anos seguintes, marcados pela produção literária, Euclides se une à família e passa a morar no Rio de Janeiro. Publicou, em 1906, um conjunto de artigos no livro *Contrastes e Confrontos*. Em 1907 publicou também *Peru versus Bolívia*, tratando, entre outros assuntos, de questões políticas entre os dois países. Em 1908, por sua vez, deixa quase que completamente escrito o *À Margem da História*, um livro publicado somente após a morte do autor. Em 1909, Euclides se inscreve no concurso de lógica do Colégio Nacional, começando a lecionar na imponente escola, em junho do mesmo ano. Em 15 de agosto, numa fatalidade de comoção e repercussão nacional, conhecida como tragédia da Piedade, morreu o escritor Euclides da Cunha, aos 43 anos – este fato, por conta da carga emocional que o envolve, nos permite uma série de possíveis deduções quanto ao movimento de criação do “mito euclidiano”, tornando o escritor um mártir, bem como o seu livro em uma espécie de “Bíblia da Nacionalidade”, referência obrigatória, por muitos anos, quando o assunto era o sertão e a Guerra de Canudos (ABREU, 1998).

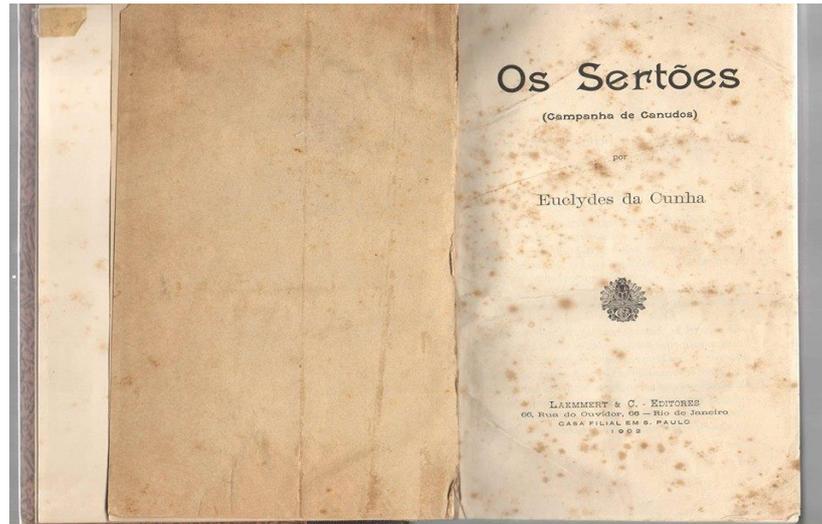
3.2 Os Sertões, o livro vingador

A Editora Laemmert, importante instituição do mercado editorial brasileiro de fins do século XIX e início do XX, lança em 02 de dezembro de 1902, no Rio de Janeiro, *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. A obra foi, de imediato, um sucesso de crítica e público – diz-se, no meio euclidiano, que Euclides dormiu anônimo e acordou no estrelato. Em oito dias vendeu aproximadamente 600 exemplares e, em apenas dois meses, os mil livros da primeira edição já haviam sido esgotados (ABREU, 2002).

O “livro-monumento” (ABREU, 1998), que foi, nos dizeres de Euclides, “escrito nos raros intervalos de folga de uma carreira fatigante” (CUNHA, 2001, p. 65), é fruto de um árduo trabalho de pesquisa, carregado de um arcabouço teórico cientificista, ancorado no

positivismo e evolucionismo tão presentes nas produções científicas na época (SANTANA, 2001; 2009). É uma obra de leitura difícil, escrita com vocabulário incomum, utilizando-se de linguagem técnica e rebuscada - o que faz com que o leitor tenha de lançar mão de dicionários e até bibliografia paralela.

Figura 9 - 1ª Edição de *Os Sertões*.



Fonte: Casa de Cultura Euclides da Cunha, São José do Rio Pardo-SP.

O processo de escrita de seu livro foi claramente influenciado pelo historiador francês Hippolyte Taine, o qual formulou a concepção naturalista da história – teoria bastante difundida naquele período, a qual defendia que a história é determinada pelos fatores meio, raça e momento (WINTER et al., 2000). Essa concepção naturalista da história está evidente na divisão que Euclides estabelece em seu livro *Os Sertões*, dividindo-o em três partes correspondentes aos fatores apontados por Taine: *A terra, O homem e A luta*.

Na primeira parte do livro, *A terra*, Euclides nos apresenta o espaço brasileiro, buscando explicar aquele meio hostil e até então desconhecido através da perspectiva da topografia e geologia, acrescidas de informações sobre botânica e hidrologia da região. Especialista na análise dessa seção do livro euclidiano, o professor Doutor Fadel Antônio Davi Tuma Filho dizia, sempre no início de suas exposições orais sobre o tema, que Euclides nos apresentava aquele meio como que com uma lente de aproximação: começava do alto, com características mais gerais, e vinha detalhando os aspectos na medida em que ia se aproximando do solo, até chegar naqueles detalhes quase imperceptíveis para as pessoas em geral. Nesse sentido, o pesquisador Victor Martins (2012), acrescenta:

Por meio de uma linguagem rebuscada e erudita, faz uma “cansativa” descrição do espaço, ao estilo de seus colegas bacharéis de fins do século XIX e início do XX, de Oliveira Lima a Silvio Romero, passando por José Bonifácio de Andrada e Silva, além de Clóvis Belivacqua, Ruy Barbosa, Vasco Leitão da Cunha só para citar os de maior destaque. Descreve a fauna, a flora, o clima e, partindo do geral para o específico, esquadrinha o espaço sertanejo. (MARTINS, 2012, s.p.)

Martins, nesse trecho acima citado, aponta-nos uma parcela do que, para a teoria do contextualismo linguístico, faria parte do “mundo mental” de Euclides, permitindo-nos conhecer qual era, em síntese, o “estoque de conceitos” com os quais ele lidava no momento mesmo da escrita de seu livro. E Martins (2012) acrescenta, oferecendo-nos maiores informações acerca das referências utilizadas por Euclides: “o escritor foi assessorado pelo historiador e geógrafo baiano Teodoro Sampaio, cujo conhecimento e brilhantismo, não deixavam muito a desejar aos demais intelectuais do período” (MARTINS, 2012, s.p.).

O homem, segunda parte do livro, responsável por apresentar a raça, nos termos de Taine, traz longa discussão sobre a formação do homem brasileiro nos seus mais diversos aspectos. Dando ênfase à teoria da mestiçagem, Euclides aponta para o fato de que aquele meio, tal como descrevera na seção anterior do livro, seria o responsável pela criação dos indivíduos ali existentes. Desse modo, Euclides coloca em prática sua feição determinista e evolucionista, estabelecendo uma relação de forças entre o meio e os habitantes dele, determinados pelas suas condições topogeográficas. Assim, aponta Martins (2012), “Euclides faz uma comparação entre os habitantes do litoral e os habitantes do interior, destacando as particularidades de ambos, na esteira da diferenciação – as origens raciais, os hábitos, os meios de sobrevivência, os traços psicológicos e sociais” (MARTINS, 2012, s.p.). É nessa parte do livro que Euclides nos apresenta o personagem principal abordado neste trabalho, sobre o qual surgiram, depois de *Os Sertões*, uma infinidade de teses e versões.

Já na última parte temos “o momento”, o desfecho possível naquelas condições anteriormente expostas. É em *A Luta* que Euclides discorre sobre a Guerra de Canudos, apontando seus antecedentes, retratando o que soube sobre as 4 expedições militares enviadas para aquele cenário com o intuito de resolver aquela “desordem de fanáticos”.

Assim, Euclides nos coloca à frente de um Brasil profundo, autêntico, mas ainda desconhecido, expondo sua teoria dos “dois Brasis” – segundo a qual existiram duas realidades convivendo dentro do mesmo país: a do litoral, civilizada, intelectualizada, elitizada, branca e europeizada; e a do sertão, ainda desconhecida, carregada de infortúnios, exposta à mestiçagem e a toda sorte de fanatismos, excluídas da civilização litorânea não apenas pela geografia, mas sobretudo pela própria evolução da história.

Desse modo, com a produção de seu livro vingador, influenciado pelas teorias científicas da época,

Euclides tenta demonstrar que, dado o meio ambiente natural e dado o meio ambiente social, que inclui a raça, só poderia ocorrer o que ocorreu. Para ele, geografia e clima determinam a constituição dos agrupamentos humanos, enquanto a raça determina o tipo psicológico e o comportamento coletivo. Dos cruzamentos raciais entre índios e brancos (negros menos, em sua opinião), no isolamento do deserto, o resultado seria o mestiço, de temperamento instável, presa fácil de todo tipo de superstição e incapaz de construir uma cultura. Em momentos de crise, viriam à tona as características das raças inferiores que entraram na mistura e que se realizam no misticismo. (GALVÃO, 1981, p. 23)

Em síntese, o livro vingador, construído a partir de um discurso carregado de antíteses, em que imagens positivas e negativas se chocam e entrelaçam, com marcas dos impasses ideológicos e metodológicos e diante das imposições do rigor científico postulado à época, configura-se enquanto uma importante referência histórica para se adentrar ao Brasil do fim do século XIX e início do XX. “Enfim, independentemente da perda de sua vitalidade conceitual, a permanência e a atualidade de *Os sertões* se devem à veemência de sua denúncia, à sua pertinência histórica e à sua excelência literária, o que o sustenta como um marco fundamental da cultura brasileira.” (FONSECA, 1996, s.p.).

3.3 “*Antônio Conselheiro, documento vivo de atavismo*”: retratos euclidianos do Conselheiro.

É no contexto apresentado anteriormente que Euclides, na segunda parte de seu livro, nos apresenta sua interpretação a respeito de Antônio Conselheiro. E há que se considerar, pelo que já foi exposto durante a sistematização das correntes interpretativas existentes, que a figuração do Conselheiro foi por muitos anos, e ainda é, bastante influenciada pela narrativa euclidiana constituída em seu “livro-monumento”.

Entretanto, a inserção de Euclides da Cunha no tema Canudos e Antônio Conselheiro é bastante anterior à publicação de *Os Sertões*. Publicado em duas partes, em 14 de março e 17 de julho de 1897, em O Estado de São Paulo, o ensaio intitulado “A nossa Vendeia” foi o primeiro registro escrito feito por Euclides quanto àquele conflito no sertão baiano. No primeiro texto, o escritor se dedicou a descrever e explicar as características geográficas do sertão, as quais deixaram-no bastante impressionado. Para tanto, Euclides utilizou referências de teóricos de diversas áreas do conhecimento, tais como: “José de Carvalho, Joaquim

Caminhoá (1836-1896), Karl von Martius (1794-1868), Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), Alexander von Humboldt (1769- 1859) e Georg Hegel (1770-1831).” (LEITE, 2013, p. 59-60). Tais ideias foram mais tarde retomadas e complementadas na primeira parte de Os Sertões, “A Terra”.

Contudo, o aspecto mais significativo do texto, inclusive emprestando-lhe o nome, foi a comparação feita por Euclides entre a revolta ocorrida no sertão baiano e um episódio da Revolução Francesa, a guerra civil da Vendeia, ocorrida entre 1793 e 1796. Naquele acontecimento recuperado por Euclides,

as tropas revolucionárias derrotaram em uma luta cheia de obstáculos, os camponeses monarquistas do departamento da Vendéia e assim como havia ocorrido na França no século anterior, a jovem república brasileira venceria essa “última prova”, mesmo com todas as dificuldades impostas. (LEITE, 2013, p. 60).

Este ensaio é relevante para nosso estudo na medida em que nele ocorre a primeira referência de Euclides a Antônio Conselheiro, ali já caracterizado pela representação de fanático. Retomando a analogia com o povo da região da Vendeia, considerado pelo escritor como um aglomerado de “almas ingênuas” fanatizadas, Conselheiro é descrito como líder de um grupo de fanáticos religiosos que não mediam esforços para seguir os ensinamentos do mestre, insurgindo contra qualquer que fosse o inimigo do fanatizador. Nesse sentido, as representações do Conselheiro neste ensaio não diferiam muito das imagens que circulavam no litoral do país, sobretudo através dos jornais: fanático, louco e restaurador monarquista (GALVÃO, 1994).

Euclides traçou e ajudou a perpetuar este retrato de Antônio Conselheiro baseando-se em informações que outros estudiosos tinham recolhido até então (VILLA, 2002). Mediante dados obtidos - recolhidos por Euclides em textos, crônicas, poesias de cordel - e influenciado pelas teorias raciais do século XIX, mais especificamente pelas concepções naturalistas de cientistas europeus e pelas informações veiculadas na imprensa, o autor em análise construiu a imagem de Conselheiro que se perpetuaria até meados do século XX.

Baseando-se nas concepções científicas já mencionadas, a primeira referência direta a Antônio Conselheiro em Os Sertões se dá através de uma associação com um termo próprio da geologia: “anticlinal”. Leopoldo Bernucci, em nota de rodapé na edição comemorativa da mencionada obra (CUNHA, 2001, p. 251), explica que, através desta imagem, Euclides sugere que os princípios das bases geológicas em que as rochas sofrem curvatura para cima e para baixo também se aplicam ao fenômeno de Antônio Conselheiro, pois consegue

transformar-se num personagem que chega à superfície da História, mesmo sendo, ao mesmo tempo, um indivíduo arcaico do sertão nordestino. Nessa perspectiva, acrescenta Euclides,

o evangelizador surgiu, monstruoso, mas autômato. Aquele dominador foi um títere. Agiu passivo, como uma sombra. Mas esta condensava o obscurantismo de três raças. E cresceu tanto que se projetou na História (CUNHA, 2001, p. 268).

Ademais, Euclides considera o Conselheiro como um homem possuidor de psicose progressiva, típico caso de anormalidade intelectual, as quais foram, segundo as teorias em voga à época, influenciadas pelo meio em que vivia, como fica evidente no trecho a seguir:

Paranóico indiferente, este dizer, talvez, mesmo não lhe possa ser ajustado, inteiro. A regressão ideativa que patenteou, caracterizando-lhe o temperamento vesânico, é certo, um caso de degenerescência intelectual, mas não o isolou – incompreendido, desequilibrado, retrógrado, rebelde – no meio em que agiu (CUNHA, 2001, p. 256).

Ainda nessa perspectiva, Euclides aponta para a existência de uma predisposição do Conselheiro à rebeldia, na medida em que esta seria uma característica própria de sua fragilidade psicológica, ainda mais evidente naquele “ambiente propício de erros e superstições comuns” (CUNHA, 2001, p. 257). De igual modo, deixando evidente a sua concepção naturalista, Euclides concebe Conselheiro como “documento vivo de atavismo” (CUNHA, 2001, p. 253), afirmando que nele haveria o reaparecimento de características – psicológicas, comportamentais, intelectuais – após várias gerações estando ausentes. Assim, o próprio Conselheiro tornar-se-ia, na visão de Euclides, um exemplo da regressão de tipos ancestrais da espécie humana – e, nesse sentido, corroboraria a tese euclidiana de que aquele grande homem pelo avesso resumiria todos os elementos negativos e os agentes de redução do povo brasileiro, sendo, portanto, exemplo real de retroatividade atávica (BOVO, 2007).

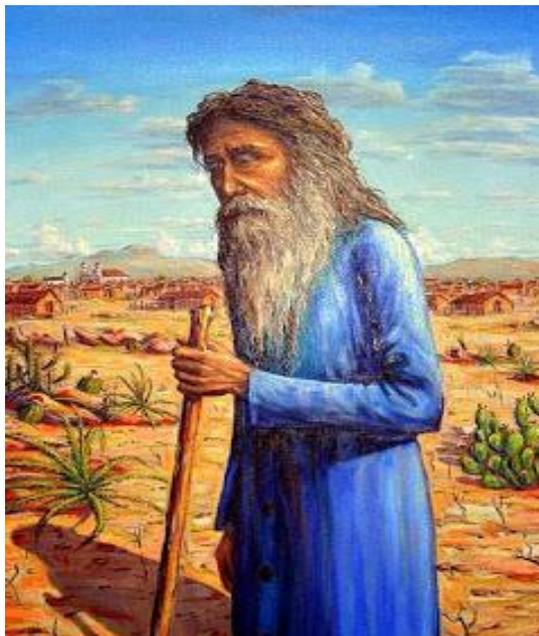
Outrossim, pode-se afirmar que a narrativa euclidiana contribuiu para que a perpetuação da imagem negativa de Antônio Conselheiro fosse ainda mais disseminada, sobretudo como um líder antirrepublicano e, portanto, contra todas as benesses prometidas pelos dirigentes do novo regime político. Euclides assevera: “[Conselheiro] pregava contra a República; é certo.” (CUNHA, 2001, p. 316).

Euclides, então, ao nos apresentar os aspectos biográficos de Conselheiro, acaba por criar um retrato sombrio do beato, representando-o como um personagem trágico, guiado por obscuras forças, as quais o levaram à loucura e ao conflito iminente com a Igreja, com o governo e com os poderosos daquela região (VENTURA, 1997). Ainda enfatizou e cristalizou a tese de que havia, em Canudos, um nítido caráter sebastianista e messiânico, segundo o qual

o rei português D. Sebastião, desaparecido no século XVI, viria ao sertão nordestino para derrotar as forças republicanas, restaurando-se a monarquia.

Nessa perspectiva, baseando-se em poemas populares e em profecias apocalípticas que, encontradas nas ruínas da cidade, julgou refletirem pregações do beato, por cerca de aproximadamente trinta e seis páginas²⁸, no capítulo IV de O Homem, a segunda parte de Os Sertões, Euclides lança mão de uma série de expressões e adjetivações para corroborar sua tese sobre o Conselheiro. Dentre essas, destacam-se: “perfil de montanha extinta”, “é uma diátese, e é uma síntese”; “falso apóstolo”; “paranóico”; “grande homem pelo avesso”; “nevrótico vulgar”; “anacronismo palmar”; “gnóstico bronco”; “temperamento vesânico”; “caso notável de degenerescencia intelectual”; “fetiche de carne e osso”; “incompreendido, desequilibrado, retrógrado, rebelde”; “bonzo claudicante”; “dominador”; “esquálido e macerado”; “monstruoso, mas automato”; “assombroso”; “era truanesco e era pavoroso”; “um bufão”; “um heresiarca do século II em plena Idade Moderna” (CUNHA, 2001, p. 251-287).

Figura 10 – Retrato do Conselheiro euclidiano



Fotografia: Pintura em óleo de Otoniel Neto

Fonte: Casa de Cultura Euclides da Cunha, em São José do Rio Pardo-SP

²⁸ Número que depende da edição – aqui trabalhamos com o exemplar revisto, aumentado e comentado pelo professor Leopoldo M. Bernucci, em sua 4ª edição, lançada em 2009, ano em que se comemorou cem anos da morte de Euclides da Cunha.

Nesses termos, Euclides cria, no imaginário social e intelectual do litoral brasileiro da época, a representação hegemônica sobre Antônio Conselheiro que perdura até a metade do século XX. Nesse sentido, a narrativa euclidiana contribui para uma distorção da figura histórica do Conselheiro. Segundo Sampaio e Damasceno (2005, p. 78), Euclides da Cunha “seleciona os atributos do peregrino que interessam ao discurso do narrador, assumindo uma postura flagrantemente unilateral, revelada no conjunto das adjetivações [...]”. E assim, na sessão *Como se faz um monstro*, constante da parte IV de *O homem*, Euclides da Cunha constrói aquela que se tornaria a descrição mais difundida do peregrino:

...E surgia na Bahia o anacoreta sombrio, cabelos crescidos até aos ombros, barba inculta e longa; face escaveirada; olhar fulgurante; monstruoso, dentro de um hábito azul de brim americano; abordado ao clássico bastão em que se apoia o passo tardo dos peregrinos... (CUNHA, 2001, p. 266-7).

Torna-se relevante, nesse contexto, apontar que, segundo Silva (2008), Antônio Conselheiro surge, em *Os Sertões*, como uma espécie de antiherói nacional, opondo-se à civilização e à modernidade prometidas pelo novo regime republicano, constituindo-se enquanto símbolo do atraso, com atitudes que poderiam condenar o país. Essa visão, inspirada nas concepções científicas já mencionadas, foi expressa por Euclides ainda em *Diário de uma expedição* - como se intitulou o conjunto de reportagens que Euclides escreveu como enviado especial d'*O Estado de S. Paulo*:

...creio que a organização de nossa nacionalidade, em virtude da energia civilizatória acrescida, repele, pela primeira vez, espontaneamente, velhos vícios orgânicos e hereditários tolerados pela política expectante do Império. Porque, realmente, este incidente de Canudos é apenas sintomático; erramos se considerarmos resumido numa aldeia perdida nos sertões. Antônio Conselheiro, espécie bizarra de grande homem pelo avesso, tem o grande valor de sintetizar admiravelmente todos os elementos negativos, todos os agentes de redução do nosso povo. (CUNHA, 1897 apud. GALVÃO, 2000, p. 89).

Ou seja, Canudos e seu povo, sobretudo seu líder, representariam uma herança negativa do Império, “seja na sua vertente monarquista - insinuada por ele – seja no fanatismo retrógrado ali representado” (ALMEIDA, 2009, p. 5).

A narrativa euclidiana vai sendo construída, a partir do que se observou até o momento, estabelecendo claras relações entre a imagem do Conselheiro e o atraso, o arcaico e o irracional. Desse modo, a partir da ótica euclidiana, o beato passa a ser desenhado enquanto a “materialização das sombras, das monstruosidades e das permanências do passado colonial e imperial” (SILVA, 2001, p. 238). E Euclides, imbuído dos valores republicanos positivistas e influenciado pelas teorias e interpretações raciológicas, evolucionistas e deterministas em

voga na época - inclusive os representando, sendo seu porta-voz-, constrói sua explicação objetivando também atender a essa audiência. Assim, por essa ótica, o litoral representava a civilização brasileira desenvolvida, relegando-se ao sertão figurar nas margens do processo civilizatório, “fora da cultura”. Nesse sentido, o incomodo causado por aquele fenômeno transforma-se, na narrativa estabelecida em *Os Sertões*, em um catalisador de todos os medos daqueles que defendiam a República: Antônio Conselheiro passa a ser a própria representação do atraso, como exposto anteriormente, por isso necessitava ser combatido e exterminado.

Naquele contexto, em razão do incomodo causado por Canudos e o Conselheiro à sociedade brasileira letrada do litoral, as atenções voltaram-se para aquele fenômeno, provocando intensa produção de textos jornalísticos, crônicas, livros - sem mencionar os registros orais, mais tarde valorizados pelos historiadores²⁹. Sobre esse súbito interesse pela temática, Abreu (1998) afirma

Efetivamente, a guerra de Canudos representou um divisor de águas no contexto de um pensamento social sobre o Brasil. Nunca mais o país foi o mesmo. Canudos, com seu horror e com sua potência trágica, despertou intensa reflexão. Percorrendo os autores e intelectuais do período, percebe-se que foram poucos os que não se referiram ao acontecimento: de Coelho Neto a Machado de Assis passando por Nina Rodrigues, de médicos a jornalistas passando por bacharéis em direito, enfim, Canudos foi um dos temas mais discutidos da sociedade brasileira da virada do século passado e o evento jornalístico mais importante do período. (ABREU, 1998, p. 93)

Entretanto, talvez por conta de ter se tornado uma espécie de representação de um projeto de nação (SILVA, 2001), *Os Sertões* obteve sucesso imediato, suplantando todos os autores que haviam escrito sobre Canudos e o Conselheiro. Nesse sentido, mesmo tendo sido lançado somente depois de cinco anos do término do conflito e mesmo já existindo muitos livros escritos sobre o assunto, *Os Sertões* passa a constituir-se como “o livro de Canudos”. Nessa perspectiva, Zilly (1998) afirma que é bastante difundida a tese de que, não fosse a grandeza discursiva do livro de Euclides da Cunha, “a guerra de Canudos teria sido esquecida pelo grande público, como tantos outros movimentos, guerras, revoltas, quilombos, greves, quase sempre caracterizados pelo massacre dos humildes.” (ZILLY, 1998, p. 13). Assim, cria-se a vertente explicativa euclidiana na medida em que raramente se fala sobre Canudos e o Conselheiro sem se mencionar Euclides da Cunha e *Os Sertões*. E, segundo o mesmo autor,

Se a representação de Canudos como evento-chave da história brasileira se deve, em grande parte, a Euclides, este, por sua vez, virou mito também, como explicador, intérprete, preceptor do Brasil, de modo que temos aí dois mitos complementares,

²⁹ Sobre esse assunto, consultar os basilares trabalhos de Facioli e Nascimento (2003) e Galvão (1994), os quais se propõem a apresentar e comentar a extensa produção a respeito de Canudos, sobretudo nos jornais da época.

quase simbióticos, alimentados pelo mesmo fascínio do heroísmo fracassado. (ZILLY, 1998, p. 13)

Ainda nessa perspectiva, é preciso considerarmos que o impacto causado pela obra não se limitou somente aos meios literários, mas constituiu-se enquanto um disparador de um movimento em que “o pensamento social ganha impulso e avança abrindo um novo campo de investigação” (CEPÊDA, 1997, p. 66), exercendo salutar contribuição no pensamento intelectual brasileiro. Desse modo,

Enquanto livro consagrado, *Os sertões* passou para a história como documento sui generis, fonte de uma narrativa considerada autêntica sobre uma passagem sangrenta da história do país. Sua monumentalização conferiu um aspecto sagrado a esta narrativa. *Os sertões* passou a vigorar enquanto um livro de verdades sobre o país, expondo suas contradições, seus dilemas, suas questões mais candentes. Se, num primeiro momento, pretendeu apenas discorrer sobre um acontecimento trágico que envolveu diferentes forças sociais no início do período republicano, o livro terminou se tornando um libelo sobre alguns pressupostos que deveriam nortear a implantação da nação republicana. (ABREU, 2002, p. 227)

É nesse contexto que surgiria, então, a vertente explicativa denominada genericamente de euclidiana. O extraordinário sucesso de Euclides e seu livro junto “ao público letrado, à opinião pública, aos críticos literários e aos próprios historiadores” (ZILLY, 1998, p. 16) fariam com que se tornassem a fonte principal quando se tratava de Canudos e Conselheiro.

IV. NARRATIVAS CONSELHEIRISTAS: José Calasans e o Revisionismo Historiográfico

Nesta seção, apresentaremos o segundo cânone interpretativo selecionado para nossa pesquisa: a vertente do “Canudos não euclidiano”, fundada pelo historiador José Calasans. Do mesmo modo como realizado com a narrativa euclidiana, também apresentaremos um resumo biográfico de Calasans, reconstituindo o contexto de suas produções, além de apresentar e discutir as narrativas inspiradas nesse paradigma interpretativo.

4.1 José Calasans: o homem, sua vida e obra.

Figura 11 - José Calasans



Fonte: Memorial José Calasans (site)

Nascido a 14 de julho de 1915, na cidade de Aracaju, em Sergipe, José Calasans Brandão da Silva “foi um intelectual urbano, com os pés fincados no espaço rural, no mundo sertanejo” (NASCIMENTO, 2008, p.13). Desde cedo interessando-se pelos acontecimentos políticos da época, teve seu despertar para os estudos históricos inspirado por seu professor de português e pesquisador do folclore e história de Sergipe, Clodomir Silva. A convivência com o professor Clodomir também despertou no jovem estudante, segundo Madalena Calasans³⁰,

³⁰ Os dados biográficos expostos neste subitem são majoritariamente baseados em texto escrito por Madalena Calasans, filha do pesquisador, o qual figura enquanto apresentação do site criado para se constituir num memorial do escritor, reunindo dados textuais e audiovisuais sobre a vida e obra de José Calasans. O acesso ao site pode ser feito a partir do endereço: <http://josecalasans.com>.

“interesse pela oralidade que mais tarde lhe colocaria entre os pioneiros na historiografia brasileira.”

Então com 18 anos, Calasans deixou o estado de Sergipe no ano de 1933, indo estudar na Faculdade Livre de Direito da Bahia. Já tendo concluído o curso de Direito, ele retorna para Aracaju em 1937, passando a dedicar-se ao magistério e aos estudos históricos, com enfoque nos aspectos folclóricos. Ainda em Sergipe, atuou como professor de história nos principais colégios de Aracaju, além de ter trabalhado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN, sendo o responsável pelo início do levantamento dos monumentos históricos sergipanos que seriam tombados pela instituição.

Após dez anos em Sergipe, Calasans retorna a Salvador, estabelecendo nesta cidade a sua residência definitiva. Na capital baiana, continua a exercer o magistério, também dirigindo o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial/SENAC. Ainda, foi professor do curso de História da Universidade Federal da Bahia, ocasião em que inicia seus estudos sobre a guerra de Canudos, tema que ocupou lugar de destaque em suas pesquisas dali em diante.

Figura 12 - José Calasans e imagens do Conselheiro



Fonte: Memorial José Calasans (site)

O interesse pelas questões envolvendo Canudos e Conselheiro surgiu ainda em 1947, ano em que se comemorou o cinquentenário da Guerra de Canudos. Naquele ano, Calasans teve acesso a uma reportagem especial produzida por Odorico Tavares e Pierre Verger – ambos, jornalista e fotógrafo, foram visitar o vilarejo construído sobre as ruínas do antiga Belo Monte, arraial fundado por Antônio Conselheiro e destruído pelas forças militares, entrevistando a população que ali residia. A reportagem, publicada em 1947 na revista O

Cruzeiro, do Rio de Janeiro, chamou a atenção de Calasans, segundo o que ele próprio conta em entrevista a Marco Antônio Villa (1998), por revelar a existência de muitos sobreviventes do conflito. Essa reportagem, que serviu de inspiração para Calasans, trazia entrevistas de

antigos conselheiristas, como Francisca Macambira, filha do importante chefe canudense Joaquim Macambira, Maria Avelina da Silva, Mariano, Francisca Guilhermina dos Santos, José Travessia, filho de um combatente que tombou ao lado de João Abade, Manuel Ciríaco, Francisco Cardoso de Macedo, Maria Guilhermina de Jesus, Idalina Maria da Conceição. (GALVÃO, 2002, p. 70).

Depois de ler a reportagem escrita por Odorico Tavares e ilustrada pelas fotografias de Pierre Verger, Calasans decidiu conhecer o cenário da guerra, intencionando colher o maior número de informações possíveis para a tese que estava escrevendo. Por ocasião de um concurso para a Livre Docência de História do Brasil na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia, o pesquisador escreveu e apresentou a tese “O Ciclo Folclórico do Bom Jesus Conselheiro, Contribuição ao Estudo da Campanha de Canudos”, obra considerada como principal clivagem nos estudos sobre a temática conselheirista.

Com sua tese, publicada em livro no ano de 1950, José Calasans contribuiu decisivamente para que à academia fossem trazidas as vozes dos vencidos. Segundo sua filha, Madalena Calasans,

À ela [a voz dos vencidos] dedicou inúmeros estudos e pesquisas, libertando-a, como ele próprio anotou, “da gaiola de ouro de Os sertões”, numa referência ao livro de Euclides da Cunha que, durante muito tempo, centralizou os estudos sobre Antônio Conselheiro e a Guerra de Canudos. (CALASANS, s.d., s.p.³¹)

José Calasans Brandão da Silva faleceu no dia 28 de maio de 2001, em Salvador, aos 85 anos de idade. O seu acervo pessoal está disponível para consultas no Núcleo Sertão do Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, espaço criado especialmente para abrigar este material, o qual foi doado por Calasans ainda no ano de 1983.

4.2 José Calasans e o “Canudos não euclidiano”: interpretações para além da “gaiola de ouro”

A partir de 1947, quando tem acesso e se sente inspirado pela reportagem de Odorico Tavares e Pierre Verger, publicada em O Cruzeiro, José Calasans passa a se dedicar aos

³¹ Conforme explicitado em nota na página anterior, esse excerto faz parte do texto de apresentação do site oficial dedicado a José Calasans, criado por Madalena Calasans e Claude Santos, que pode ser acessado a partir do endereço: <http://josecalasans.com>. Por ser texto em meio digital, não é possível apontarmos uma data de sua publicação, nem tampouco paginação.

estudos sobre a temática canudense, desenvolvendo uma tese em que privilegiou a tradição oral sobre a guerra de Canudos, a vida de Antônio Conselheiro, bem como sobre o povoado de Belo Monte. A partir de então, Calasans faz uma série de viagens àquela região, nas quais se dedica a se aproximar dos sobreviventes do conflito, tomando seus depoimentos, recolhendo documentos, poesias populares e tudo mais que expressasse a visão e retomasse a memória daqueles sertanejos.

Figura 13 - José Calasans defendendo a tese de Livre Docência (1950)



Fonte: Memorial José Calasans (site)

A tese, intitulada “O clico folclórico do Bom Jesus Conselheiro”, publicada em livro em 1950, torna-se representante de uma importante clivagem nos estudos sobre Canudos e o Conselheiro, abrindo novas veredas para pesquisas sobre este tema. Segundo o próprio Calasans, inicia-se a partir daí um outro Canudos, diferente daquele retratado por Euclides da Cunha em *Os Sertões*. Essa nova versão, denominada de Canudos não euclidiano, se forma, segundo o historiador Claude Santos, a partir da coleta dos testemunhos de sobreviventes e da revisão dos documentos sobre a guerra.

Percorrendo o país garimpendo bibliotecas e arquivos, tomando depoimentos, recolhendo cantigas populares e registrando aspectos das tradições folclóricas, José Calasans “fincaria o padrão de um movimento renovador dos estudos sobre Canudos, procurando ventilar outros ângulos, que no processo tinham ficado obscurecidos pelo brilho de *Os Sertões*” (GALVÃO, 2002, p. 70). Desse modo, Calasans passa a publicar um sem-número de

trabalhos, reunindo e analisando os elementos por ele encontrados, reformulando a historiografia oficial de Canudos, Conselheiro e seu séquito de seguidores.

Nesse sentido, ao conhecer e conversar com vários sobreviventes de Canudos e seguidores do Conselheiro, para Ventura (2001),

Calasans aliou, de forma inovadora, a história oral à pesquisa rigorosa dos manuscritos e documentos. Fez de Canudos não apenas uma história a ser resgatada, mas antes um "mar de histórias", contadas segundo diversas perspectivas. Deu aos relatos orais e populares a mesma importância que atribuía às interpretações impressas ou eruditas. Aproximou-se, no destaque dado à oralidade, de Gilberto Freyre, que abordou, em *Casa-Grande & Senzala* (1933), a formação patriarcal da sociedade brasileira e retratou, em *Ordem e Progresso* (1959), a transição da Monarquia para a República a partir de depoimentos e testemunhos. (VENTURA, 2001, s.p.)

Desse modo, a partir da utilização da história oral e do cotidiano, enfocando e evidenciado a voz dos vencidos, Calasans passa a ser o responsável pela mudança nos estudos sobre a temática canudense e conselheirista. Assim, a história contada por Calasans, através de seu revisionismo historiográfico, difere da apresentada por Euclides da Cunha, “que criou, em *Os Sertões*, um retrato sombrio do Conselheiro como fanático místico e louco, personagem trágico guiado por forças obscuras, que o levaram ao conflito com a Igreja e o governo” (VENTURA, 2001, s.p.).

Ademais, a narrativa sobre Antônio Conselheiro desenvolvida por Calasans, que trouxe algumas pistas para novos estudos e interpretações, tinha como fonte a oralidade e a memória de testemunhas oculares. Nesse sentido, as pesquisas desenvolvidas por Calasans trouxeram algumas inovações científicas, na medida em que passa a se utilizar de

fontes pouco exploradas, como as reportagens feitas pelos enviados especiais ao palco dos acontecimentos; o noticiário dos periódicos; os livros escritos pelos participantes da guerra, sobretudo combatentes; as ordens-do-dia e outros documentos militares; os relatórios do governo estadual e federal; as atas parlamentares; as cartas trocadas entre a Arquidiocese e os vigários sertanejos; as prédicas do Conselheiro; os arquivos militares locais, até então secretos; a correspondência do barão de Jeremoabo; e assim por diante. (GALVÃO, 2002, p. 71).

Com efeito, a obra de Calasans passa a ser considerada enquanto a mais importante clivagem interpretativa a respeito de Canudos e Conselheiro – diferenciando-se, assim, da interpretação euclidiana. Diversos estudos, sobretudo no campo da história, se dedicam a apresentar as tantas contribuições que foram introduzidas por Calasans na temática canudense. Nascimento (2008) afirma que o referido pesquisador foi o responsável por apresentar ao público acadêmico a imagem que o povo tinha de Antônio Conselheiro e dos

tantos outros personagens de Canudos. Com a apresentação de sua tese *O Ciclo Folclórico do Bom Jesus Conselheiro*, Calasans exerce papel decisivo na reavaliação historiográfica da temática canudense. Nesse sentido, esta obra surge, como já apontado anteriormente, como marco na cisão com o pensamento euclidiano por dois principais motivos

O primeiro é o fato de ser um dos primeiros trabalhos de cunho acadêmico a valorizar a oralidade e o conhecimento popular sobre a guerra de Canudos [...]. O segundo ponto é o fato de que o livro é um bom trabalho de síntese histórica sobre Canudos, embora o seu objeto seja estudar o folclore. Demonstra excelente conhecimento da bibliografia concernente ao tema, usando livros e obras diversas, além de uma variedade significativa de matérias publicadas em revistas científicas da Bahia, do Ceará e do Rio de Janeiro e uma quantidade enorme de fonte jornalística de Aracaju e de Salvador. (NASCIMENTO, 2003, p. 5)

Nesse sentido, os estudos realizados por Calasans passam a revisar aspectos dos mais gerais relacionados à guerra, ao arraial de Belo Monte, mas sobretudo quanto à figura de Antônio Conselheiro. Na medida em que ia descobrindo novas fontes de pesquisa, Calasans ia reconstituindo, sob um novo olhar, a vida pregressa do Conselheiro. Utilizando adjetivos favoráveis ao peregrino, Calasans passa a investigar, dentre outros aspectos: a formação escolar do Conselheiro – na tentativa de derrubar a hipótese euclidiana de que era um homem bronco, analfabeto -; o histórico familiar e a relação de Antônio Vicente com seu pai, suas irmãs, sua esposa – contrariando a tese de que Conselheiro havia matado sua mãe, achando ser um amante de sua esposa -; a atuação do beato junto ao padre Ibiapina, no Ceará – de onde, segundo Calasans, Conselheiro retira a inspiração para seus feitos no sertão baiano -; além de abordar, de maneira inédita, “os escritos de Antônio Maciel, que revelam um sertanejo letrado, capaz de exprimir concepções e religiosas ligadas a um catolicismo tradicional, comum na Igreja do século XIX.” (VENTURA, 2001, s.p.).

Ainda, é creditada a Calasans a derrubada do argumento central de Euclides da Cunha, em *Os Sertões: o da loucura coletiva que, por criar e se apoderar de Conselheiro, contagiaria seus adeptos e os levariam a um fanatismo cego e desmedido*. Esta tese, a propósito, era inspirada nos escritos do médico Nina Rodrigues, sobretudo no que escrevera em *A Loucura Epidêmica de Canudos – Antônio Conselheiro e os Jagunços*, publicado ainda em 1897, no Rio de Janeiro. Ao contrário, Calasans contribui para que ganhe visibilidade a tese, posteriormente desenvolvida por tantos outros pesquisadores, de que os acontecimentos envolvendo Canudos e o Conselheiro eram, como sintetizou Antônio Candido (1999), uma “desesperada tentativa no sentido de uma nova organização social”.

Em síntese, os principais aspectos da obra de José Calasans, no que se refere à abertura de novas possibilidades de interpretação daquela notável experiência histórica, são notoriamente a

valorização da oralidade popular acerca do tema como fonte de pesquisa, seja expressa na própria oralidade e memória do povo sertanejo ou contada por meio da literatura de cordel; a visão plural de Canudos e da saga de Antônio Conselheiro, que suscitou o debate, ao longo da segunda metade do século XX em torno de alguns assuntos como o número de habitantes do Belo Monte, a composição social e naturalidade dos moradores do arraial, a negação da existência de uma sociedade igualitária em Canudos, o papel do Conselheiro como agente social, o seu comportamento e suas atitudes diante da escravidão, a sua relação conflituosa com os clérigos do interior baiano etc.; a organização de uma “base” de pesquisa para o tema, através do Núcleo Sertão, criado em 1983, na UFBA [...]. (NASCIMENTO, 2008, p. 16)

De todo modo, resta evidente que os estudos desenvolvidos por Calasans diferiam da narrativa hegemônica construída por Euclides da Cunha em sua “gaiola de ouro”. Entretanto, apesar do caráter revisionista empreendido por Calasans, sua obra apresentava, sobretudo na já mencionada tese de Livre Docência, ideias e interpretações inspiradas na narrativa euclidiana. Assim, encontramos, sim, descontinuidades entre as obras dos dois autores, mas há, também, continuidades em alguns aspectos. Ambos se dedicaram a

interpretar a vida de Antônio Conselheiro e a comunidade de Belo Monte, não somente desde os dados históricos provenientes de documentos escritos e as notícias dos jornais do seu tempo, mas desde a cultura, a literatura de cordel e o folclore sertanejo. (VALLADARES, 2013, p. 127).

No entanto, ainda de acordo com Valladares, Calasans nutria certa paixão pela biografia do Conselheiro, fato que contribuiu para que diferisse de Euclides – este, ao contrário, objetivava, com *Os Sertões*, desenvolver um modelo amplo de interpretação do povo brasileiro, seguindo a teoria dos dois Brasis e baseando-se nos pressupostos positivistas e deterministas em voga no final do século XIX. Dessa maneira, inclusive porque teve acesso a fontes que Euclides não tivera, Calasans pode investigar outras dimensões concernentes àquela experiência histórica e seus participantes – as quais, por razões óbvias, não poderiam estar contidas no “livro vingador” de Euclides da Cunha.

Calasans apresenta, ainda, outras aproximações com a interpretação euclidiana de Conselheiro. Quanto ao perfil psicológico do peregrino, por exemplo, Calasans segue a explicação euclidiana, inspirada em Nina Rodrigues, a qual dava por certa a presença de caracteres de loucura, fato que fica evidente em um trecho de *O Ciclo Folclórico*, transcrito a seguir:

A rigorosa doutrina, praticada num meio atrasado, repleto de superstições, sob a inspiração de um pobre doente mental, concorreu, consideravelmente, para o desfecho catastrófico do problema sertanejo. (CALASANS, 1950, p. 50).

Nessa perspectiva de aproximação entre os dois autores, vemos prevalecer nos estudos de Calasans da década de cinquenta uma das teses defendidas por Euclides, a da “interpretação sebastianista do folclore de Canudos” (VALLADARES, 2013, p. 128), segundo a qual creditava a motivação do movimento liderado pelo Conselheiro ao sebastianismo. Assim, escreve Calasans (1950)

No seu delírio profético, também anunciava a volta de D. Sebastião. [...] Antônio Conselheiro certamente ouviu, nos dias de sua meninice, constantes notícias dos fatos ligados ao sebastianismo de Pedra Bonita. Posteriormente, nas suas peregrinações pelas caatingas, muitas outras coisas chegaram ao seu conhecimento sobre o assunto. Não está fora de propósito, portanto, admitir que os antecedentes sebastianistas do nordeste viessem a exercer decisiva influência na alma do célebre paranoico. (CALASANS, 1950, p. 37-38)

Sob essa ótica, não podemos deixar de apontar importante estudo desenvolvido por Maria Isaura Pereira de Queiroz. Em *O messianismo no Brasil e no mundo*, publicado em 1965, a autora, também baseando-se na narrativa euclidiana, a despeito de compreender e explicar movimentos sociais que expressaram caráter religioso, aponta a influência do sebastianismo como decisiva para a motivação do movimento iniciado por Antônio Conselheiro.

Do mesmo modo, sem abandonar a explicação do referido movimento através do sebastianismo, Calasans prosseguiu sua revisão historiográfica utilizando-se, sob a influência de Euclides da Cunha, o conceito de fanatismo. Em texto do final da década de 50, Calasans escreveu que as pregações do Conselheiro atraíam “milhares de fanáticos” rumo à “comunidade transviada”. Ele acrescenta que, em pouco tempo, a Belo Monte foi transformada “numa verdadeira cidade fanática, onde as autoridades civis e religiosas não exerciam a menor influência [...]” (CALASANS, 1959, p. 48).

Ademais, o pesquisador Jairo Carvalho do Nascimento aponta alguns motivos que explicariam o não rompimento radical de Calasans com as teses euclidianas, pelo menos naquele momento inicial de suas pesquisas, ainda na década de 50: prevalecia, naquele contexto, a hegemonia da narrativa euclidiana, considerada a principal fonte de referência sobre Canudos; as teses euclidianas, então, eram naturalmente aceitas e reproduzidas pela intelectualidade da época, inclusive na academia; ou seja, qualquer que fosse o estudo que intencionasse abordar Canudos e Conselheiro teria que passar, obrigatoriamente, pelas interpretações euclidianas. Dessa forma, Euclides da Cunha, considerado por Calasans como

um “eminente pensador nacional” que escreveu um “livro magnífico”, era influência bastante marcante – e academicamente pertinente – nos estudos do jovem pesquisador. Euclides da Cunha e sua “obra monumental”, *Os Sertões*, passam de fonte primordial para objeto de estudo, sobre os quais Calasans se debruça e escreve mais de uma dezena de trabalhos (NASCIMENTO, 2008, p. 43).

Nesse contexto, o distanciamento das teses euclidianas é realizado de maneira gradual por Calasans. Na medida em que continua a recolher novos depoimentos, a ter acesso a mais pessoas contemporâneas à guerra, a encontrar e receber, como doação, diversos documentos referentes à temática canudense e conselheirista, Calasans foi realizando, a partir da década de 60, um rompimento cada vez mais aparente com a narrativa até então canônica de Euclides da Cunha. Assim, segundo Nascimento (2008)

Tudo leva a crer que, justamente na transição da década de 1960 para 1970, ocorrera o momento de inflexão, ou seja, o momento em que Calasans se distanciou do modelo euclidiano de interpretação, que pode ser notado, por exemplo, pela ausência, nos seus estudos, dos conceitos de fanatismo e sebastianismo para entender Antônio Conselheiro, seu séquito e a comunidade de Canudos. (NASCIMENTO, 2008, p. 144)

Por sua vez, apesar de cada vez mais se distanciar da matriz discursiva euclidiana, daquelas proposições até então consideradas hegemônicas, Calasans não perde sua admiração pela obra euclidiana, mas “apenas inverteu seu olhar com bases em todo o acervo documental que encontrava” (NASCIMENTO, 2008, p. 145). Entretanto, essa inversão do olhar, como já vimos, fruto de um processo de reavaliação da experiência histórica de Canudos e seus envolvidos, sobretudo a partir do ponto de vista dos vencidos, criou uma nova vertente de explicação daquele fenômeno. Dessa maneira ocorre, tendo como liderança José Calasans, uma importante inflexão na maneira de se analisar e compreender a temática canudense e conselheirista, legado que inspirou outros pesquisadores.

Esse momento de inflexão, de criação de novas teses e narrativas a respeito de Canudos e Conselheiro a partir da utilização de novas metodologias de pesquisa, teve a participação e contribuição de um grande número de pesquisadores, entre os quais destacam-se: Rui Faço (1963), Nertan Macedo (1964), Clóvis Moura (1964, 2000), Ralph Della Cava (1968), Ataliba Nogueira (1974), Walnice Nogueira Galvão (1974), Edmundo Moniz (1978, 2001), Robert Levine (1995), Marco Antônio Villa (1995), Manoel Benício (1997).

Nesse contexto, a partir das contribuições trazidas pelos pesquisadores citados acima, dentre tantos outros existentes, o perfil de Antônio Conselheiro passou a ser visto de maneira positiva, valorizando-se aspectos de sua liderança. Entretanto, essa nova vertente explicativa

não surge homogênea, mas pelo contrário, ao incorporar pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, com também diversos objetivos e modos de ver o mundo. Rui Faço, por exemplo, com a publicação de “Cangaceiros e Fanáticos”, em 1965, retoma a discussão de Canudos a partir da percepção apresentada pelo materialismo histórico. Essa guinada interpretativa representou “uma renovação importante no quadro da historiografia, justamente no momento em que tal referência se consolidava no universo acadêmico brasileiro” (NASCIMENTO, 2008, p. 145). Nesse sentido, ao analisar os movimentos sociais brasileiros, Faço desenvolve sua tese central, a de que os movimentos de caráter místico têm, em sua natureza, “um fundo perfeitamente material”, embora o misticismo servisse de cobertura para o verdadeiro sentido daqueles movimentos, a luta pela terra, contra o latifúndio (FACÓ, 1965, p. 10). Ainda segundo Faço (1965), da situação de miséria e ignorância em que viviam os sertanejos àquela época, surgiriam “homens valorosos” que, servindo como “estopim” da luta de classes, fossem capazes de mover a comunidade rumo à concretização dos seus verdadeiros objetivos.

Outro relevante trabalho a seguir nas veredas abertas por Calasans é o de Nertan Macedo, que publica, em 1964, o “Memorial de Vilanova”. Neste livro, Macedo transcreve e comenta a entrevista que realizou com “a última testemunha ocular da guerra”, o senhor Honório Vilanova, então com 97 anos, irmão do maior comerciante de Canudos, Antônio Vilanova. “O depoimento de Honório Vilanova está profundamente marcado pelo respeito, pela admiração ao mestre Conselheiro: um homem extremamente bom e caridoso, que só guiava o seu povo para o caminho do bem, da salvação” (NASCIMENTO, 2008, p. 106), o que se pode notar a partir dos excertos transcritos abaixo:

[...] Nunca mais pude esquecer aquela presença. Era forte como um touro, os cabelos negros e lisos lhe caíam nos ombros, os olhos pareciam encantados, de tanto fogo, dentro de uma batina de azulão, os pés metidos numa alpercata de currulepe, chapéu de palha na cabeça.

Era manso de palavra e bom de coração. Só aconselhava para o bem. Nunca pensei, eu e compadre Antônio, que um dia nossos destinos se cruzariam com o desse homem.

[...] Um dia, Antônio me convidou para morar também em Canudos. Eu e ele, como sabem, já éramos casados. Fui, antes, dar uma espiada no arraial. Gostei tanto da ordem ali observada que resolvi ficar. Canudos era um pedaço de chão bem-aventurado. Não precisava nem mesmo de chuva [...]. Fui-me deixando ficar à sombra do Peregrino, trabalhando ao lado do compadre Antônio.

[...] Não era doido e ninguém soube de fatos que lhe desabonassem a conduta. Santos e justos eram os seus conselhos a todos, homens e mulheres. Ah, não pegava em dinheiro da República! Mas não pegava em dinheiro de qualquer espécie, nem mesmo o de D. Pedro II! Não dormia com um tostão de um dia para o outro. Se recebia esmolos, logo as passava a quem se achasse junto dele. Ou mandava comprar panos para vestir os necessitados. Era assim o Peregrino. (MACEDO, 1964, p. 37-39)

Com a inédita publicação, em 1974, de um dos manuscritos que haviam pertencido a Antônio Conselheiro³², Ataliba Nogueira contribui decisivamente para a crítica empreendida por Calasans à narrativa euclidiana. A partir dos comentários que faz neste livro, Nogueira (1974) questiona de maneira veemente, baseando-se nas prédicas do peregrino, a qualidade de fanático atribuída àquele homem: “ele não era nem fanático religioso, nem fanático político. O fanatismo vinha sim da parte dos que o seguiam, mas porque todo chefe suscita sempre, em todas as épocas e lugares, esse tipo de sentimento em relação a sua pessoa” (NOGUEIRA, 1974, p. 5). Nesses termos, Nogueira (1974) expressa sua avaliação positiva a respeito do Conselheiro, deixando evidente a sua admiração por aquele homem “cujo vulto fora sempre tão deturpado” (NOGUEIRA, 1974, p. 8).

Outrossim, a publicação destes manuscritos abre uma nova vereda de pesquisas dentre as tantas já existentes até então, agora enfocando o aspecto teológico da produção própria do Conselheiro. Dentre as principais contribuições trazidas pelos estudos oriundos desses documentos, Galvão (2002) destaca as seguintes:

[...] emerge o austero perfil de um asceta. Sabe-se que sua grei o identificava como o Bom Jesus Conselheiro. No entanto, nestes textos que, ao que tudo indica, emanam diretamente de sua pregação, nada há nesse sentido. O Conselheiro em nenhum momento se declara santo ou divindade. Aos dois manuscritos se apõem seu nome batismal completo – Antônio Vicente Mendes Maciel, filho que era de Vicente Maciel e neto de Antônio Maciel -, e o humilde epíteto, único que se arroga, de “o Peregrino”. Tampouco se faz passar por Dom Sebastião, mesmo que as alusões sebastianistas sejam frequentes nos folhetos encontrados no arraial e na poesia popular. E nem sequer ali se encontram as promessas extravagantes que lhe atribuíram e que garantiriam a ressurreição a quem por ele se imolasse. (GALVÃO, 2002, p. 68)

Nessa perspectiva, a publicação desses manuscritos, e suas posteriores análises por diversos estudiosos, agregam-se à vertente explicativa não euclidiana, fornecendo pistas para o empreendimento de novos estudos, contribuindo para o movimento de reavaliação histórica da figura do Conselheiro.

Ainda na década de 1970, outro trabalho se destaca, na esteira inovadora aberta pelos estudos de Calasans. Trata-se de Edmundo Moniz, autor adepto ao pensamento marxista, que em 1978 publica “A guerra social de Canudos”. Na introdução de seu livro, Moniz evidencia a sua guinada interpretativa inspirada no materialismo histórico marxista ao afirmar

³² Os manuscritos, segundo pesquisas recentes, podem não terem sido literalmente escritos por Conselheiro, mas sim por seu secretário, Leão de Naruba – o peregrino discorria e o secretário seguia registrando. Sobre os manuscritos ver GALVÃO; PERES, 2011; assim como os trabalhos publicados por Pedro Lima Vasconcellos, notadamente os de 2010 e um bem recente, de 2015, ambos devidamente referenciados ao final deste trabalho.

As interpretações que dou aos acontecimentos que estremeceram os sertões da Bahia no começo da República [...] nem sempre coincidem com as opiniões correntes sobre o assunto. [...] Canudos foi a tentativa de estabelecer uma sociedade socialista no sertão da Bahia, tendo em vista o fato da burguesia unir-se aos latifundiários quando se apossou do poder político com a proclamação da República em vez de efetivar a reforma agrária, tarefa histórica que se competia realizar. Os camponeses de Canudos não lutaram contra o regime republicano que, para eles, não se distinguia do monárquico. Lutavam contra a burguesia em ascensão que se unira aos grandes proprietários rurais. [...] Hoje o chefe sertanejo não pode ser tratado, como antigamente, abusando-se dos adjetivos injuriosos. Seria ridículo e sem sentido chama-lo de paranoico ou delinquente para desmerecer sua obra e sua ação. Antônio Conselheiro, conhecedor da Bíblia e da Utopia, de Thomas More, dos filósofos da Igreja e dos autores clássicos, projeta-se na história não só pela fluência oratória, mas pelas excepcionais qualidades no comando militar da guerra de Canudos (MONIZ, 1978, p. 11-12)

Depreende-se da leitura desse excerto, a interpretação de Moniz acerca do Conselheiro, a qual é bastante divergente da apresentada por Euclides da Cunha. Moniz (1978) assevera, ainda: “Antônio Conselheiro [...] organizara, na prática, uma comunidade igualitária, transferindo para a terra o que os padres prometiam no céu” (MONIZ, 1978, p. 47). Assim, apoiando-se nos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico, em evidente ascensão nos estudos brasileiros a partir da década de 70, Moniz apresenta a sua interpretação de Canudos enquanto uma experiência notória de implementação de uma sociedade socialista no interior do Brasil

Por fim, emprestamos a síntese realizada por Nascimento para demonstrar a relevância de José Calasans para os estudos canudenses e conselheiristas. Segundo esse autor,

O trabalho de Calasans serviu para abrir o debate, evidenciando a visão político-social do Conselheiro, de que não era um caso notável de degenerescência intelectual como afirmou Euclides da Cunha. Essas fontes dão uma nova visão do papel de Antônio Conselheiro no sertão por onde andou. Constitui-se no primeiro trabalho a abordar essa vertente da vida desse líder religioso. Em outras palavras, serviu, sobretudo, para resgatar parte de sua experiência de vida negligenciada pelos antecessores de Calasans. (NASCIMENTO, 2008, p. 149).

Nessa perspectiva, José Calasans figura enquanto líder de um movimento de inflexão interpretativa a respeito de Canudos e Antônio Conselheiro – ou, como preferimos nos referir, a respeito das temáticas canudenses e conselheiristas, entendidas aqui enquanto o conjunto de temas que versam sobre qualquer um dos elementos constitutivos da guerra de Canudos, bem como do líder camponês, Antônio Conselheiro, e ainda sobre o séquito de sertanejos que o seguia. Portanto,

A obra de Euclides [...] não brilha mais sozinha; através da estratégia de revisão do cânone literário, os estudiosos procuram trazer à luz textualidades (incluindo os testemunhos da literatura oral) que dialogam, questionam ou mesmo se contrapõem à narrativa euclidiana, fomentando o desenvolvimento de um novo imaginário para a

guerra de Canudos e para as narrativas de formação da nacionalidade. (ROCHA, 2006, p. 25)

Essa nova vertente explicativa, denominada em seu início de “Canudos não euclidiano”, propôs a realização de uma revisão historiográfica desses temas – em certa medida espelhando e dialogando com a agenda política de seu tempo de construção, com seus temas, objetos, teorias e métodos considerados mais relevantes em cada período³³.

³³ Uma vez que temos que considerar que essa vertente, como já vimos anteriormente e veremos também na Conclusão deste trabalho, abrigou e ainda abriga um número considerável de autores, os quais utilizam diferentes formulações teórico-metodológicas, tendo também diversificados objetivos e posicionamentos políticos quanto a relevância histórica da figura do Conselheiro. Ainda, não podemos desconsiderar que as narrativas constantes dessa maneira de interpretar as temáticas canudenses e conselheiristas figuram, desde o início dos anos 50 do século XX, como a maneira mais acertada de se compreender e explicar tais temáticas – portanto, estendem-se por um longo período histórico enquanto hegemônica (ou contra hegemônica, se considerarmos a tentativa de revisar a narrativa canônica até então, a euclidiana).

CONCLUSÃO

Com vistas a apresentarmos alguns apontamentos conclusivos deste trabalho, cumpre-nos advertir, de início, que a pesquisa ora desenvolvida não nos oferece uma conclusão, na significação integral do termo. De modo que, na medida em que trabalhamos com um corpus de análise gigantesco (nas dimensões histórica/temporal, mas também numérica), abarcando diferentes campos do conhecimento humano, de características diversas e muitas vezes contrastantes, a tônica desse trabalho constituiu-se de buscar oferecer, ao meio acadêmico e aos estudiosos da temática canudense e conselheirista, novos caminhos possíveis de investigação. Sem a intenção de apresentarmos verdades inquestionáveis, o que seria contrário ao próprio ideário científico contemporâneo, nosso trabalho se deu em duas frentes de análise:

1) Na primeira, de caráter mais geral e com tônica sintetizadora, perseguimos a modesta intenção de colaborar para que o assunto aqui discutido pudesse ser (re)visitado sobre os tantos novos ângulos existentes - e por nós esboçados de maneira sintetizada.

2) Por outro lado, também realizamos o exercício intelectual de buscarmos compreender em que termos se dá a análise da guerra e de seu líder, Antônio Conselheiro, num momento mais contemporâneo, notadamente a partir do final do século XX e início do XXI. Adentramos, assim, na discussão ensejada no contexto das comemorações do centenário da guerra, em 1997, que dão conta da existência de dois grupos distintos, euclidianos (ou euclidianistas) e conselheiristas (ou canudenses ou canudianos).

Nessa perspectiva, a pesquisa ora sistematizada e apresentada em forma de dissertação de mestrado, fruto de um longo processo – que já se arrasta por mais de oito anos - de imersão no universo das produções sobre a guerra de Canudos e Antônio Conselheiro, iniciou-se com um objetivo bem claro, delimitado através de uma questão central: há, de fato, uma diferenciação entre euclidianos e conselheiristas no que diz respeito às narrativas construídas por eles quanto ao papel histórico, político e social da figura de Antônio Conselheiro? O que nos parecia relativamente fácil, transformou-se, no processo mesmo de incursão na análise científica, numa espiral, nos direcionando a outras tantas questões secundárias, dentre as quais enfocamos: 1) admitida a hipótese de existência dessa divisão em duas distintas matrizes explicativas, as narrativas constituídas seriam capazes de abarcar o extenso número de divergentes explicações a respeito de Antônio Conselheiro?; 2) ainda, essas duas matrizes discursivas seriam homogêneas ou, ao contrário, subdivididas em clivagens ou tendências interpretativas com tom menos genérico?; 3) e, por fim, essa divisão em duas vertentes explicativas distintas e aparentemente contrastantes facilitaria ou não o estudo sobre a figura

do Conselheiro, no que concerne a responder as questões ainda em pauta no pensamento político-social brasileiro?.

Diante desses e de tantos outros questionamentos, acreditando na possibilidade de contribuirmos com novos olhares sobre o objeto demarcado para estudo, nos colocamos a investigar como historicamente se constituíram as narrativas consideradas hegemônicas: a euclidiana, iniciada por Euclides da Cunha, e a do revisionismo historiográfico, denominada mais tarde de “Canudos não euclidiano”, encabeçada por José Calasans.

Para tanto, em razão do já mencionado extenso conjunto de produções realizadas ao longo do tempo, optamos por, antes mesmo de adentrarmos ao que se conjectura serem especificidades daquelas duas vertentes explicativas, apresentarmos uma sistematização das principais interpretações - com suas teses e versões - já desenvolvidas a respeito da figura do Conselheiro. Acreditamos ser esta parte, o capítulo de número 2 desta dissertação, um dos pontos de maior relevância que pudemos apresentar com este estudo. É neste capítulo que realizamos um esforço de sistematizar o quanto pudéssemos das incontáveis maneiras de se interpretar a figura do Conselheiro ao longo do extenso período histórico que vai de 1874 aos dias atuais.

Ao expormos as diversas versões, mesmo que de forma bastante sintetizadas, intencionamos estabelecer contato com o repertório de ideias com o qual os autores dialogavam no momento coetâneo ao que construía seus argumentos interpretativos. Assim, sobretudo por intermédio dos trabalhos a respeito da produção jornalística sobre a guerra de Canudos, pudemos estabelecer contato com o “estoque de conceitos” de cada época, ação necessária para melhor compreendermos a relação entre autor, texto e contexto, segundo a metodologia adotada neste trabalho (SKINNER, 1988, 2006; POCOCK, 2003; FERES JÚNIOR, 2005; JASMIN, 2005; SILVA, 2010).

Nesse sentido, na medida em que íamos tomando contato com as “convenções sociais em torno da linguagem (como as ideologias, o repertório intelectual e o vocabulário conceitual existente” (SOUZA, 2008, p. 9) predominantes no final do século XIX e até por volta de meados do XX, imbuídos de um ideário marcadamente positivista, determinista e evolucionista (BARROS, 1998; MENEZES, 1999; SANTANA, 2009), notamos a adjetivação negativada em relação ao Conselheiro. Ao passo que, na medida em que o tempo vai passando, com a valorização de novos ângulos de análise, influenciados, sobretudo, pela utilização da história oral com enfoque na voz dos vencidos, vê-se um movimento de

positivação da figura do beato – transformando-o, inclusive, em mártir/herói, tendo sua simbologia apoderada por diversos movimentos sociais.

Ainda nessa perspectiva de sintetização das interpretações sobre Canudos e o Conselheiro, apresentamos e discutimos, também no segundo capítulo, uma sistematização das principais clivagens e tendências explicativas já existentes. Baseamo-nos, para tanto, em trabalhos que buscaram, dentre outros aspectos, constituir um panorama mais sinótico dessas variadas categorizações - as quais foram agrupadas ou distanciadas por apresentarem aproximações ou deslocamentos, segundo a perspectiva adotada pelo pesquisador. Destacamos, dentre esses trabalhos, as produções do historiador José Maria de Oliveira Silva (1997; 2001; 2005), postulante da perspectiva por nós denominada de “pluralista”, a qual nos inquietou por provocar um desmantelamento das categorizações mais rígidas que haviam sido desenvolvidas por outros estudiosos. Foram as formulações deste autor que nos serviram de baliza no processo de investigação dessas tradições explicativas, na medida em que acreditamos que, de tão diverso o corpus de análise, seja preciso empregar um também diversificado conjunto de informações que poderiam ser utilizadas pelos intérpretes do Conselheiro.

Ademais, a opção por partirmos e balizarmos nossa pesquisa nas formulações já desenvolvidas por Silva (1997; 2001; 2005) se mostrou condizente com a metodologia de compreensão e análise utilizada nesse trabalho, o contextualismo linguístico. Esse método de interpretação da história das ideias – já delineado na introdução dessa dissertação – propõe uma análise, em síntese, ancorada na relação entre autor, texto e contexto. Dessa forma, aproxima-se do que Silva propõe enquanto necessário para se compreender as diferenciações entre as matrizes discursivas, na medida em que o autor coloca como obrigatório, para se compreender o sentido das interpretações, analisar os argumentos empregados em relação com o contexto em que foram construídos. Silva utiliza um conjunto de informações bastante diversos em suas análises, mas dando enfoque a todo material discursivo presente nas falas – ou ausência delas – dos intérpretes. Nessa perspectiva, nossa análise se deu a partir da busca de compreendermos não apenas o dado enunciado pelo autor, mas este em relação com o amplo contexto linguístico disponível e utilizado naquele momento. Ou seja, no sentido empregado pelo contextualismo linguístico, interessou-nos confrontar as narrativas construídas com o “repertório de ideias e conceitos” com o qual dialogava o intérprete, sem

deixar de considerarmos o ideário político daquele momento – capturado a partir das produções teóricas inscritas no campo do Pensamento Político-Social Brasileiro³⁴.

Neste ponto torna-se necessária outra ressalva: por conta de serem bastante amplas as premissas metodológicas que devem ser empregadas ao se utilizar o contextualismo linguístico, sendo necessário conhecer o “mundo mental” do autor na maior completude possível, tornou-se quixotesca a tentativa de compreender e analisar esse tão expressivo corpus de material discursivo. Mesmo quando nos reservamos a estudar somente os dois cânones interpretativos, deparamo-nos com infindáveis redes de aspectos – sejam de natureza objetiva e clara, sejam subjetivas e imprecisas -, que deveriam ser conhecidos e cotejados. Seria necessário, entre outros aspectos, ter o domínio das intenções e motivações dos intérpretes, as quais muitas vezes não estão explicitamente compreensíveis – o que se complica quando, ao invés de termos tratado de apenas um autor, trabalharmos com um extenso material discursivo pulverizado em diversos contextos históricos e com as mais variadas nuances de “convenções sociais em torno da linguagem (como as ideologias, o repertório intelectual, e o vocabulário conceitual existente)” (SOUZA, 2008, p. 9). Portanto, mais uma vez sinalizamos a necessidade de se realizar, em próximos estudos deste autor ou em investigações de outros estudiosos, recortes de corpus mais exíguos – assim, sendo possível se adentrar e reconstituir com maior propriedade o contexto no qual vive o intérprete pesquisado.

Em vista do que foi analisado, pudemos concluir que ser euclidiano ou conselheirista está ligado a uma série de possíveis elementos, inclusive com aspectos de ordem subjetiva e passional. Nesse sentido, é preciso se considerar, dentre outros elementos: o pensamento político contido nas sentenças proferidas por determinado intérprete, os posicionamentos político-ideológicos de valorização da memória ou em defesa da perspectiva teórico-discursiva utilizada pelo autor (seja a defesa de Euclides, seja a de Calasans e os demais intérpretes do revisionismo), mas, sobretudo, faz-se necessário dar ênfase ao seu “lugar de fala”, uma vez que “a correta compreensão de uma ideia ou teoria só poderia se dar pela sua apreensão no interior do *contexto* em que foram produzidas” (JASMIN, 2005, p. 28). Ou seja, a autoidentificação por euclidiano ou conselheirista tem, no seu bojo, uma marca bastante evidente do “amplo contexto linguístico” (SKINNER, 1988) em que se inserem os autores e seus textos. Desse modo, ao nos propormos compreender as razões e o momento em que se deu essa autoidentificação, estaremos ao mesmo tempo adentrando no contexto mesmo

³⁴ De acordo com as contribuições basilares de BRESSER PEREIRA (1982), FAORO (1987) e WEFFORT (2006).

daquele autor, sendo possível (e necessário, segundo o que nos diz o contextualismo linguístico) “identificar as balizas para a compreensão do debate político no período” (ARAÚJO, 2013, p. 15).

Em linhas gerais, observamos que aqueles que se autodenominam euclidianos defendem Euclides, julgando-o ser “um homem do seu tempo”, por isso não sendo possível condená-lo pelas visões hoje consideradas cientificamente ultrapassadas e superadas; por outro lado, os conselheiristas são aqueles que buscam a revisão das premissas historiográficas e, no mesmo sentido, a valorização da memória dos vencidos, com destaque pra Antônio Conselheiro. Assim, concordamos com Nascimento (2008) ao afirmar que

As rememorações dos indivíduos são fruto das experiências que direcionam os olhares e organizam os quadros mentais a partir dos seus valores, ideias e crenças presentes no grupo do qual fazem parte. A maneira de ver o passado, de contar e rememorar uma história depende da visão de mundo de quem “olha e observa” (NASCIMENTO, 2008, p. 113)

Seguindo essa mesma perspectiva, tornou-se possível compreender as razões de tais posicionamentos dos autores, que no contexto em que se inseriam os processos de autodenominação, expressavam posicionamentos políticos condizentes com a agenda político-social do momento (KOSELLECK, 2006). Ou seja, dentro de suas respectivas épocas, tornou-se possível compreendermos o que Pocock (2013) denomina de lances, na medida em que

Quando um autor efetua um ato dessa natureza [a autodenominação em euclidiano ou conselheirista, por exemplo], costumamos dizer que ele executou um “lance”. A expressão sugere jogo e manobra tática, e nossa compreensão de “o que ele estava fazendo” quando executou seu lance depende portanto, em grande parte, de nossa compreensão da situação prática na qual ele se encontrava, do argumento que ele desejava defender, da ação ou norma que ele desejava legitimar ou invalidar, e assim por diante. (POCOCK, 2013, p. 39)

As identidades (de euclidiano e conselheirista) são, portanto, construídas socialmente, alteradas, agrupadas ou deslocadas para direções diferentes em função do contexto (tempo; “lugar de fala”; intenções e motivações; audiência/recepção).

Ademais, ao longo desta pesquisa e da construção do texto da dissertação, algumas perguntas centrais orientaram o trabalho. Algumas delas penso ter conseguido enfrentar e exponho o resultado abaixo³⁵.

³⁵ Optei por, nesta parte final da conclusão, me dirigir ao leitor utilizando-me da 1ª pessoa do singular. Essa escolha se deu por acreditar que desta maneira as ideias ficam melhor expostas e defendidas, não sem, embora me colocando enquanto parte do processo de pesquisa, realizar todo esforço para manter uma “neutralidade possível” diante dos objetos em análise.

Há, de fato, uma diferenciação entre euclidianos e conselheiristas no que diz respeito às narrativas construídas por eles quanto ao papel histórico, político e social da figura de Antônio Conselheiro?

Em vista do que busquei demonstrar nesse trabalho, essa diferenciação mostra-se, atualmente, imprecisa, configurando-se numa classificação bastante parcial. As interpretações mais atuais sobre Canudos e o Conselheiro, sobretudo as inscritas no campo acadêmico, têm se utilizado de perspectivas de tom agregador, abarcando aspectos de maneira congregada das narrativas construídas por Euclides da Cunha e também por José Calasans. Parece-me que essa diferenciação é de ordem estrategicamente política, no sentido de demarcação de posição quanto a possíveis pensamentos e posicionamentos políticos (com tudo o que está incluído nestes termos, como já discutido anteriormente) em determinados contextos (conforme o contextualismo linguístico, levando-se em conta a agenda e o ideário políticos de cada época). Por essa razão, essa diferenciação se mostrou bastante viva num momento de disputas acirradas pela posição de “interpretação canônica” sobre a temática em voga – o que se nota, por exemplo, com bastante força no início dos anos 50, com a inflexão proposta por Calasans, exatamente em um contexto de modernização da sociedade brasileira, em que se colocou em disputa com a “gaiola de ouro” criada por Euclides com *Os Sertões*. Essa cisão tomou, nesse contexto, ares de regionalismo, opondo os estudiosos dos estados do Sudeste (sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro) com os do Nordeste (com destaque para Bahia). Do mesmo modo, o forjamento das identidades de euclidiano e conselheirista tomam um tom personalista, aproximando ou afastando os pesquisadores e interessados na temática canudense e conselheirista em razão de cultos à memória de Euclides da Cunha ou de Antônio Conselheiro. Esses cultos são, com o passar dos anos, reivindicados e perpetuados por duas instituições importantes: sobre Euclides, com o Grêmio Euclides da Cunha, fundado em São José do Rio Pardo-SP, mais tarde originando o evento que seria responsável pela perpetuação da memória euclidiana, a Semana Euclidiana; já sobre Conselheiro, com o Centro de Estudos Euclides da Cunha, órgão da Universidade do Estado da Bahia, em Salvador-BA, onde pesquisadores se congregavam sob a liderança de Calasans para marcarem a relevância de se valorizar a voz e a memória dos vencidos. Vale ressaltar que ainda há outro aspecto relevante nessa questão: nos anos 80, com a redemocratização do país, com o reforçamento das pautas sociais, os movimentos populares pela terra – com destaque para o Movimento dos Sem-Terra, MST – se apropriaram da construção imagética de Canudos e do Conselheiro para criarem suas bandeiras de luta, inclusive nomeando diversos assentamentos com termos que remetiam a eles (fato que, em certa medida, contribuiu para um novo acirramento da disputa

entre os dois grupos aqui estudados). Por fim, cabe apontar um fato curioso: alguns pesquisadores utilizam o termo “euclidianistas”, e não euclidianos, para se referirem aos intelectuais ligados a Euclides da Cunha. Tenho a impressão de que essa mudança de termos tem razões semânticas, superando uma ideia de simples diferenciação por questões estilísticas. Parece-me que euclidiano seria, nessa lógica, o devoto a Euclides, no sentido de seguidor (ou, ainda, no sentido de produção textual especificamente de Euclides – ou seja, o único euclidiano seria o próprio Euclides). Assim, seriam euclidianistas os estudiosos que ou admiram Euclides ou tomam como ponto de partida a narrativa euclidiana ou se dedicam a aspectos mais específicos da vida e obra de Euclides, sem tomá-lo enquanto referência única sobre os acontecimentos envolvendo Canudos e o Conselheiro, além de aceitarem e realizarem movimentos interpretativos inclusive de contestação das teses euclidianas. Em síntese, essa questão permanece aberta, passível e necessitada de novas interpretações. A meu ver, a cisão de que tratamos neste trabalho se dá, no contexto contemporâneo, mais como predominância temática, sendo mais apropriadas para designações de “linhas de pesquisa”, as quais teriam objetivos e enfoques diferenciados entre si, mas mesmo assim utilizariam um roteiro de pesquisa que aglutinasse (ou pelo menos considerasse como relevante) as interpretações de Euclides da Cunha e de José Calasans (por estes serem, como já explicitado neste trabalho, as duas principais referências obrigatórias quando tratamos da Guerra de Canudos e Antônio Conselheiro).

Admitida a hipótese de existência dessa divisão em duas distintas matrizes explicativas, as narrativas constituídas seriam capazes de abarcar o extenso número de divergentes explicações a respeito de Antônio Conselheiro?

Se, como vimos anteriormente, a divisão não é rígida, inclusive apresentando entrecruzamentos entre si, elas não são capazes de explicar o fenômeno Conselheiro sozinhas, se tomadas isoladamente. Há inúmeras perspectivas possíveis, invalidando a divisão em apenas dois grupos distintos. Temos, ainda hoje, um número bastante grande de pesquisadores debruçados sobre essas temáticas, dos mais variados campos do conhecimento – logo, cada vez que um pesquisador se debruçar sobre essas temáticas, fará a investigação através do uso de um cabedal teórico-metodológico específico de sua área do conhecimento (como temas, objetivos, autores, métodos e objetos), o que certamente resultará em um conjunto de múltiplas interpretações.

Essas duas matrizes discursivas seriam homogêneas ou, ao contrário, subdivididas em clivagens ou tendências interpretativas com tom menos genérico?

Considerando-se as respostas das questões anteriores, cabe apontar que, mesmo se aceita a hipótese dessa divisão genérica, há que se observar que existem divergências entre os intelectuais que inclusive se enquadrariam em um mesmo grupo. Ademais, uma vez que os intérpretes têm contextos diferentes, vivendo sob “mundos mentais” diversos, com também variados objetivos e enfoques, é aceitável que existam também clivagens e tendências interpretativas dentro desses grupos. Nesse sentido, caso fossem válidas as divisões nos dois grupos, seria possível se categorizar euclidianos e conselheiristas em puros e ortodoxos ou, ao contrário, moderados, de acordo com análise das matrizes discursivas utilizadas por eles (conforme as perspectivas pluralistas apontadas nessa dissertação). O que se nota é que há, isso sim, grupos de estudiosos que se aproximam mais entre si por terem interesse comum em determinado aspecto das temáticas abordadas – o que, como já vimos, não caracterizaria uma cisão rigidamente demarcada entre euclidianos e conselheiristas, apenas.

Por fim, essa divisão em duas vertentes explicativas distintas e aparentemente contrastantes facilitaria ou não o estudo sobre a figura do Conselheiro, no que concerne a responder as questões ainda em pauta no pensamento político e social brasileiros?

Com base nos dados obtidos durante a pesquisa bibliográfica, bem como aqueles colhidos através das entrevistas e bate-papos com os estudiosos já elencados em nota, essa cisão em duas vertentes explicativas foi válida no momento de disputa pela reavaliação histórica da narrativa euclidiana, nos anos 50 (e, após, nos anos 80). Isso porque, naquele contexto, foi bastante relevante a guinada interpretativa proposta por Calasans, trazendo à tona diversos aspectos ainda pouco estudados sobre as temáticas canudenses e conselheiristas. No mais, nesses contextos de cisão mais aparente, compreender as tendências interpretativas de cada estudioso nos ajuda a fazer uma reconstituição de “quem fala” e “de onde fala”, apreendendo de maneira mais completa o pensamento e posicionamento político de determinado intérprete.

Em síntese, é possível se considerar que, embora com as características de desenho de pesquisa já pensadas (e explicitadas) para essas considerações finais, inclusive com as limitações claramente expostas nesta sessão, os objetivos da presente pesquisa, ora apresentada em forma de dissertação, foram alcançados. Entretanto, para além das questões que esta dissertação buscou enfrentar, restam-nos tantas outras que ela acabou por suscitar,

abrindo um profícuo caminho de oportunidades para novas pesquisas, ampliando os campos de interpretação a respeito desse importante momento histórico brasileiro, a guerra de Canudos, bem como sobre o líder da massa camponesa, Antônio Conselheiro. Estudá-los sob a perspectiva do Pensamento Político-Social Brasileiro e utilizando-se da metodologia do contextualismo linguístico se mostrou relevante para o conhecimento das bases de formação da nossa identidade nacional – lançando-nos luzes sobre questões ainda não respondidas na atualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina. O enigma da permanência. In: *Dossiê Euclides da Cunha*. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 4. Nº 47. Agosto de 2009.

_____. *O livro que abalou o Brasil: a consagração de Os sertões na virada do século*. Hist. cienc. saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 5, supl. p. 93-115, July 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701998000400006&lng=en&nrm=iso>.

ALMEIDA, Cícero F. de. Canudos: imagens da guerra. Os últimos dias da Guerra de Canudos pelo fotógrafo expedicionário Flávio de Barros, Rio de Janeiro, Museu da República/Lacerda, 1997.

ALMEIDA, Luiz Alberto Scotto de. *As duas repúblicas de um intelectual desiludido – a política como força motriz na vida e obra de Euclides da Cunha*. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Fortaleza, 2009.

ARAÚJO SÁ, Antônio Fernando de. *Canudos plural: imagens em movimento do sertão em guerra*. ArtCultura, Uberlândia, v.10, n.17, p.205-219, jul.-dez. 2008.

ARAÚJO, Cícero. Um “giro linguístico” na história das ideias políticas. In: POCOCK, John. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2013.

ARRUDA, Maria Olivia Garcia Ribeiro. *Euclidianismo e identidade do povo rio-pardense: entre o passado e o futuro*. Texto escrito para a Conferência de Encerramento da Semana Euclidiana de 2015. São Jose do Rio Pardo: Jornal Democrata Digital, 22 ago 2015. Disponível em: <<http://jornaldemocrata.com.br/materia/3125/2/Euclidianismo-e-identidade-do-povo-rio-pardense:-entre-o-passado-e-o-futuro.html>>

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. *Canudos na Perspectiva Científica*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 159, n. 398, p. 319-329, 1998.

BASTOS, Abguar. *A visão histórico-sociológica de Euclides da Cunha*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1986.

BASTOS, Élide Rugai. *Gilberto Freyre e seu tempo: contexto intelectual e questões de época*. Sinais Sociais, v. 01, n. 01, 2006.

BOTELHO, André. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma*. Lua Nova, n. 82, p. 11-16, 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67318715002>>

BOVO, Ana Paula Martins Corrêa. *Antônio Conselheiro: os vários*. 129 f. Dissertação (Mestrado em História e Teoria Literária). Universidade Estadual de Campinas, 2007.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Seis interpretações sobre o Brasil*. Dados – Revista de Ciências Sociais, v. 25, n. 03, 1982.

CALASANS, José. *No tempo de Antônio Conselheiro: figuras e fatos da Campanha de Canudos*. Salvador: Progresso, 1959.

_____. *Quase biografia de jagunços: o séquito de Antônio Conselheiro*. Salvador: UFBA, 1986. (Centro de Estudos Baianos, vol.122).

_____. *Cartografia de Canudos*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo; EGBA, 1997. (Coleção Memória da Bahia, v.5).

CALASANS, Madalena. *Apresentação*. Texto constante do site oficial de José Calasans, concebido por Madalena Calasans e Claude Santos. Disponível em: http://josecalasans.com/apresentacao_creditos.html.

CALDEIRA, Jorge et al. *Viagem pela história do Brasil*. 2.ed. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

CAMARA, Antônio. *A atualidade da reforma agrária, de Canudos aos sem-terra: a utopia pela terra*. O Olho da História, Salvador, v. 2, n. 3, p.29-45, 2003.

CANDIDO, Antônio. Euclides da Cunha Sociólogo. In: *Remate de Males, Antônio Candido – Número Especial*, Campinas, Unicamp, 1999. (Republicação de *O Estado de S. Paulo*, 13/dez./1952.)

CÁRCERES, Florival. *História do Brasil*. 1.ed. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. *Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo*. Texto Contexto Enferm., Florianópolis, 2006. Out-Dez; 15(4): 679-84.

CARNEIRO, Luciano. *Os Conselhos de Antônio Conselheiro*. O Cruzeiro. Rio de Janeiro, 1/6, 5 de dezembro de 1953.

CARNEIRO, Maria Juliana de Matos. *Canudos múltiplos olhares: permanência e rupturas nos discursos*. 2010. 56f. Monografia (Graduação em História). Universidade do Estado da Bahia, Conceição do Coité, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

CEPÊDA, Vera Alves. *Editorial – Apresentação*. Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política. vol. 24, n. 1, p. 1-2, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/423/291>.

_____. *Reflexos de Os Sertões no pensamento social brasileiro*. Universitária (Associação de Ensino Marechal Cândido Rondon), Araçatuba - São Paulo, v. 1, n.1, p. 66-73, 1997.

CHIAVENATO, Júlio José. *As lutas do povo brasileiro: do “descobrimento” a Canudos*. São Paulo: Moderna, 1988.

COSTA, Emília Víotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, Flávio José Simões. *Antônio Conselheiro, Louco? Ilhéus*: Editus, 1998.

COSTA, Nicola de Souza. *Mitos e versões sobre Antônio Conselheiro, os sertanejos e Canudos*. No prelo, 2012 (Artigo desenvolvido para dar subsídios a apresentações de palestras na Semana Euclidiana, em São José do Rio Pardo-SP).

_____. *Antônio Conselheiro, a guerra de Canudos e Os Sertões*. São José do Rio Pardo: Casa de Cultura Euclides da Cunha, 2006 (Artigo desenvolvido para dar subsídios a apresentações de palestras na Semana Euclidiana, em São José do Rio Pardo-SP).

COSTA, Vanderlei Marinho. *De medos e esperanças*. Uma história das crenças apocalípticas, messiânicas e milenaristas no contexto do movimento de Belo Monte (1874-1902). 188 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. (Campanha de Canudos). 4.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009. (Clássicos Comentados I). Edição, prefácio, cronologia, notas e índices por Leopoldo M. Bernucci.

_____. *Diário de uma expedição*. Organização de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. [Retratos do Brasil]

DANTAS, Paulo. *Os Sertões de Euclides e outros sertões*. São Paulo, Comissão Estadual de Literatura, 1969.

FACIOLI, Valentim; NASCIMENTO, José Leonardo do. (Orgs.) *Juízos críticos: os sertões e os olhares de sua época*. São Paulo: Nankin Editorial; Editora UNESP, 2003.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

FAORO, Raymundo. *Existe um pensamento político brasileiro?* Estudos Avançados, v. 01, n. 01, 1987.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2002.

FONSECA, Aleilton. *Os Sertões: as predicas de Antônio Conselheiro e a poesia de Canudos*. Olho da História – Revista de História Contemporânea. Nº 3. 1996. Disponível em: <http://www.oohodahistoria.ufba.br/03fonsec.html>

GALVÃO, Walnice Nogueira. *Gatos de outro saco: ensaios críticos*. Brasiliense, São Paulo, 1981.

_____. *No calor da hora*. São Paulo: Ática, 1994.

- _____. *Saco de gatos*. Ensaios críticos. Duas Cidades, São Paulo, 1976.
- _____. *Tributo a José Calasans*. REVISTA USP, São Paulo, n.54, p. 66-71, junho/agosto 2002.
- _____; PERES, Fernando da Rocha. *Breviário de Antônio Conselheiro*. 2. Ed. Salvador: EDUFBA, 2011.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GRAHAM, Robert B. C. *Um místico brasileiro: vida e milagres de Antônio Conselheiro*. São Paulo: Sá Editora / Editora da UNESP, 2002.
- GUTIÉRREZ, Ângela M. R. M. de. *O conselheiro euclidiano anterior a Os Sertões: o beato de Bel Monte nas páginas do diário de uma expedição e da caderneta de campo*. Verbo de Minas: letras. Juiz de Fora, v. 8, n. 16, jul./dez. 2009.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de; FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. v. 7. São Paulo: Bertrand Brasil, 1955.
- JASMIN, Marcelo Gantus. *História dos Conceitos e Teoria Política e Social: referências preliminares*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 20, n. 57, 2005.
- _____; FERRES JUNIOR, João (orgs.). *História dos Conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. RJ: Editora Contraponto, 2006, pp.97-118; e KOSELLECK, Reinhart. "Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos." IN: *Revista Estudos Históricos*, RJ, volume 5, n° 10, 1992, pp.134-146.
- LEITE, Leonardo Guimarães. *Canudos em debate: a memória como espaço de disputa*. In: Seminário Cultura e Política na Primeira República: campanha civilista na Bahia. UESC, 09 a 11 de Junho de 2011. Anais Eletrônicos. Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus-BA, 2011.
- _____. *De Euclides a Vargas Llosa: um estudo sobre as representações de Antônio Conselheiro na literatura*. Dissertação apresentada como requisito final para obtenção do grau de Mestre em História ao Programa de Mestrado em História Regional e Local, do Departamento de Ciências Humanas Campus V Santo Antônio de Jesus da Universidade do Estado da Bahia, sob a orientação do Prof. Dr. Raimundo Nonato Pereira Moreira. 2013.
- LESSA, Renato. *A invenção republicana*. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1998.
- LOPES, Marco Antônio. *Aspectos teóricos do pensamento histórico de Quentin Skinner*. Kriterion, n. 123, 2011.
- MACEDO, José Rivair; MAESTRI, Mário. *Belo Monte: uma história da Guerra de Canudos*. 4.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- MACEDO, Nertan. *Antônio Conselheiro*. Rio de Janeiro: Ed. Renes, 1978.

_____. *Memorial de Vilanova*. Edições O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 1964.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa*. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINS, Victor. *Uma leitura crítica de Os Sertões de Euclides da Cunha*. Blog História em Perspectiva, 2012. Disponível em: <http://www.historiaemperspectiva.com/2012/11/uma-leitura-critica-de-os-seratoes-de.html?view=classic>.

MASCHIETTO, Cármem Cecília Trovatto. *A tradição euclidiana: uma ponte entre a história e a memória*. São Paulo: Arte & Ciência; UNIRIO, 2002.

MELO, Elaine Santos. *Gestos de autoria: construção do sujeito da escrita na alfabetização*. In: Baronas RL, organizador. *Identidade cultura e linguagem*. Campinas (SP): Pontes Editores; 2005. p. 191-205.

MENDONÇA, Daniel de. *Notas sobre o “efeito de presença” da representação*. Rev. Sociol. Pol. Curitiba, 23, p.79-87, nov. 2004.

MENEZES, Eduardo D. B. *A historiografia tradicional de Canudos*. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, p. 83-113, 1999.

MOCELLIN, Renato. *Canudos: fanatismo ou luta pela terra?* São Paulo: Editora do Brasil, 1998. (Coleção Lutas do nosso povo).

MONIZ, Edmundo. *Canudos: a guerra social*. 2.ed. Rio de Janeiro: Elo Ed., 1987.

_____. *Canudos: a luta pela terra*. 9.ed. São Paulo: Global, 2001.

MONTE MARCIANO, Frei João Evangelista de. Relatório apresentado, em 1895, pelo reverendo Frei João Evangelista de Monte Marciano, ao Arcebispo da Bahia, sobre Antônio Conselheiro e seu séquito no arraial de Canudos. Tipografia do Correio da Bahia, Salvador, 1895 (edição fac-símile pelo Centro de Estudos Baianos, 1987). In: VASCONCELLOS, Pedro Lima. *Do Belo Monte das Promessas à Canudos Destruída: o drama bíblico na Jerusalém do sertão*. Maceió: Edições Catavento, 2010.

MONTEIRO, Vanessa Sattamini Varão. *Canudos: guerras de memória*. Revista Mosaico, Rio de Janeiro, Ed.1, ano I. Março, 2009. In: <http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/canudos-guerras-de-mem%C3%B3ria>.

MOURA, Clóvis. *Sociologia Política da guerra camponesa de canudos*. Da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

NASCIMENTO, Jairo Carvalho do. *A oralidade na obra de José Calasans*. Anais do XXII Simpósio Nacional de História. João Pessoa: Editora da UFPB, 2003.

_____. *José Calasans e Canudos: a história reconstruída*. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. *Jose Calasans: a história reconstruída*. 2004. 154f. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

NOGUEIRA, Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos*. São Paulo: Nacional, 1974.

OLIVEIRA, Enoque José. *Conselheiro do Sertão* (Entre Prédicas e Conselhos - Líder Camponês). Salvador: 1997.

OLIVEIRA, Ricardo de. *Euclides da Cunha, Os Sertões e a invenção de um Brasil profundo*. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 22, n. 44, p. 511-537, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200012&lng=en&nrm=iso>.

PAES, Marleide Santana. *A memória do tio Antônio à sombra do Conselheiro de Euclides da Cunha*. Dissertação (mestrado – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2010.

POCOCK, John G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2013.

RIOS, Audifax. *Antônio Conselheiro*. 1.ed. São Paulo: Giordano Ltda., 1994. (Coleção Ver & Ler).

ROCHA, Iraci Simões da. *Imagens do intelectual Euclides da Cunha: permanência e deslocamentos*. Tese (Doutorado) Letras e Linguística. Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras. 2007. 304 f.

RODRIGUES, Nina. *A loucura epidêmica de Canudos. Antônio Conselheiro e os jagunços*. In: *As coletividades anormais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

ROMERO, Sílvio. *Estudos sobre a Poesia Popular do Brasil*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1888.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*/ Eder S. Sader. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAMPAIO, Consuelo Novais (Org.). *Canudos*. Cartas para o barão. São Paulo: Edusp, 1999.

SANGENIS, Anabelle Loivos C. C.; SANGENIS, Luiz Fernando C. (Org.). *Euclides da Cunha: “Da face de um tapuia”*. 1ª ed. Niterói, RJ: Nitpress, 2013. (Introdução aos Clássicos Fluminenses: 4).

SANTANA, José Carlos Barreto de. *Ciência e arte: Euclides da Cunha e as ciências naturais*. São Paulo: HUCITEC / Feira de Santana: UEFS, 2001.

_____. *Naturalistas e cientificistas: algumas fontes de Os Sertões*. Revista Brasileira. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, ABL. Fase VII. Abril, Maio, Junho, 2009. Ano XV. Nº 59. p. 161-178.

SANTOS NETO, Manoel Antônio dos; DANTAS, Roberto Nunes (Org.) *Os intelectuais e Canudos: o discurso contemporâneo*. Salvador, UNEB, 2003.

SANTOS, Claude. *Um bravo combatente*. Sem data de publicação. Disponível em: <http://josecalasans.com/sobrejosecalasans_claudesantos.html>.

SANTOS, Jadilson Pimentel dos. *O legado artístico-visual concebido em torno de Antônio Conselheiro e publicado em jornais da última metade do século XIX*. 19&20, Rio de Janeiro, v. VII, n. 3, jul./set. 2012. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/obras/antonio_conselheiro.htm>.

SCHWARCZ, Lilia. *Retrato em branco e negro*. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, José Maria de Oliveira. *A guerra de Canudos e Os Sertões de Euclides da Cunha: imaginário popular e a revisão acadêmica*. Tempos Históricos – M.C. Rondon. V. 03. Nº 01. p. 31-52. Ago 2001.

_____. *Guerra de Canudos – as prédicas em debate*. Proj. História, SP, (30), p. 265-276, jun. 2005.

_____. *Rever Canudos: historicidade e religiosidade popular (1940-1995)*. Textos de História, v. 5, n. 1, p. 5-18, 1997.

SILVA, Ricardo. *O Contextualismo Linguístico na História do Pensamento Político: Quentin Skinner e o Debate Metodológico Contemporâneo*. Dados – Revista de Ciências Sociais, v. 53, n. 02, 2010.

SILVA, Rogério Souza. Antônio Conselheiro e Canudos: a construção das imagens. In: MATA, Sérgio Ricardo da; MOLLO, Helena Miranda; VARELLA, Flávia Florentino (orgs.). *Caderno de resumos & Anais do 2º Seminário Nacional de História da Historiografia*. A dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas. Ouro Preto: EdUFOP, 2008.

_____. *Antônio Conselheiro: a fronteira entre a civilização e a barbárie*. São Paulo: Annablume, 2001.

SIMÕES, David Soares. *Pensar o pensamento: síntese de uma proposta de investigação*. Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política. vol. 24, n. 1, p. 3-11, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4322/tp.24105>. Essa é uma publicação oficial do Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, PPGPol-UFSCar.

SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. In: TULLY, James. (Ed.). *Meaning and context: Quentin Skinner and his critics*. Princeton: Princeton University Press, 1988.

_____. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político partidário na Primeira República. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: DIFEL, 1971.

TORRES, Monalisa Lima. *Antônio Conselheiro: um exemplo do personalismo brasileiro*. Disponível em: http://www.artigocientifico.com.br/artc_1189593331_27.doc.

VALLADARES, Jaime Adrián Prieto. *Contribuição de José Calasans (1915-2001) a cultura popular e as tradições orais de Canudos*. Revista Magistro. Vol. 8. Nº 2. 2013. p. 118-137. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/magistro/article/viewFile/2193/1006>.

VASCONCELLOS, Pedro Lima. *Do Belo Monte das Promessas à Canudos Destruída: o drama bíblico na Jerusalém do sertão*. Maceió: Edições Catavento, 2010.

_____. *O Belo Monte de Antônio Conselheiro: uma invenção 'biblada'*. 1. ed. Maceió: Edufal, 2015. v. 1. 363p.

_____. *Para o futuro e para o fim que não termina: horizontes do Belo Monte de Antônio Conselheiro*. Reflexão (PUCCAMP), v. 40/1, p. 59-75, 2015a.

VENTURA, Roberto. *Canudos como cidade iletrada: Euclides da Cunha na urbs monstruosa*. Rev. Antropol., São Paulo, v. 40, n. 1, p. 165-181, 1997. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77011997000100006&lng=en&nrm=iso>.

_____. *Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha: esboço biográfico*. Organização: Mario Cesar de Carvalho e José Carlos Barreto de Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 149-152.

_____. *Um sertão não-euclidiano*. Jornal Folha de S. Paulo, publicado em 10/05/2001. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/foiha/ilustrada/ult90u381053.shtml>.

VILLA, Marco Antônio. "O 'Diário de uma expedição' e a construção de *Os Sertões*". In: NASCIMENTO, José Leonardo do (Org.). *Os Sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos*. São Paulo: UNESP, 2002, p. 11-40.

_____. *Calasans, um depoimento para a história*. Marco Antônio Villa e José Carlos da Costa Pinheiro (Orgs.), Salvador, Centro de Estudos Euclides da Cunha, Uneb, 1998. *Calasans, um depoimento para a história*. Salvador: gráfica da UNEB, 1998.

_____. *Canudos*. O povo da terra. São Paulo: Ática, 1995.

WEFFORT, Francisco C. *Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens*. São Paulo: Ática, 2006.

ZILLY, Berthold. *A guerra como painel e espetáculo: a história encenada em Os sertões*. Hist. cienc. saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 5, supl. p. 13-37, July 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701998000400002&lng=en&nrm=iso>.

_____. *Flávio de Barros, o ilustre cronista anônimo da guerra de Canudos*. Estud. av., São Paulo, v. 13, n. 36, Aug. 1999.

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos pesquisadores

O questionário é um instrumento científico de coleta de dados bastante utilizado nas pesquisas acadêmicas, especialmente nas ciências sociais, uma vez que pode ser uma técnica de análise eficiente para a apreensão da realidade de maneira mais completa e aprofundada. Segundo Gil (1999, p. 128), o questionário pode ser definido como “a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.”. Nesse sentido, Marconi e Lakatos (1999, p. 100) acrescentam que o questionário permite que, entre outras coisas, as pessoas respondam-no no momento em que julgarem mais conveniente, tendo maior liberdade e não ficando diretamente expostas à influência das opiniões do entrevistador. Por essas razões, objetivando realizar um exercício de imersão mais aprofundada nos questionamentos levantados pela pesquisa bibliográfica, desenvolvemos e aplicamos o questionário descrito abaixo. As questões foram formuladas seguindo os objetivos da pesquisa ora apresentada, a partir das quais pretendíamos compreender a opinião e o posicionamento das pessoas entrevistadas quanto à existência ou não da subdivisão entre euclidianos e conselheiristas. Essas questões, que poderiam ser respondidas da maneira como o entrevistado preferisse, foram antecedidas de um breve questionário de informações pessoais – as quais permanecem em sigilo, preservando o anonimato e mantendo públicos somente a formação acadêmica/atuação profissional e o estado de residência -, informações que nos ajudariam a melhor compreender as respostas – na medida em que seguiram o padrão adotado pelas subdivisões em clivagens e tendências apresentadas no segundo capítulo desta dissertação. Nesse sentido, buscando preservar o anonimato, tomamos a liberdade de suprimir das respostas alguns dados que permitissem imediata identificação da pessoa que respondia. O questionário foi enviado para 25 pesquisadores, tendo sido selecionados na medida em que possuem produções relevantes no que se refere à temática aqui abordada. Obteve-se resposta completa a 11 deles, os quais estão anexados abaixo – optamos por publicá-los porque podem servir de subsídios para outros trabalhos, seguindo outros ângulos e maneiras de interpretação. Recebemos, ainda, respostas de pelo menos mais 06 estudiosos – as quais foram enviadas com uma escrita mais concisa ou mesmo fora do padrão pré-determinado do questionário, com notórias referências pessoais. Por fim, outros tantos intelectuais foram ouvidos em conversas informais, pessoalmente ou via internet. Em suma, todas as contribuições, as que aqui estão anexadas ou

não, foram devidamente valorizadas e serviram de subsídios para as problematizações ensejadas com a realização deste trabalho.

Questionário aplicado

Olá! Sou estudante do Mestrado em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, UFSCar. Estou desenvolvendo uma pesquisa sobre as variadas leituras e interpretações feitas a respeito de Antônio Conselheiro, intencionando mapear, nomear e descrever as diferentes versões a respeito desta figura durante o longo período que vai de 1874 aos dias atuais. Nesse contexto, nota-se, sobretudo nos últimos anos, uma subdivisão em duas vertentes explicativas hegemônicas: os euclidianos e os conselheiristas.

Nesse sentido, gostaria do seu auxílio respondendo a algumas questões, as quais me ajudarão a esclarecer alguns pontos fundamentais para o bom andamento do meu estudo. Ressalto que seus dados permanecerão em sigilo.

Questionário I – Informações pessoais

- 1) Nome
- 2) Idade
- 3) Formação/Profissão
- 4) Local de residência

Questionário II – Euclidianos e conselheiristas

- 1) Há, de fato, uma diferenciação entre euclidianos e conselheiristas?
- 2) Essa divisão é capaz de abarcar o extenso número de divergentes explicações a respeito de Antônio Conselheiro?
- 3) Se há a possibilidade dessa divisão, haverá, dentro delas, subdivisões que classifiquem os intérpretes de forma mais exata?
- 4) Em que essa divisão em vertentes explicativas mais gerais facilita o estudo sobre a figura do Conselheiro?

Agradeço pela sua atenção e disposição em auxiliar-me neste empreendimento intelectual, o qual poderá trazer importantes contribuições para os estudos sobre a importância da figura histórica de Antônio Conselheiro.

APÊNDICE B - Questionários respondidos

Q 1 – Doutorado em Literatura e Cultura. Docente no Ensino Superior. Bahia.

1) Há, de fato, uma diferenciação entre euclidianos e conselheiristas?

Os euclidianos seriam os intelectuais com pesquisas centradas em Euclides da Cunha e sua obra. Os conselheiristas ou canudianos estariam mais dispostos a estudar o movimento de Canudos, Antônio Conselheiro e seus seguidores. Por outro lado, quando se fala de Euclides da Cunha (o escritor), Canudos e Antônio Conselheiro inevitavelmente aparecem. E vice-versa. A diferenciação é de ordem política. Os sertões se projetou na história como o enredo oficial sobre a Campanha de Canudos. Mas, claro, sempre houve outras vozes que narraram e continuam narrando essa história. Na década de 50, com os estudos do baiano José Calasans, passou-se a dar vez e voz a essas vozes silenciadas na história. Surgem, então, os conselheiristas – o que não significa que todo pesquisador baiano (sobre o tema) seja um conselheirista ou canudiano.

2) Essa divisão é capaz de abarcar o extenso número de divergentes explicações a respeito de Antônio Conselheiro?

Penso que sim. Antônio Conselheiro tem sido bastante estudado nas duas áreas de pesquisa (estudos conselheiristas/canudianos e estudos euclidianos). A divisão não é rígida. Trata-se apenas de predominância temática. Exemplo: Walnice Nogueira Galvão falando sobre Conselheiro seria uma canudiana/conselheirista; e, falando sobre Euclides da Cunha, a mesma pesquisando seria uma euclidiana.

3) Se há a possibilidade dessa divisão, haverá, dentro delas, subdivisões que classifiquem os intérpretes de forma mais exata?

Penso que não. Os euclidianos inevitavelmente estudam Canudos e Antônio Conselheiro. E os conselheiristas inevitavelmente precisam falar de Euclides da Cunha, ainda que seja para criticá-lo.

4) Em que essa divisão em vertentes explicativas mais gerais facilita o estudo sobre a figura do Conselheiro?

Os estudos euclidianos têm uma longa história. Começaram com a publicação do artigo de José Veríssimo, no *Jornal do Commercio*, um dia após o lançamento de *Os sertões*. Os estudos canudianos ou conselheiristas são mais recentes. Começaram a partir dos estudos de José Calasans. São extremamente importantes porque trouxeram à tona novas formas de ver e entender o movimento de Canudos.

≈ ≈ ≈ ● ≈ ≈ ≈

Q 2 – Doutorado em Ciências da Religião. Docente no Ensino Superior. Alagoas.

1) Há, de fato, uma diferenciação entre euclidianos e conselheiristas?

Entendo que sim, na medida em que os primeiros, ao louvarem a obra-prima que efetivamente encontramos em *Os sertões*, tendem a tomá-lo como “a” palavra sobre Belo Monte e Antônio Conselheiro, o que obviamente não se pode sustentar. Por outro lado, o revisionismo que a saga conselheirista exige leva a uma avaliação crítica a respeito dos interesses ideológicos do escritor.

2) Essa divisão é capaz de abarcar o extenso número de divergentes explicações a respeito de Antônio Conselheiro?

Seguramente não, pois entre os “conselheiristas” há avaliações diferentes quanto ao líder do Belo Monte; eu destacaria a maior ou menor atenção dada à qualidade de sua liderança em termos religiosos.

3) Se há a possibilidade dessa divisão, haverá, dentro delas, subdivisões que classifiquem os intérpretes de forma mais exata?

4) Em que essa divisão em vertentes explicativas mais gerais facilita o estudo sobre a figura do Conselheiro?

Creio que muito pouco. Urge, efetivamente, ir além de Euclides e estudar, efetivamente, a obra do Conselheiro inclusive à luz de sua produção literária, praticamente desconhecida.

≈ ≈ ≈ ● ≈ ≈ ≈

Q 3 – Mestrado em Educação. Docente de Língua e Literatura e História da Educação. São Paulo.

1) Há, de fato, uma diferenciação entre euclidianos e conselheiristas?

Particularmente não gosto dessa divisão, pois ela remete a disputas prejudicando o avanço de estudos e pesquisas, levando a discussão para o campo pessoal. Dentro dessa perspectiva a diferenciação que percebo reside basicamente entre os estudiosos da região sudeste (euclidianos) e os estudiosos da região nordeste, mas propriamente os do Estado da Bahia (conselheiristas).

2) Essa divisão é capaz de abarcar o extenso número de divergentes explicações a respeito de Antônio Conselheiro?

Acredito que essa divisão ajude bastante nessa divergência, pois através dos olhares euclidianos temos uma explicação a respeito do fenômeno Antônio Conselheiro e pelos olhos conselheiristas temos outro, pois a pesquisa por mais que tente não consegue ser neutra, pois não há pesquisador neutro.

3) Se há a possibilidade dessa divisão, haverá, dentro delas, subdivisões que classifiquem os intérpretes de forma mais exata?

Acredito na existência dessas subdivisões e que elas podem classificar sim seus intérpretes.

4) Em que essa divisão em vertentes explicativas mais gerais facilita o estudo sobre a figura do Conselheiro?

Acho que ajudará se o conhecimento sobre o interprete e sua linha de pesquisa estiverem explícitos, pois dessa forma saberemos quem fala e de onde fala.

Q 4 – Formação em História. Docente no Ensino Superior. Bahia.

1) Há, de fato, uma diferenciação entre euclidianos e conselheiristas?

Ressalvado o fato de que todos beberam na fonte clássica, ou seja, “Os Sertões”, nos parece que os ditos conselheiristas são mais direcionados nos seus estudos a trajetória de Antônio Conselheiro, talvez na tentativa de desfazer a imagem euclidiana e recuperar para a história a figura do Beato Cearense.

2) Essa divisão é capaz de abarcar o extenso número de divergentes explicações a respeito de Antônio Conselheiro?

Creio que tem ajudado a desfazer os conceitos explicitados por Euclides em “Os Sertões”. A publicação dos escritos de Antônio Vicente e os estudos sobre a poesia popular, bem como, a audição criteriosa da tradição oral realizada mais notadamente por José Calasans, desmentem enfaticamente muitas das afirmações de Euclides sobre o Conselheiro, sem esquecer de outros autores, dentre os quais Nina Rodrigues, uma das fontes do autor cantagalense.

3) Se há a possibilidade dessa divisão, haverá, dentro delas, subdivisões que classifiquem os intérpretes de forma mais exata?

Insisto que essa divisão é absolutamente arbitrária. Nunca houve um grupo de conselheiristas organizados, sequer do ponto de vista teórico, posto que existem divergências flagrantes entre os pesquisadores, especialmente discrepâncias conceituais sobre o tema Canudos. O que sempre existiu foi um grupo de estudiosos que se reuniam, sem regularidade, em torno da figura do Mestre José Calasans, encontros informais, mediados por conversas sobre Canudos, sertão, cultura popular, autores e assuntos diversos. Nestas ocasiões o professor estimulava e orientava quantos desejassem sobre suas pesquisas e estudos.

4) Em que essa divisão em vertentes explicativas mais gerais facilita o estudo sobre a figura do Conselheiro?

Creio que, parafraseando José Calasans, libertando-nos da “gaiola de ouro” de “Os Sertões”, uma vez que, esta independência ensejou novas abordagens historiográficas sobre Canudos e

temas correlatos. As reinterpretações sobre Canudos permitiram igualmente uma revisão histórica da figura de Antônio Conselheiro, antes reduzido simploriamente a condição de fanático e outros adjetivos desqualificadores e que não fazem justiça a postura intelectual e humana do Pregador de Quixeramobim. Os testemunhos orais e a descoberta dos manuscritos deixados pelo Beato são categóricos na afirmação de sua lúcida postura política e pessoal, sobretudo, se observado o “espírito da época”, claramente evidenciado no pensamento conselheirista.

≈ ≈ ≈ ● ≈ ≈ ≈

Q 5 – Doutorado em Letras. Docente no Ensino Superior. São Paulo.

1) Há, de fato, uma diferenciação entre euclidianos e conselheiristas?

Penso que sim.

2) Essa divisão é capaz de abarcar o extenso número de divergentes explicações a respeito de Antônio Conselheiro?

Não, mas penso que os euclidianos ficam com a análise de Euclides da Cunha a propósito do episódio de Canudos e seus sujeitos históricos, entre eles Antônio Conselheiro. A análise de Euclides da Cunha deixa em aberto algumas questões. Ele vai para Canudos com um modelo explicativo para Canudos, e sai de Canudos consciente de que seu modelo não dá conta do fenômeno. Os conselheiristas são "partidários" de Canudos. Isto é, adotam a perspectiva dos vencidos. É claro que entre uns e outros há muitas outras perspectivas possíveis. E provavelmente há várias perspectivas diferenciadas entre os conselheiristas.

3) Se há a possibilidade dessa divisão, haverá, dentro delas, subdivisões que classifiquem os intérpretes de forma mais exata?

Creio que sim. Antes de mais nada, entre os conselheiristas: os marxistas gramscianos ou neo-gramscianos, os "narodniki" (para não dizer "populistas", termo que se presta em América Latina a variadas interpretações) e outros.

4) Em que essa divisão em vertentes explicativas mais gerais facilita o estudo sobre a figura do Conselheiro?

Eu não focaria as divergências apenas no estudo da figura de Conselheiro, mas sim da experiência de Canudos. Em todo caso, servem para entender as potencialidades da nação. O povo abandonado à sua sorte pelas classes dirigentes criam uma sociabilidade que não reproduz a propriedade privada e nem as relações de exploração. Não se trata do proletariado tal como aquele que foi estudado por Engels, na sua "Formação da classe operária na Inglaterra". É uma mistura de ex-escravos, vaqueiros que eram trabalhadores livres (com ou sem assalariamento), pequenos posseiros... porém constroem uma formação social cuja sutura ideológica é religiosa. Formação esta que resulta ameaçadora para as classes proprietárias e para a matriz produtiva que ainda permanece: a de país produtor de matérias primas para o mercado mundial. As reflexões das diferentes correntes teóricas sobre Canudos jogam luz sobre uma das experiências sociais mais "excepcionais" de América Latina no século XIX. Eis a importância. Quando o foco e, portanto a razão causal, se concentra na figura de Antônio Conselheiro, vela um fato que nos permite entender melhor o conjunto da experiência e, inclusive, o próprio Conselheiro. Ele não era uma exceção, um indivíduo muito por cima da média. Ele encarnava valores disseminados entre esse proletariado de configuração heterogênea do sertão brasileiro.

≈ ≈ ≈ ● ≈ ≈ ≈

Q 6 – Especialização em História do Brasil. Docente de História. São Paulo.

1) Há, de fato, uma diferenciação entre euclidianos e conselheiristas?

A partir de 1950, a interpretação de Euclides da Cunha sobre a guerra de Canudos começou a ser contestada por outras concepções e por novas pesquisas. O pioneiro foi o professor sergipano José Calasans Brandão da Silva que criou o núcleo sertão não-euclidiano na Bahia. A proposta era dar a conhecer aquilo que Euclides não sabia ou ignorava quando escreveu e publicou o livro *Os sertões* em 1902. Desde então, José Calasans fez e publicou pequenos estudos enfocando principalmente a figura de Antônio Conselheiro, despidendo-a dos aspectos psicológicos e enfatizando os aspectos sociológicos de sua atuação no sertão nordestino, especialmente na Bahia. Outros estudiosos seguiram essa trilha e fizeram estudos setoriais sobre diferentes aspectos desse personagem, dos canudenses, da situação política da Bahia e da literatura realizada na época. José Calasans, sobretudo, nunca deixou de reconhecer a importância de Euclides da Cunha e do livro *Os sertões* e as limitações de seu trabalho, declarando que " discutir *Os sertões* é coisa para séculos" (In "Euclidianos e Conselheiristas",

p. 104), e que "este livro, no meu modo de ver, ficou como o grande depoimento de um episódio importantíssimo na história do Brasil" (idem, p. 67), acrescentando que "foi Euclides quem nos permitiu fazer hoje uma reavaliação de Canudos, tendo, portanto, uma importância extraordinária" (idem, p.67). Não considero que haja uma diferenciação radical entre euclidianos e conselheiristas, mas preferências pessoais. A professora Walnice Nogueira Galvão ironizou essa "divisão" dizendo que na Bahia a consideram conselheirista, enquanto que em São José do Rio Pardo a consideram euclidiana, mas que ela não é uma coisa nem outra...

2) Essa divisão é capaz de abarcar o extenso número de divergentes explicações a respeito de Antônio Conselheiro?

Apoiado na resposta da questão anterior, acredito que as divergências a respeito de Antônio Conselheiro não se devem à sutil e imprecisa diferença entre euclidianos e conselheiristas, onde os resultados não alteraram a arquitetura literária de Os sertões, mas às transformações econômicas, sociais, políticas e ideológicas ocorridas no Brasil e que refletiam o mundo pós-segunda guerra mundial. A crescente industrialização brasileira, seguida de acelerada urbanização, diversificação social, entrada das massas no processo político, favoreceram a diversidade ideológica, como a interpretação marxista. Das explicações iniciais, como a teológica (catolicismo X fanatismo), política (monarquistas X republicanos), racial (brancos X mestiços), psicologizante (da maioria dos intérpretes), a guerra de Canudos passou a ser vista como uma guerra social onde se defrontaram classes sociais bem definidas. As obras de Rui Facó, "Cangaceiros e Fanáticos", e de Edmundo Monuiz, "A Guerra Social de Canudos", expressaram a interpretação marxista. Com a ditadura militar e a consequente repressão ideológica ao marxismo, houve uma espécie de retorno ao psicologismo, superado no final da década de 70 pelas interpretações estruturalista e gramsciana. Daí em diante, com o colapso do bloco comunista, o foco das interpretações passou do plano ideológico para o plano literário em seus infinitos aspectos, linguísticos, esotéricos, léxicos, estilísticos, estéticos, etc. Noto um crescente esforço para "depurar" Canudos e a guerra as interpretações marxistas, o que tem sido difícil, e as críticas ficam mais no plano dos detalhes, como os aspectos demográficos e materiais do arraial. A maior tendência é a dos romancistas e contistas criarem obras inspiradas nos personagens e na guerra sertaneja, como o peruano Vargas Llosa, João Ubaldo Ribeiro, Eldon Dantas Canário, Oleone Fontes Coelho, Cristina Coen, Autran Dourado, Paulo Dantas, Milton Hatoum, entre outros.

3) Se há a possibilidade dessa divisão, haverá, dentro delas, subdivisões que classifiquem os intérpretes de forma mais exata?

Conforme enfatizei, a “divisão” é artificial, imprecisa, prevalecendo preferências de cada pesquisador ou intérprete aos infinitos aspectos de Antônio Conselheiro, dos sertanejos e da guerra.. Quase todos os trabalhos principais de pesquisa de 50 anos do professor José Calasans, por exemplo, foi reunido num livro de grande qualidade, mas de pequena dimensão, “Cartografia de Canudos”, em que há informações seguras que “reabilitam” Antônio Conselheiro das simplificações de julgamento a que o submeteram durante décadas.

4) Em que essa divisão em vertentes explicativas mais gerais facilita o estudo sobre a figura do Conselheiro?

De fato, é preciso reconhecer que a figura de Antônio Conselheiro tornou-se mais nítida, e que as pesquisas de José Calasans, principalmente, expurgaram as interpretações preconceituosas que intoxicavam a historiografia durante décadas, embora ainda existam pontos obscuros na biografia do líder sertanejo, como os dez anos que “desapareceu” de cena, na década de 70 do século XIX, até o seu reaparecimento como beato em Sergipe, quando chamou a atenção e tornou-se notícia de jornal. Creio ter sido essa a grande contribuição da vertente do sertão não-euclidiano para a historiografia de Canudos e da guerra. Em contrapartida, a grande contribuição para o conhecimento de Euclides da Cunha foi a publicação de suas 398 cartas por Walnice Nogueira Galvão e Osvaldo Galotti, em 1997, no volume “Correspondência de Euclides da Cunha”. Os caminhos se bifurcam, mas convergem em benefício do conhecimento de Antônio Conselheiro, dos sertanejos, da guerra, de Euclides da Cunha e d’Os sertões.

≈ ≈ ≈ ● ≈ ≈ ≈

Q 7 – Doutorado em Geografia. Docente no Ensino Superior. São Paulo.

1) Há, de fato, uma diferenciação entre euclidianos e conselheiristas?

Na minha opinião existe sim uma diferenciação. Convivi com euclidianos (ou euclidianistas) e conselheiristas e pode-se perceber a diferença de opiniões. São euclidianos, os estudiosos que sobre o fenômeno de Canudos adotam a visão do grande escritor Euclides da Cunha.

Evidentemente que aqui não dá para tecermos considerações maiores e mais profundas sobre isso. Já os conselheiristas (e conheci muitos nas minhas idas a Bahia e a Canudos), são críticos com relação a postura de Euclides da Cunha sobre o fenômeno Canudos. Acusam Euclides de ao se referir sobre o Conselheiro, interpretá-lo com base na visão do mundo da intelectualidade brasileira da época e com toda a carga de preconceitos da classe social que pertencia (dele Euclides). Isso é notório ao contarmos os mais de 50 nomes pejorativos com os quais nomeia Antônio Conselheiro ao longo das páginas de OS SERTÕE. Por outro lado, os conselheiristas adotam uma posição de quase ‘endeusamento’ com relação ao Conselheiro e ao fenômeno Canudos, alguns exagerando mesmo, e relacionando aquele fenômeno histórico com o MST por exemplo (que não tem nada a haver);

2) Essa divisão é capaz de abarcar o extenso número de divergentes explicações a respeito de Antônio Conselheiro?

Acredito que não. Há pesquisadores que procuram um equilíbrio no sentido de entender o fenômeno de Canudos e Antônio Conselheiro despido dos preconceitos da intelectualidade do fim do século XIX e dos desejos e aspirações dos que veem Canudos e Antônio Conselheiro como um exemplo de movimento popular no contexto da estrutura social brasileira, inclusive dos nossos dias. Evidentemente que é muito difícil para um pesquisador ficar isento de sua ideologia de classe, mas encontrar explicações mais equilibradas é possível.

3) Se há a possibilidade dessa divisão, haverá, dentro delas, subdivisões que classifiquem os intérpretes de forma mais exata?

Realmente é possível encontrar euclidianos “puros” ou ortodoxos, que entendem e aceitam tão somente as ideias de Euclides da Cunha e os euclidianos moderados que aceitam críticas com relação as ideias do escritor e que suas ideias são frutos das correntes do pensamento dominante de seu tempo. No caso dos conselheiristas, há também os “puros” ou ortodoxos que veem no Conselheiro um mártir, um herói ou mesmo um ícone das lutas populares. Há também os conselheiristas moderados, que aceitam certas críticas e mesmo (como o saudoso Prof. Calazans, da UFBA, que considero o maior entendido sobre Canudos), que veem o Conselheiro como produto da estrutura social e do processo histórico de sua época.

4) Em que essa divisão em vertentes explicativas mais gerais facilita o estudo sobre a figura do Conselheiro?

Acredito que a moderação de ambas as vertentes pode trazer maiores contribuições para a Ciência, no tocante a figura do Antônio Conselheiro e a resistência do povo canudense com relação ao Estado Brasileiro.

≈ ≈ ≈ ● ≈ ≈ ≈

Q 8 – Graduação em Geologia. Audiovisual. Bahia.

1) Há, de fato, uma diferenciação entre euclidianos e conselheiristas?

Entendo que Euclidianos são aqueles que estudam a obra e/ou cultuam Euclides da Cunha. Do mesmo modo, Conselheiristas são os que estudam a obra e/ou cultuam Antônio Conselheiro. Estes grupos existem, mas não são os únicos no universo dos que estudam Canudos. Considero estas classificações parciais, não correspondem ao amplo espectro dos que trabalham o tema Canudos de forma mais ampla. Eu não faço parte de nenhum desses grupos e conheço muitos pesquisadores e estudiosos que também não.

2) Essa divisão é capaz de abarcar o extenso número de divergentes explicações a respeito de Antônio Conselheiro?

Não.

2) Se há a possibilidade dessa divisão, haverá, dentro delas, subdivisões que classifiquem os intérpretes de forma mais exata?

Não acho que haja essa divisão, existem esses grupos, que estudam questões mais específicas, mais pontuais, mas isso não significa que há uma “divisão”. Eles dividem o que? O culto à personalidade? Mas isso existiu em relação a tantas outras figuras...

4) Em que essa divisão em vertentes explicativas mais gerais facilita o estudo sobre a figura do Conselheiro?

Em nada.

≈ ≈ ≈ ● ≈ ≈ ≈

Q 09 – Doutorado em Literatura. Docente no Ensino Superior. Reside no exterior.

1) Há, de fato, uma diferenciação entre euclidianos e conselheiristas?

Já houve essa diferenciação, mas nunca de um modo muito rígido. Diria que, sim, mas de forma muito anedótica até. Os conselheiristas, eram aqueles que defendiam com um certo fervor as práticas de Antônio Conselheiro e que, conseqüentemente, não aprovavam o juízo que Euclides da Cunha fizera do beato cearense. Hoje em dia, depois de muitos estudos publicados nos últimos 30 anos, essa divisão acho que é muito mais tênue, já que não existe razão para defender fervorosamente nem um lado nem outro. Eram duas correntes de pensamento defendidas por indivíduos que preferiam mais repetir de forma impressionista o que conheciam sobre Antônio Conselheiro e Euclides que entrar num debate acadêmico sério e com conhecimento de causa; isto é, baseando-se em pesquisa sólida dos fatos históricos.

2) Essa divisão é capaz de abarcar o extenso número de divergentes explicações a respeito de Antônio Conselheiro?

Acredito que serviu para ativar os críticos a pensarem melhor sobre essa dicotomia que era somente considerada como tal porque um debate sério e um estudo mais aprofundado do fenômeno Canudos ainda não se tinha feito. Atualmente, penso que já não é mais possível criticar com a mesma intensidade e subjetividade nem uma ala nem a outra.

3) Se há a possibilidade dessa divisão, haverá, dentro delas, subdivisões que classifiquem os intérpretes de forma mais exata? (sem resposta)

4) Em que essa divisão em vertentes explicativas mais gerais facilita o estudo sobre a figura do Conselheiro? (sem resposta)

Q 10 – Doutorado em Letras. Docente no Ensino Superior. Minas Gerais.

1) Há, de fato, uma diferenciação entre euclidianos e conselheiristas?

Historicamente há essa diferenciação. Atualmente, as fronteiras talvez sejam ainda mais indefiníveis, porém, do que já eram no início do século XXI. Pelo menos para as produções contemporâneas.

2) Essa divisão é capaz de abarcar o extenso número de divergentes explicações a respeito de Antônio Conselheiro?

Acredito que não é possível abarcar o extenso número de divergentes explicações sobre Antônio Conselheiro somente com essa posição dicotomizada, afinal, como disse na questão 1, as fronteiras são movediças e, se fez sentido essa divisão no processo de produção sobre Canudos que foi sendo construído ao longo dos anos, hoje todas as explicações (de forma geral) tendem a uma complexificação, se é possível dizer isso... De qualquer forma, as classificações são criadas a partir dos estudos dos fatos e das teorias, e acredito que há sempre o desejo de encaixar tudo nessas divisões que nós mesmos criamos, mas os acontecimentos, por serem da ordem do humano, sempre vão "escapar" às classificações, a linguagem mais ainda... Destaco também a nota de rodapé na página 11: Essa é uma maneira de dividir os estudos sobre o tema. Há outras. Numa divisão conhecida atualmente, fala-se em euclidianos e conselheiristas. O professor Calasans, por exemplo, faria parte dos últimos, pela maneira como questiona o viés euclidiano.

3) Se há a possibilidade dessa divisão, haverá, dentro delas, subdivisões que classifiquem os intérpretes de forma mais exata?

Bem, a questão 2 já responde parte da três, mas, como não era meu foco, não me aprofundei nas diversas subdivisões em cada uma das vertentes, pois achei que bastaria, no escopo de minha pesquisa proposta, descrever de forma geral o cenário interpretativo a respeito das produções sobre a Guerra de Canudos.

4) Em que essa divisão em vertentes explicativas mais gerais facilita o estudo sobre a figura do Conselheiro?

Eu acho que as divisões existem porque faz parte do nosso exercício interpretativo (de modo geral) classificar... Assim, a medida que os estudos teóricos iam de desenvolvendo, paralelamente íamos percebendo também algumas tendências mais marcadas. E, a partir do momento que se apontam as tendências, as produções também podem passar a se nortear pela desejo de fazer parte mais de uma tradição ou não; ou fazer parte de uma 'ruptura'...No caso da figura de Antônio Conselheiro, sobre a qual me debrucei mais detalhadamente, já que esse era o meu foco (suas dimensões biográfica e ficcional), as divisões ajudam no sentido de perceber qual é o substrato das afirmações do corpus, se elas se aproximam mais claramente de uma tendência ou outra ou são interpretações movediças ou ainda se são diferenciadas. Eu tentei mapear alguns adjetivos e afirmações a respeito do Conselheiro (principalmente de obras literárias) e pude dividir em cinco "grandes imagens" a figura desse personagem: o fanático, o bandido, o louco, o líder e o peregrino. Não fiz o trabalho de associar essas imagens às tendências que aponto na introdução, mas, parece que a figura do fanático, do bandido e do louco estão mais ligadas às notícias de jornais da época, à historiografia dita tradicional (especialmente até meados do século XX) e a romances até a década de 60. Já as figuras do líder e do peregrino estariam mais ligadas ao questionamento desse viés, que aparece em obras da história e da literatura especialmente depois da década de 60. Mas essas são afirmações que estou te fazendo agora (como já disse, não fui a fundo nisso) e bem gerais, pois, como já argumentei, há pontos/autores de "escape" (nas duas tendências) e um crescente complexificação dessas dicotomias na atualidade.

≈ ≈ ≈ ● ≈ ≈ ≈

Q 11 – Mestrado em Memória Social. Docente no Ensino Superior. São Paulo.

1) Há, de fato, uma diferenciação entre euclidianos e conselheiristas?

Entendo que euclidianos são os admiradores, estudiosos, defensores do pensamento de Euclides da Cunha. Conselheirista, para mim, é uma expressão nova, criada, inventada por um grupo de euclidianos, como forma, talvez, de estabelecer paralelos, confrontamentos, instigar o debate entre formas de agir e pensar, procurando analogias, semelhanças e divergências em

vidas que consideram paralelas. Para justificar meu pensamento, acredito que "o homem é ele e suas circunstâncias", conforme o filósofo Ortega Y Gasset. Assim, acredito que Euclides e o Conselheiro não têm nada em comum, a não ser sua humanidade. Essa assimetria - euclidianos e conselheiristas - é artificial, desnecessária para se entender dois seres singulares na sua individualidade e na sua humanidade. É uma dualidade inventada, é uma representação social, que pode não ter nada com o que realmente pensavam e desejavam. Esse paralelismo é uma criação, uma invenção, que uns aceitam, incorporam. Eu respeito. Como respeito outras formas, outros meios de comparar pensamentos e histórias de vida diferentes, divergentes ou semelhantes, parecidas. Como também respeito a diferença, o diferente, o divergente, o outro.

Como esse é meu modo de entender a questão 1), as demais 2), 3), 4) ficam prejudicadas.